O Incidente de Newhall

As respostas, como as questões da vida, estão nos detalhes.

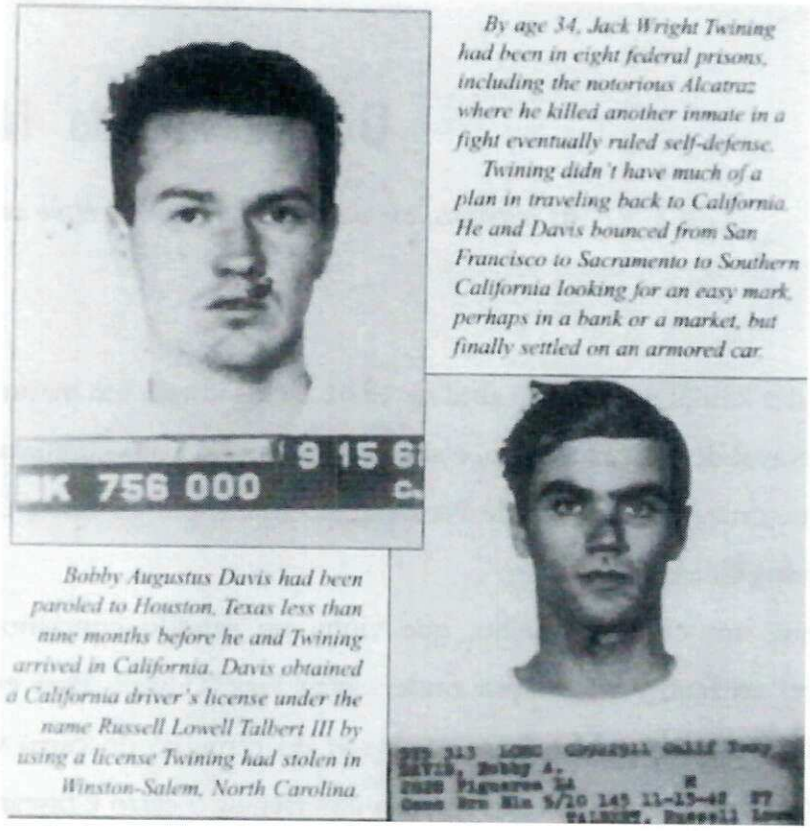
Por volta das 23h20 do dia 5 de abril de 1970, Jack Tidwell, um marinheiro que servia na Base Naval de Port Hueneme, e sua esposa Pamela voltavam para casa por uma rodovia que cruzava o distrito de Newhall, no município de Santa Clarita, na Califórnia (Estados Unidos).

De repente, um carro vermelho, que vinha no sentido contrário, fez um retorno proibido cruzando a faixa por onde seguia Jack Tidwell. Para evitar uma colisão, Tidwell teve que frear bruscamente e sair do caminho do carro vermelho, um Pontiac 1964. Com raiva, Tidwell começou a perseguir o carro e piscar os faróis enquanto sua esposa anotava a placa do veículo. Assim que o Pontiac diminuiu a velocidade e parou no acostamento, Tidwell parou ao seu lado e ameaçou dar um chute na bunda do motorista. Depois da ameaça, Tidwell disse que chamaria a polícia rodoviária. Sorrindo, o motorista do Pontiac apontou um revólver .38 para Tidwell e disse: "Ok, então tente!"

Assim que viu a arma, Pamela ficou histérica e implorou para o homem não atirar e Tidwell precisou pensar rápido. Ele olhou pelo retrovisor, viu o reflexo dos faróis de outro carro e disse: "É a polícia ali atrás!" Então o motorista do Pontiac olhou para trás e escondeu a arma, dando tempo para que o casal fugisse do local.

Após dirigir por 15 minutos, Tidwell encontrou uma cabine telefônica e avisou a polícia sobre o incidente (California Highway Patrol – CHP).

Esse desentendimento na estrada desencadeou uma sequência de eventos que ficariam marcados na história da CHP, do distrito de Newhall e das famílias de quatro policiais que seriam assassinados nos instantes seguintes.



Jack Twining e Bobby Davis (CHP, 1970).

Jack e Pamela Tidwell ficaram frente a frente com um criminoso chamado Bobby Augustus Davis (27 anos) que, apesar da aparência, escondia um passado violento. Davis e seu comparsa planejaram roubar um carro de transporte de valores e, para isso, precisavam de explosivos que seriam usados para abrir o cofre, após matarem os ocupantes do carro forte. Davis seguiu pela rodovia para deixar o comparsa próximo a uma empresa de construção, de onde os explosivos seriam roubados. Durante esse período, os dois planejaram se comunicar por walkie-talkies, mas os rádios falharam. Por isso, Davis precisou ir e vir na rodovia para localizar seu parceiro, Jack Wright Twining (34 anos). Num desses retornos proibidos, Davis encontrou o casal Tidwell.

Davis e Twining estavam em liberdade condicional por roubo, mas Twining, por ser mais velho e violento, possuía um longo histórico criminal desde seus 15 anos de idade. Ele tinha condenações por ter matado um preso (estrangulado ao tentar um ataque sexual contra Twining na lavanderia da prisão em 1959) e por

tentar matar um policial. Os dois criminosos se conheceram enquanto cumpriam pena na Flórida, sendo que Twining já havia passado por Alcatraz.

Finalmente, Davis localizou Twining, que portava um revólver Smith & Wesson Modelo 28 .357 Magnum. Preocupado sobre a possibilidade de o casal Tidwell ter acionado a polícia, Davis explicou o que havia acontecido e sugeriu que escondessem as armas que possuíam, menos os dois revólveres que portavam. A dupla transportava outras 10 armas de fogo no carro. No porta-malas havia quatro armas curtas e três rifles, mas nenhuma delas seria utilizada no confronto que estava por vir. Contudo os criminosos deixaram três armas (duas pistolas Colt 1911 .45 ACP e uma espingarda calibre 12 de cano serrado) sobre o assento traseiro do carro.

O telefonema do casal Tidwell foi recebido pela central da CHP às 23h36 e a ocorrência foi caracterizada como "homem armado em via pública". Homens armados naquela região eram **OCORRÊNCIAS COMUNS**, pois o local era frequentado por caçadores e atiradores que praticavam tiro ao alvo em pontos remotos do distrito. Casos de motoristas que apontavam armas uns para os outros também ocorriam, mas disparos raramente aconteciam. Além disso, mostrar uma arma de fogo em local público era **APENAS UMA CONTRAVENÇÃO**. Mesmo assim, brigas de trânsito envolvendo armas de fogo colocavam em risco a vida das pessoas e, por isso, os policiais ficavam **IMPACIENTES** para localizar os envolvidos.

Assim, a viatura 78-8, conduzida pelos policiais Roger Gore e Walter Frago (ambos com 23 anos de idade e pouco mais de um ano de experiência), foi designada para localizar e interceptar o Pontiac vermelho. Os dois policiais eram amigos desde a academia de polícia. Eles eram considerados dedicados e trabalhadores. Também eram casados e tinham filhos (Gore tinha um filho e Frago tinha dois). Gore e Frago estacionaram a viatura e aguardaram a passagem do veículo suspeito. Às 23h54, Gore e Frago solicitaram reforço policial, pois já estavam seguindo o Pontiac e perceberam que havia dois indivíduos dentro dele.

A viatura 78-12, ocupada pelos policiais James Pence e George Alleyn (ambos com 24 anos de idade e menos de dois anos de experiência), respondeu ao chamado e se adiantou na rodovia para aguardar a passagem dos suspeitos e da viatura 78-8. Pence e Alleyn eram jovens e inexperientes. Eles também eram casados e cada um tinha dois filhos com menos de três anos de idade. Antes que pudessem parar a

viatura, eles foram informados de que o veículo suspeito havia deixado a rodovia, assim que Gore e Frago ligaram as luzes de sinalização. Ao receber essa informação, a viatura 78-12 fez um retorno para alcançar a viatura 78-8 e prestar o apoio solicitado. O policial Alleyn notificou os colegas: "Nós estaremos aí em um minuto!"

Os suspeitos ignoraram a ordem de parada e seguiram até a entrada de um posto de gasolina chamado Standard Oil Service Station, vindo a parar na via que dava acesso ao local. Frago avisou os colegas que estavam na outra viatura sobre o local onde os suspeitos haviam parado.

Gore e Frago seguiram o carro suspeito e pararam atrás dele a uma distância de cerca de cinco metros (e ligeiramente a sua direita). Uma transmissão pelo rádio foi feita às 23h56, quando Pence avisou: "11-99! 11-99! Tiros disparados!" Esse código era utilizado quando os policiais precisavam de assistência urgente; e foi suficiente para acionar mais de sete viaturas.

O que ocorreu foi observado e narrado por 30 testemunhas que estavam no posto e num restaurante próximo. O local do confronto era aberto e bem iluminado e as declarações das testemunhas, combinadas com os indícios coletados na cena do crime, esclareceram todo o evento daquela noite.

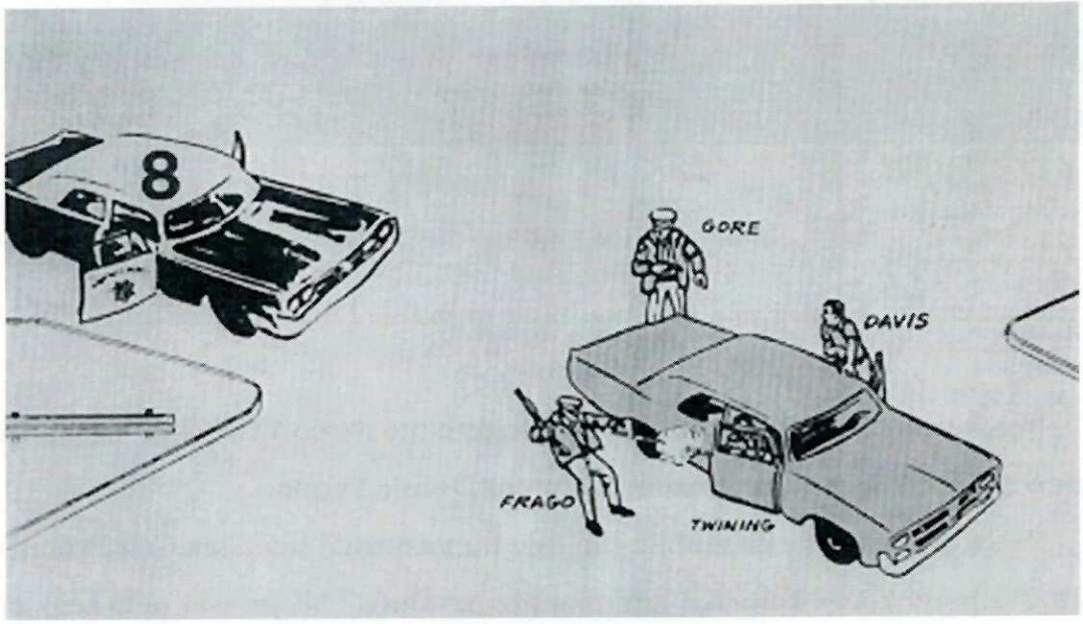
Quatro minutos e meio

Gore desceu da viatura, protegeu-se atrás da porta do motorista e apontou um revólver Colt Python .357 Magnum para os ocupantes do carro suspeito. Ao mesmo tempo, Frago pegou uma espingarda calibre 12 Remington 870, carregou/alimentou a arma, saiu rapidamente da viatura e tomou posição entre a porta do passageiro e a coluna A (outro relato informa que os policiais desceram da viatura e se posicionaram na frente dela, sem usá-la como proteção para a abordagem). Gore gritou: "Desça do carro com as mãos para cima!" Mas ninguém respondeu. Então Gore repetiu o comando mais duas vezes antes que a porta do motorista se abrisse e Bobby Davis descesse do carro: "Saia do carro!" e "Nós mandamos você colocar as mãos para cima!"

Finalmente, Davis obedeceu às ordens de Gore, saindo do carro e assumindo a posição clássica de uma busca pessoal (pernas afastadas, corpo inclinado para frente e mãos sobre o teto do veículo). Além da demora em sair do veículo, a postura corporal de Davis já indicava que ele conhecia os procedimentos policiais, especialmente os de busca pessoal. Até aqui, Twining não fez qualquer esforço que indicasse sua intenção de obedecer aos policiais.

Assim que Davis se posicionou fora do carro, os dois policiais avançaram em direção aos suspeitos, Gore pelo lado esquerdo (em direção ao suspeito Davis) e Frago pelo lado direito (em direção à porta do passageiro e com a espingarda cruzada na frente do peito e com o cano voltado para cima). Gore parou perto do porta-malas do veículo e Frago ficou pouco atrás da porta do passageiro. Nesse instante, Frago empunhou a espingarda apenas com a mão direita, enquanto tentava abrir a porta do passageiro acionando a maçaneta com a mão esquerda.

De repente, Twining abriu a porta e apontou um revólver .357 Magnum com sua mão direita. Frago gritou para que o suspeito parasse enquanto baixava o cano de sua espingarda na direção do agressor; mas já era tarde demais. O criminoso disparou duas vezes contra o peito de Frago, que caiu de costas já morto (o primeiro projétil atravessou o pulmão esquerdo, a aorta, o pulmão direito e saiu pelo lado direito das costas; o segundo projétil atravessou o pulmão esquerdo e se alojou na coluna vertebral).

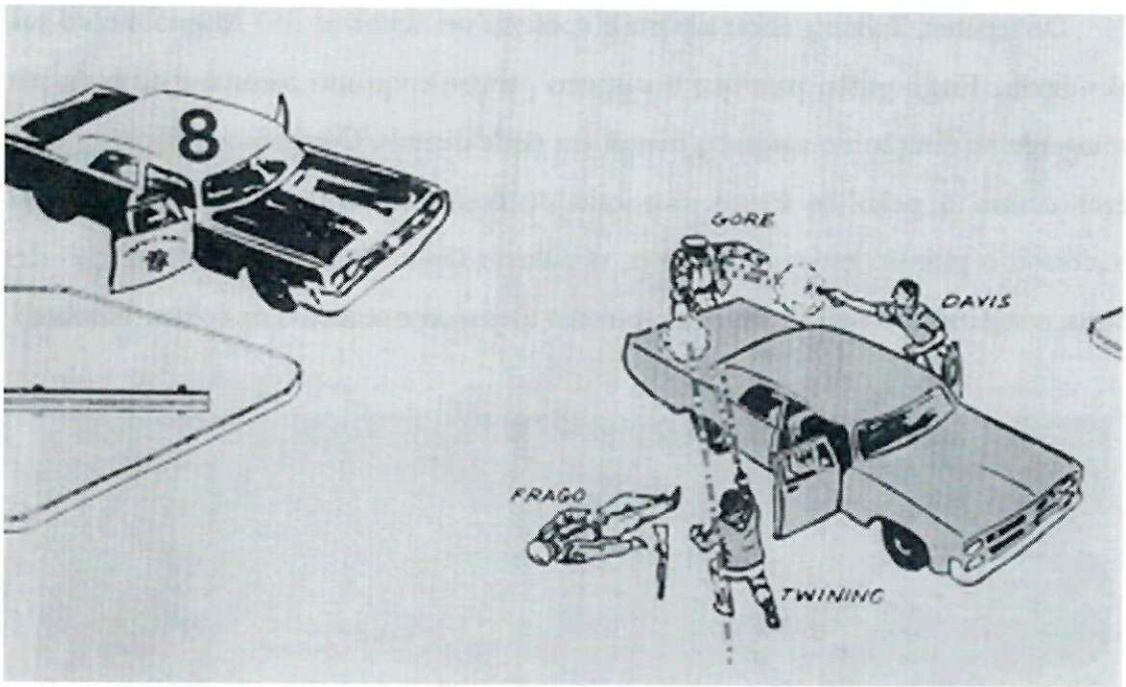


O policial Frago é morto e o confronto começa. (BRADSHAW, 2012).

Twining saiu do carro e disparou sobre o porta-malas contra Gore, que reagiu e fez dois disparos que erraram o alvo e atingiram um carro estacionado nas proximidades. Twining continuou a atirar contra Gore, mas como estava sob fogo (e estresse), seus disparos foram direcionados para baixo, atingindo a lateral direita do Pontiac vermelho.

Esse pequeno instante de distração era tudo que Davis precisava para se afastar de Gore, sacar o revólver .38 e atirar duas vezes contra o policial. O primeiro projétil atravessou seu estômago e atingiu o baço; o segundo atravessou o pulmão esquerdo e acertou a coluna vertebral. Gore também caiu morto.

Pence e Alleyn estavam logo atrás, mas próximos o suficiente para ouvir o tiroteio e requisitar mais apoio policial. Havia se passado menos de um minuto desde que Gore e Frago tinham iniciado a abordagem.

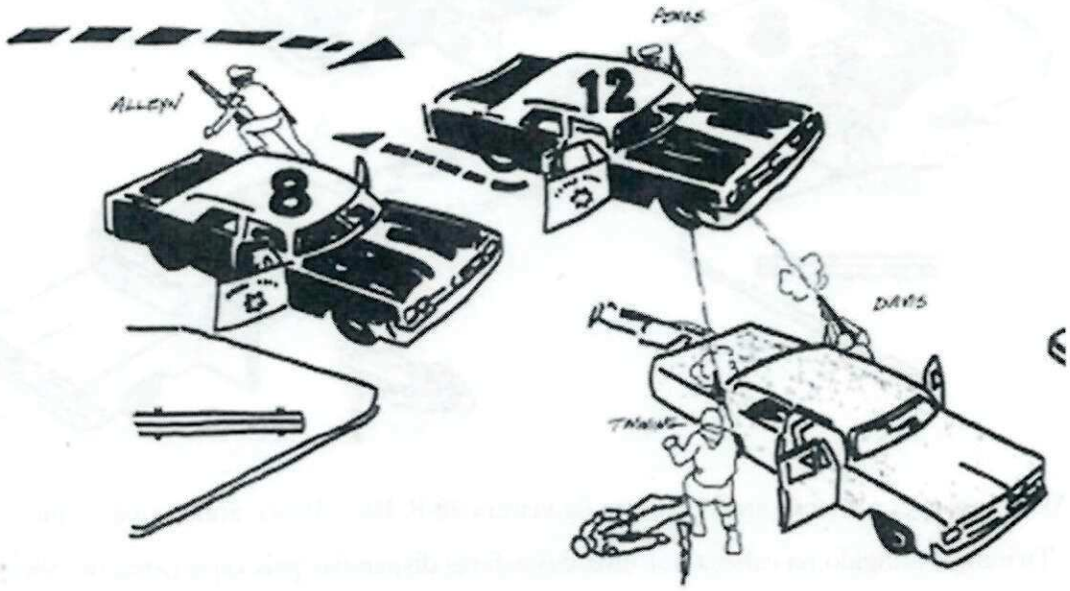


Gore tenta engajar Twining, mas sem sucesso, e é morto por Davis. (BRADSHAW, 2012).

Imediatamente após parar ao lado esquerdo e um pouco à frente da viatura 78-8, a viatura 78-12 foi alvo de disparos feitos por Davis e Twining.

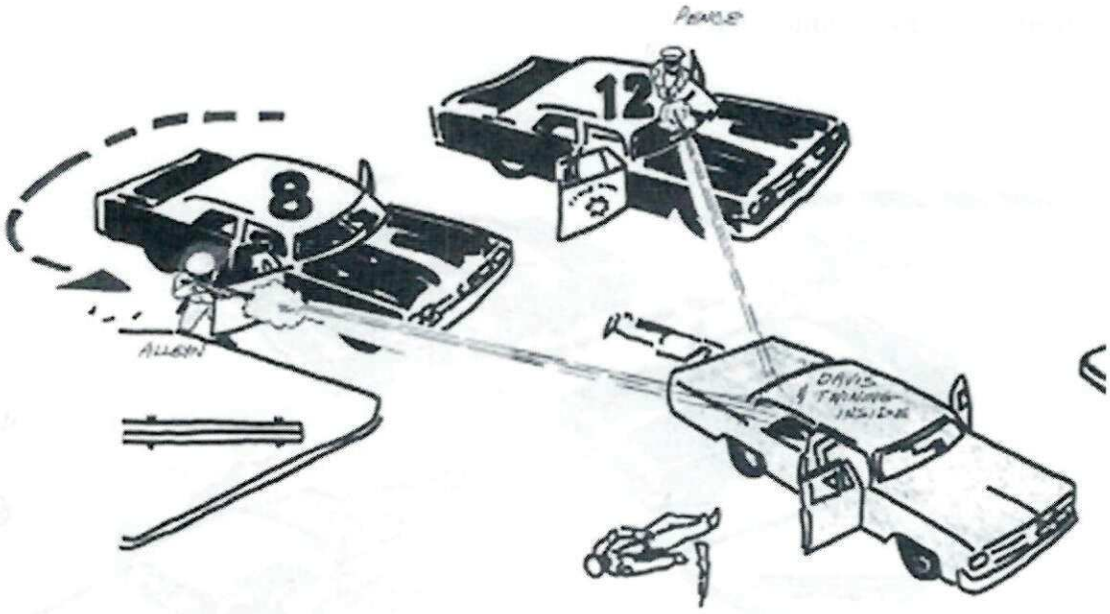
Pence desembarcou da viatura pelo lado do motorista, sacou seu Colt Python e utilizou a porta como barricada para confrontar Davis. Alleyn saiu pelo lado do passageiro com uma espingarda calibre 12, contornou a viatura 78-8 até assumir uma

posição de tiro (usando a porta do passageiro dessa viatura como barricada), de onde confrontou os dois criminosos.



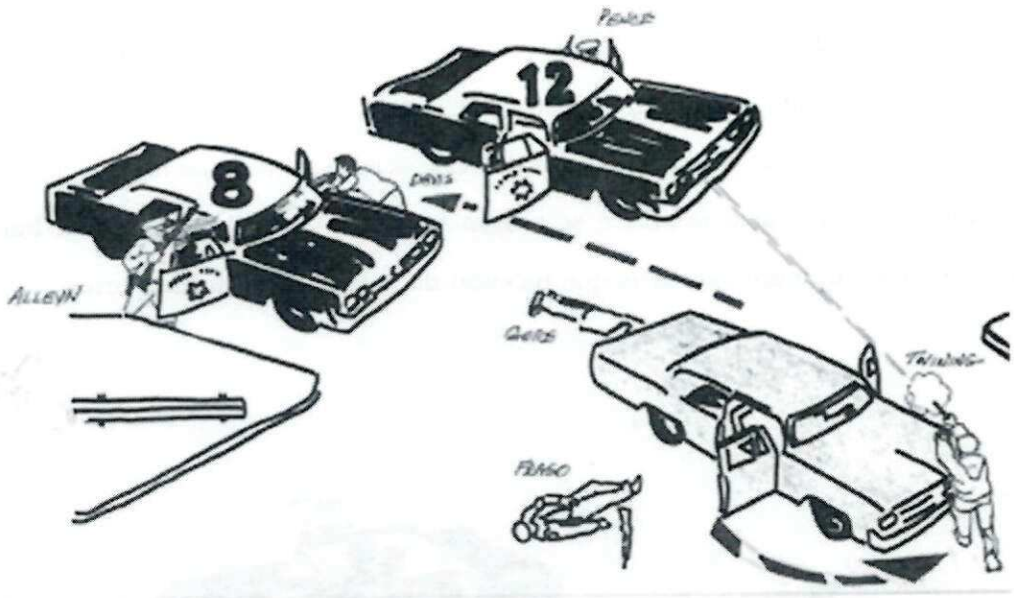
Os policiais Pence e Alleyn chegam ao local da ocorrência e são recebidos a tiros imediatamente. (BRADSHAW, 2012).

Davis e Twining, já sem munição, entraram no Pontiac para pegar outras armas. Quando os criminosos saíram do carro, Davis tinha uma espingarda calibre 12 de cano serrado e Twining uma pistola .45, que falhou assim que ele realizou o primeiro disparo. Então Twining jogou a arma fora e entrou no carro novamente para pegar outra pistola .45. Nesse momento, um dos tiros de Alleyn quebrou o vidro traseiro do carro dos suspeitos, permitindo que apenas uma esfera atingisse a testa de Twining, mas sem representar condições de incapacitá-lo (o pequeno projétil não penetrou o crânio).



Alleyn procura proteção atrás da porta da viatura 78-8. Ele e Pence atiram nos criminosos. Twining é atingido na cabeça por uma das esferas disparadas pela espingarda de Alleyn. (BRADSHAW, 2012).

Davis, que disparava contra Pence com sua espingarda de cano serrado, virou sua atenção para Alleyn. Davis avançou rapidamente entre as viaturas, posicionando-se do lado esquerdo da viatura 78-8 (a viatura de Gore e Frago). Nessa posição, ele conseguiu disparar em Alleyn pela abertura da porta do motorista. Com esse tiro, Alleyn foi atingido no rosto, no ombro e na mão esquerda, o que fez com que o policial manobrasse a telha da espingarda, num ato reflexo, e ejetasse o último cartucho de sua arma longa (nesse local foram encontrados três estojos e um cartucho intacto, todos no calibre 12).

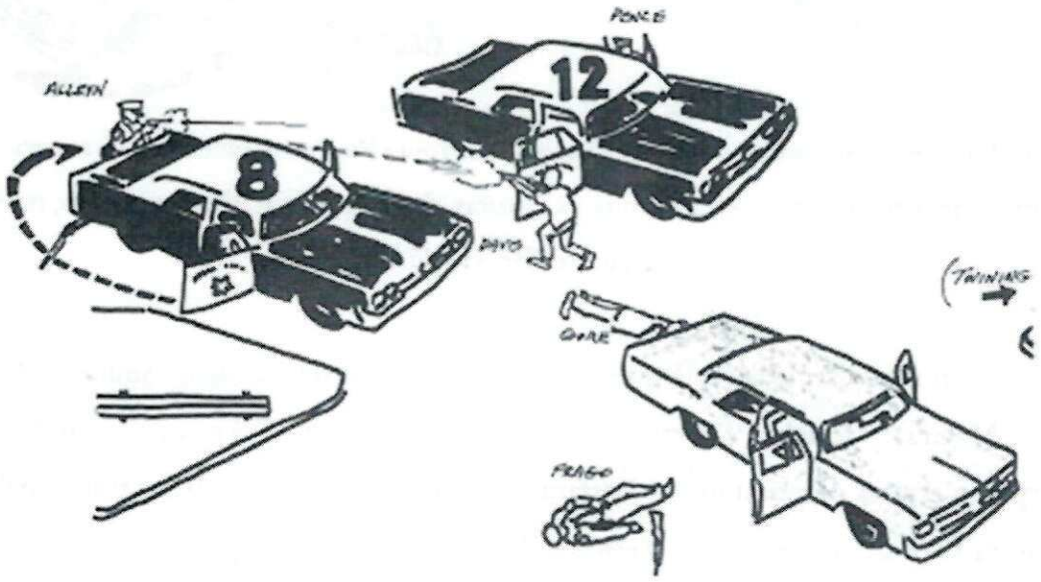


Os dois criminosos saem do carro. Twining confronta Pence enquanto Davis avança com uma espingarda de cano serrado entre as viaturas, de onde atinge Alleyn no rosto, ombro e mão esquerda. (BRADSHAW, 2012).

Sem munição, Alleyn largou a espingarda, sacou seu revólver Smith & Wesson .357 Magnum Modelo 19, recuou até a traseira da viatura 78-8 e realizou mais quatro disparos contra os criminosos. Bastante ferido, Alleyn se apoiou no porta-malas da viatura para se manter de pé. Testemunhas disseram que ele passou a mão no rosto (de baixo para cima) para retirar o excesso de sangue. Esse movimento derrubou seu quepe sobre a tampa do porta-malas da viatura 78-8. Logo depois, um segundo disparo realizado por Davis o acertou no peito e no rosto novamente. Com o impacto, Alleyn fez um disparo sem querer (que atingiu o vidro traseiro da viatura), caiu de joelhos e tombou para o lado direito. O policial Alleyn morreu a caminho do hospital.

Enquanto isso, Pence (do lado do motorista da viatura 78-12) trocava tiros com Twining, que mesmo ferido na cabeça, conseguiu sair pelo lado do passageiro, contornar o Pontiac pela frente e usá-lo como barricada. Nessa troca de tiros, Pence ficou sem munição, mas só percebeu isso depois de ter acionado o gatilho três vezes sobre os cartuchos já deflagrados. Então ele se protegeu, retirou seis novos cartuchos do baleiro e tentou inseri-los no tambor. Quando estava inserindo o último cartucho, Pence percebeu um movimento à sua esquerda e foi atingido por

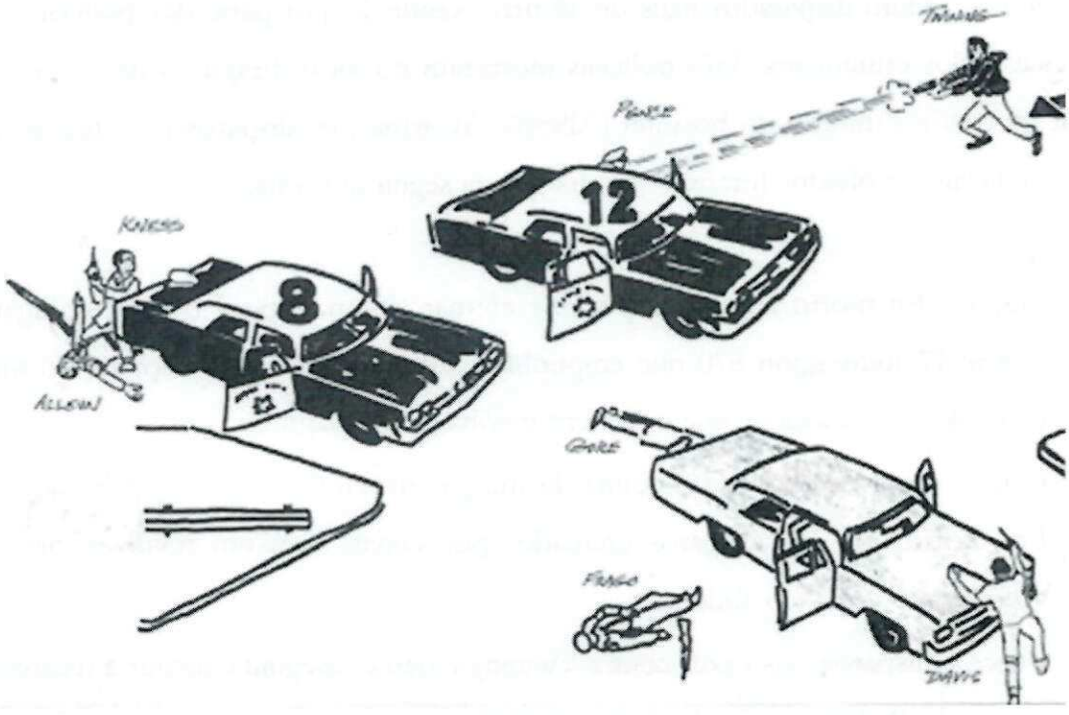
quatro tiros (dois no peito e dois nas pernas). Mesmo seriamente ferido, Pence terminou de remuniciar seu revólver, mas não teve tempo de atirar. Ele levantou a cabeça e viu Twining apontar a pistola .45 em seu rosto. O assassino gritou: "Te peguei, filho da puta!" e disparou um tiro que acertou o policial logo abaixo do olho esquerdo, atravessou o crânio e se alojou na parte de trás do cérebro. Pence não pode fugir porque um dos tiros que recebeu na perna fraturou seu fêmur.



Apesar de ferido, Alleyn continua a confrontar Davis, mas é atingido no rosto novamente. Twining percebe que Pence está recarregando seu revólver e o flanqueia. (BRADSHAW, 2012).

Durante o tiroteio dos policiais Alleyn e Pence com os criminosos, um morador local e ex-fuzileiro naval, que dirigia pela estrada, presenciou os últimos instantes do conflito. Gary Kness (31 anos) desceu do carro ao ver que o policial Alleyn havia caído atrás (e à direita) da viatura 78-8 ao ser atingido pelos tiros de Davis. Kness também viu Davis dispensar sua espingarda de cano serrado após o último disparo e correr para pegar a espingarda de Frago. Davis teve muita dificuldade para operar a espingarda do policial morto e acabou realizando um disparo acidental. Com raiva, Davis largou a espingarda e pegou o revólver Colt .38 Police Model que estava no coldre de Frago.

Mesmo desarmado, Kness agarrou o cinto do policial Alleyn e tentou puxá-lo para trás da viatura 78-8, porém sem sucesso, pois Alleyn era muito pesado. Ao perceber que Davis caminhava em sua direção com um revólver, Kness, que não disparava uma arma de fogo havia 10 anos, pegou a espingarda do policial Alleyn e tentou atirar em Davis, mas a arma estava sem munição. Ele manobrou a telha da espingarda e tentou atirar novamente, sem sucesso. Então Davis atirou em Kness enquanto ele soltava a espingarda e pegava o revólver de Alleyn. Kness empunhou o revólver com as duas mãos, engatilhou a arma, mirou em Davis, acionou o gatilho e fez um disparo. Apesar de Kness errar o alvo, o projétil ricocheteou no carro dos criminosos e dois fragmentos atingiram o peito de Davis. O ferimento não foi sério, mas o impacto foi suficientemente forte para fazer com que o criminoso fugisse. Kness armou o cão do revólver e pressionou o gatilho outra vez, mas a munição havia acabado. As ações de Gary Kness impediram que o policial Alleyn fosse executado por Davis. Entretanto o combate continuava à sua esquerda.



O morador local, Gary Kness, chega e tenta ajudar Alleyn. Ele dispara em Davis, que é obrigado a recuar até a frente do Pontiac. Twining avança contra Pence e o executa. Kness e os criminosos desistem de continuar o conflito. (BRADSHAW, 2012).

Gary Kness viu Twining assassinar o policial Pence e percebeu que ele estava sozinho e desarmado. Ao ouvir a sirene da terceira viatura (78-16R), Kness pulou dentro de uma valeta para escapar do tiroteio (ele ainda segurava a arma de Alleyn). Às 23h59, os policiais Ed Holmes e Richard Robinson desceram da viatura com armas em punho e prontos para o confronto, quando houve uma rápida troca de tiros. Twining, com sua pistola .45 sem munição, pegou a espingarda de Frago, o revólver de Gore e entrou no Pontiac. Davis já estava ao volante, ainda com o revólver de Frago. A dupla fugiu enquanto um último tiro atingia o vidro traseiro do carro dos criminosos. Eles alcançaram o fim de um estacionamento sem saída, abandonaram o veículo, separaram-se e sumiram na escuridão.

Quando ouviram a chamada para a viatura 78-8, Holmes e Robinson monitoraram a chamada para prestarem apoio. Mas quando souberam que a viatura 78-12 já estava a caminho, eles retornaram e continuaram o patrulhamento de rotina na crença de que mais viaturas não seriam necessárias.

O Incidente de Newhall durou aproximadamente quatro minutos e 30 segundos. Foram disparados mais de 40 tiros, sendo 15 por parte dos policiais e os demais pelos criminosos. Três policiais morreram no local (Frago, Gore e Pence) e um morreu a caminho do hospital (Alleyn). As armas, os disparos e os ferimentos dos policiais envolvidos foram determinados da seguinte forma:

- Frago – foi morto antes que pudesse efetuar algum disparo com a espingarda calibre 12 Remington 870 que empunhava. Atingido por dois disparos no tórax efetuados por Twining, que usava um revólver .357 Magnum.
- Gore – disparou duas vezes contra Twining com seu Colt Python .357 Magnum. Foi morto por dois disparos efetuados por Davis, com um revólver .38, que acertaram o tórax e o abdômen.
- Pence – disparou seis vezes contra Twining e não conseguiu concluir a recarga de seu Colt Python .357 Magnum. Atingido por cinco disparos efetuados por Twining, sendo dois no tórax, dois nas pernas (um em cada perna) e um na cabeça.

- Alleyn – disparou três vezes com sua espingarda calibre 12 contra Twining (o que provocou um pequeno ferimento em sua testa) e quatro vezes contra Davis com um revólver Smith & Wesson .357 Magnum Model 19. Atingido por dois disparos de calibre 12 efetuados por Davis, sendo ferido no tórax, no ombro, no rosto e na mão esquerda. O segundo tiro de calibre 12 fez com que Alleyn realizasse um tiro acidental.
- Holmes – disparou duas vezes contra o carro em fuga, mas sem efeito.



Viaturas envolvidas no Incidente de Newhall. (CHP, 1970).



Viaturas envolvidas no Incidente de Newhall. (CHP, 1970).



Viaturas envolvidas no Incidente de Newhall. (CHP, 1970).



Viaturas envolvidas no Incidente de Newhall. (CHP, 1970).



Viaturas envolvidas no Incidente de Newhall. (CHP, 1970).



Veículo dos criminosos Davis e Twining (CHP, 1970).



Veículo dos criminosos Davis e Twining (CHP, 1970).



Veículo dos criminosos Davis e Twining (CHP, 1970).



Veículo dos criminosos Davis e Twining (CHP, 1970).



Veículo dos criminosos Davis e Twining (CHP, 1970).



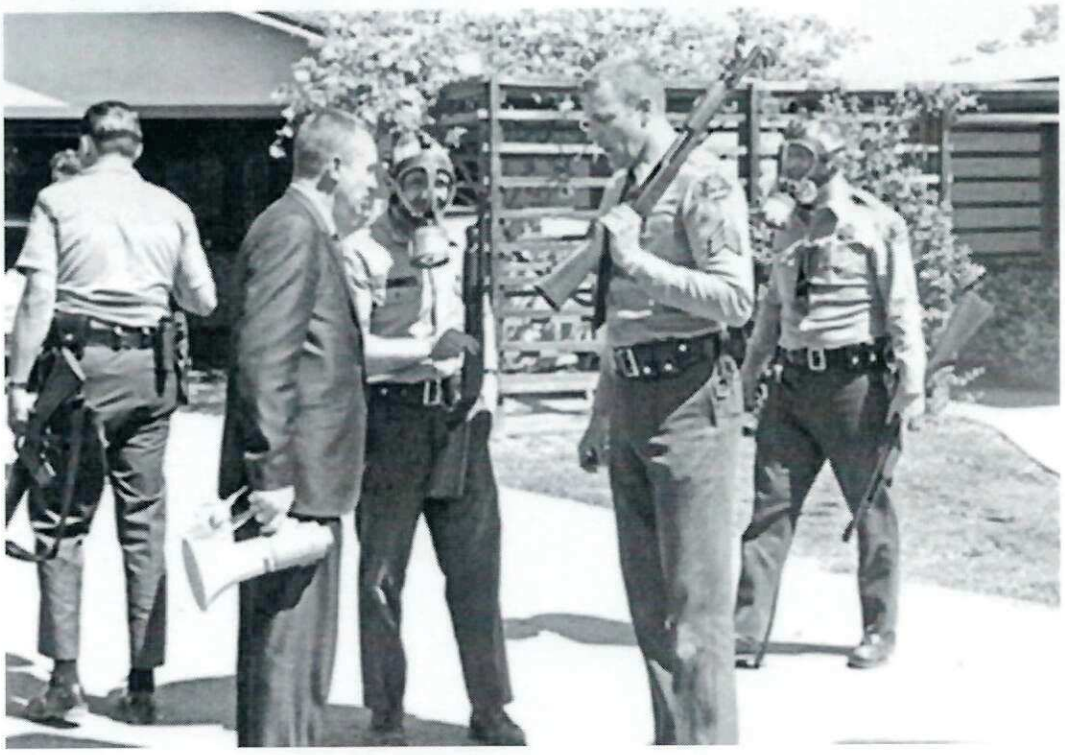
Policiais usam uma viatura como proteção, enquanto outros se aproximam da casa (no topo do morro) onde o criminoso mantinha um refém (CHP, 1970).



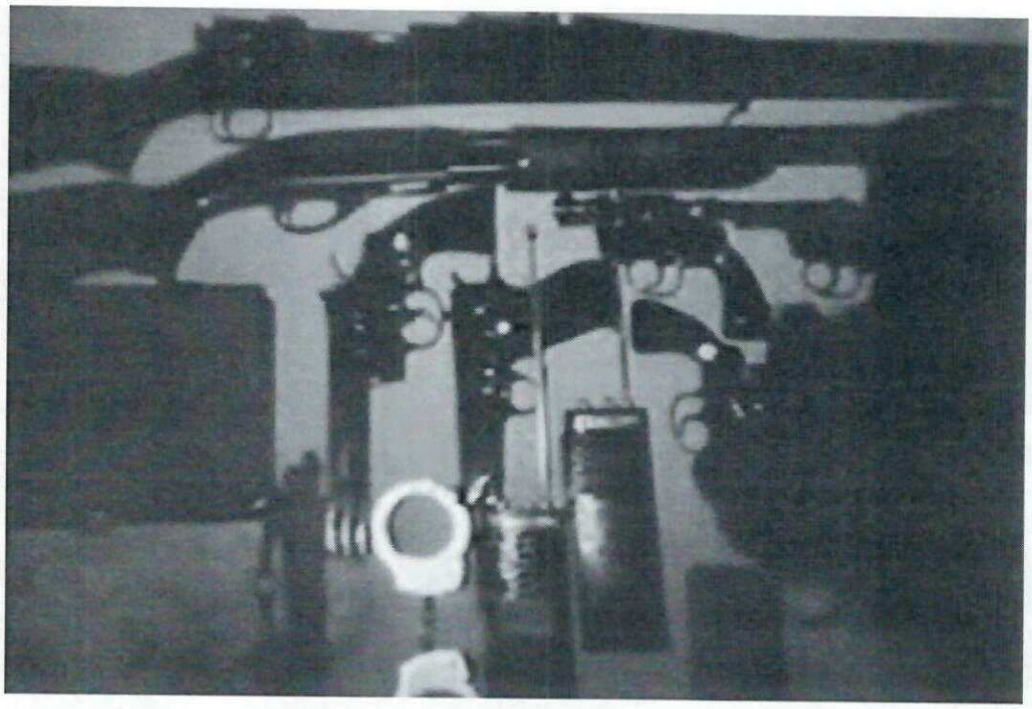
Policiais lançam granadas de gás lacrimogêneo antes de entrarem na casa onde o criminoso estava barricado. O último refém já havia sido solto (CHP, 1970).



Policiais lançam granadas de gás lacrimogêneo antes de entrarem na casa onde o criminoso estava barricado. O último refém já havia sido solto. A imprensa acompanha a ação policial (CHP, 1970).



Com o suicídio do criminoso, o cerco termina. (CHP, 1970).



Armamento utilizado pelos criminosos. (CHP, 1970).



Fotografia dos policiais mortos publicada no jornal The Signal, em 8 de abril de 1970.



RECEIVES AWARD FOR ASSISTING FOUR OFFICERS—Gary D. Kness of Saugus received a Community Service Award from the Patrol for coming to the assistance of the four Newhall officers slain during the April gun battle. Kness exchanged gunfire with the killers and is credited with wounding one. The presentation was made by Supervising Inspector George R. Reinjohn, Commander of Zone V, Los Angeles.

Gary Kness (à direita) ao receber uma condecoração pelo ato de bravura. (CHP, 1970).



Esposas e filhos (na primeira fila) durante a inauguração do memorial em homenagem aos policiais mortos (CHP, 1970).

Após o confronto

Três horas depois, Davis tentou roubar uma caminhonete de um homem que dormia dentro do carro. Como o dono da caminhonete estava armado com um revólver Smith & Wesson .38, novo tiroteio se seguiu. Mesmo ferido no ombro, Davis foi capaz de disparar seu último tiro e roubar o veículo. O dono da caminhonete avisou a polícia e Davis foi preso às 4h15 do dia 6 de abril de 1970, sem reagir.

Menos de uma hora depois da prisão de Davis, Twining invadiu uma casa, distante quase cinco quilômetros do local do tiroteio, e tomou uma família como refém. Felizmente, uma pessoa da família conseguiu telefonar para a polícia. Assim que a polícia cercou o local, a esposa do dono da casa conseguiu fugir com seus dois filhos, deixando Twining com apenas um refém.

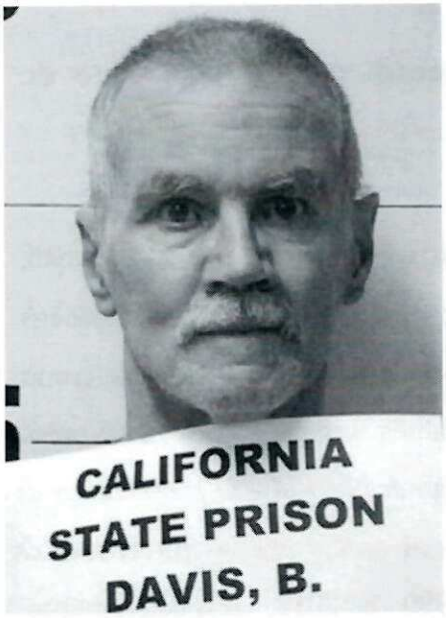
Durante as negociações, Twining revelou que ele e Davis haviam decidido confrontar os policiais antes de serem parados. Quando os negociadores perguntaram sobre o que havia permitido que eles reagissem, o criminoso respondeu: "Eles nos pararam! Nós estávamos prontos, eles não! Um deles foi muito descuidado, então eu o matei!" (referindo-se ao policial Frago). A polícia também permitiu que um repórter entrevistasse Twining. A breve entrevista foi gravada:

> Repórter: "O que você planeja fazer?"
> Twining: Eu só queria alguns minutos antes de morrer! É só!"
> Repórter: "Por que você acha que tem que seguir esse caminho?"
> Twining: "Bem, eu já estive preso antes e não quero voltar novamente, e... Eu acho que é melhor fazer isso eu mesmo do que deixá-los fazer isso por mim!"
> Repórter: "Claro! Se você for preso na Califórnia... Você sabe que não tem havido execuções na Califórnia faz muito tempo!"
> Twining: Há muito tempo ninguém mata quatro policiais rodoviários também!"

Pela manhã, Twining libertou o último refém, mas não se rendeu. Quando ficou claro que as negociações não avançariam, os policiais jogaram granadas de gás lacrimogênio e entraram na casa usando máscara contra gases. Twining, então,

matou-se com um tiro na cabeça disparado da espingarda calibre 12 do policial Frago. Acreditando que estavam sob fogo, os policiais dispararam contra o corpo do criminoso (que já estava morto).

O tiroteio havia acabado, mas quatro policiais rodoviários estavam mortos. Bobby Augustus Davis foi condenado à morte na câmara de gás. Durante seu julgamento, ele alegou inocência. Ao ouvir a sentença, Bobby Davis olhou para nove policiais rodoviários da CHP e deu um sorriso. Como a pena de morte no estado da Califórnia foi banida em 1972, a sentença do criminoso foi convertida para prisão perpétua. Entretanto Davis se enforcou na prisão em 2009. Ele tinha 67 anos de idade na ocasião da sua morte.



Apesar de esse incidente ter ocorrido há 47 anos nos Estados Unidos, ele é um perfeito exemplo do tipo de criminoso que o policial brasileiro pode encontrar um dia. E isso significa também que confrontos assim podem ocorrer a qualquer momento e terem início como algo trivial.

Então é preciso pensar sobre essa ocorrência. Pensar sobre a mente combativa desses dois criminosos (o comentário de Twining já dá uma clara perspectiva sobre isso). Ex-condenados que não queriam retornar para a prisão de modo algum. Motivados pelo dinheiro, bem armados, caçadores experientes e praticantes de tiro ao alvo (como ficou esclarecido nas investigações que se seguiram), eles atacaram e mataram quatro policiais em menos de cinco minutos.

Agora é preciso pensar também sobre o estado mental dos policiais. Imaginar tudo que eles poderiam de ter feito de diferente. Visualizar aquilo que o policial (o leitor) faria se encontrassem pessoas como Davis e Twining. As prisões estão repletas de criminosos como eles, e muitos são soltos todos os dias após anos de ócio e ódio contra policiais. Então o policial deve refletir sobre a ocorrência que desencadeou o tiroteio: **UMA BRIGA DE TRÂNSITO**.

O Incidente de Newhall precisa ser conhecido no Brasil, pois, infelizmente, as polícias ainda são incapazes de produzir dados e conhecimentos relevantes para a salvaguarda de seus homens e mulheres. A forma como cada policial é ferido ou morto tem um importante papel no estudo técnico para o aprimoramento da segurança daqueles que ainda estão vivos. Será preciso uma tragédia nacional para acordar as instituições sobre a importância dos estudos de casos e o próprio policial sobre a gravidade do seu comportamento profissional?

O que os policiais americanos aprenderam com o Incidente de Newhall

A rapidez e a brutalidade do ataque, por ocasião do Incidente de Newhall, chocaram os policiais americanos. Muitos se perguntaram como dois homens conseguiram atacar e matar quatro policiais de modo sistemático. As respostas, como muitas questões da vida, estavam impressas nos detalhes. Livros como *The Newhall Incident – America's worst uniformed cop massacre (O Incidente de Newhall – O pior massacre de policiais uniformizados da América)* e *Newhall Shooting – A tactical analysis (O Tiroteio de Newhall – Uma análise tática)*, publicados em 1999 e 2012, respectivamente, exploraram a ocorrência e seus desdobramentos nos treinamentos e táticas.

Após o tiroteio, a California Highway Patrol (CHP) conduziu uma investigação interna e descobriu que todos os quatro policiais envolvidos na ocorrência tinham menos de dois anos de experiência, apesar de serem veteranos da Guerra do Vietnã. Todos eles agiram de acordo com os procedimentos da época, exceto pelo fato de terem abandonado uma vantagem tática ao deixarem suas posições de proteção para prender os criminosos.

A investigação determinou que os policiais não haviam sido treinados adequadamente, porque naquela época o governador da Califórnia (Ronald Reagan) havia aumentado o efetivo policial de modo tão rápido que a corporação não tivera condições e pessoal para conduzir uma formação adequada para os recrutas. De

qualquer forma, a análise da ocorrência também determinou que os policiais reagiram à situação exatamente da forma como haviam aprendido no treino.

A análise detalhada do confronto rendeu muito debate, acusações e frustações. Apesar disso, fez surgir uma ampla mudança na doutrina policial. E o que se sabe é que as transformações na formação e no treinamento foram enormes. Por exemplo, a CHP mudou a disciplina de tiro para refletir cenários reais de tiroteios. O incidente também forçou outras organizações policiais americanas a reconsiderarem a forma como equipavam seus policiais.

Para que a tragédia não caísse no esquecimento a CHP desenvolveu um acrônimo (em inglês) para a palavra **NEWHALL**:

> **N** – Never approach a danger situation until you are adequately prepared and supported.
> **E** – Evaluate the offense and determine if you might just be dealing with something heavier and more dangerous than it looks.
> **W** – Wait for back up.
> **H** – Have a plan.
> **A** – Always maintain the advantage over the opponent.
> **L** – Look for the unusual.
> **L** – Leave the scene when in doubt.

N – Never approach a danger situation until you are adequately prepared and supported. **NUNCA SE APROXIME DE UMA SITUAÇÃO PERIGOSA ATÉ QUE VOCÊ ESTEJA PREPARADO E COM O APOIO ADEQUADO.** Quando Frago se aproximou do Pontiac, ele desviou o cano da sua espingarda para cima e tentou a abrir a porta do carro. Nesse instante, ele ficou sem condições de usar a espingarda e seu revólver. Frago não estava preparado e não tinha o suporte do colega (que estava abordando o outro suspeito). Os dois policiais deveriam se ocupar com um suspeito de cada vez ao invés de dividirem suas forças (dividindo a equipe) para se aproximar cada um de um suspeito.

E – Evaluate the offense and determine if you might just be dealing with something heavier and more dangerous than it looks. **AVALIE A OCORRÊNCIA**

E DETERMINE SE VOCÊ PODE ESTAR LIDANDO COM ALGO MAIS DIFÍCIL E PERIGOSO DO QUE PARECE. Gore e Frago já sabiam que ao menos um suspeito estava armado, mas eles não consideraram a possibilidade de os dois suspeitos portarem armas.

W – Wait for back up. **ESPERE O APOIO POLICIAL.** Gore e Frago não aguardaram a chegada da viatura 78-12. Quando ela chegou, os policiais Pence e Alleyn foram recebidos a tiros, o que deixou nenhuma margem para aguardar mais reforço (a viatura 78-16R). Isso produziu um efeito cascata que culminou na morte de quatro policiais, um após o outro.

H – Have a plan. **TENHA UM PLANO.** Isso significa que o policial não deve simplesmente caminhar em direção a uma ocorrência sem antes ter planejado cada movimento. Os dois criminosos (Davis e Twining) tinham um plano pensado com antecedência (confrontar os policiais e fugir) e eles subjugaram não só dois, mas quatro policiais armados. Já os policiais não tinham um plano e foram mortos.

A – Always maintain the advantage over the opponent. **SEMPRE MANTENHA A VANTAGEM SOBRE O ADVERSÁRIO.** Os investigadores que interrogaram Bobby Davis concluíram que ele e Twining se renderiam se os policiais Gore e Frago não tivessem abandonado suas posições iniciais.

L – Look for the unusual. **PROCURE O INCOMUM.** Tanto Gore quanto Frago tinha informações de que pelo menos um dos suspeitos estava armado. Mesmo assim, eles ignoraram esse conhecimento e deixaram a proteção da viatura para se aproximarem dos criminosos. Os policiais também foram incapazes de perceber a resistência passiva dos bandidos como algo fora do comum. Alguém que não obedece a uma ordem policial pode estar ganhando tempo e avaliando a situação e o próprio policial para determinar o melhor curso de ação (obedecer, fugir ou lutar).

L – Leave the scene when in doubt. **NA DÚVIDA, DEIXE O LOCAL.** Os investigadores também chegaram à conclusão de que se Gore e Frago tivessem se afastado quando perceberam a resistência dos suspeitos em se renderem, eles poderiam ter gerenciado a ocorrência até a chegada do reforço policial. Deixar o local não significa ir embora, mas manter uma distância segura ou continuar a perseguição até que o reforço policial esteja completo.

Como já foi dito, muitas lições foram aprendidas a partir desse incidente. Obviamente, o objetivo dessa análise não é criticar as decisões e ações feitas por esses policiais. É de se imaginar que eles fizeram o melhor que podiam com o treinamento, conhecimento e equipamento de que dispunham naquele tempo.

De algum modo, eles, e muitos outros mundo afora, não morreram em vão. As mudanças que foram implementadas pela CHP e pelo FBI (por ocasião do Tiroteio de Miami) têm salvo milhares de profissionais engajados na sobrevivência policial. O que é importante é observar casos como esse para aprender o que for possível. Afinal, **MESMO UM PEQUENO PEDAÇO DE CONHECIMENTO PODE DAR AO POLICIAL UMA VANTAGEM NUM CONFRONTO ARMADO.**

Do mesmo modo, outras análises e críticas contidas neste livro possuem o propósito de tornar a atividade policial mais segura, bem como permitir que o leitor possa tirar suas próprias conclusões.

Munições usadas nos treinamentos e no trabalho

Os policiais envolvidos no confronto estavam armados com revólveres Colt e Smith & Wesson .357 Magnum carregados com a munição apropriada, ou seja, .357 Magnum. Contudo os policiais haviam disparado apenas munição .38 Special nos treinamentos que receberam. Quando foram surpreendidos pelo estresse do conflito daquela madrugada, eles dispararam munições que produziram recuo e clarão (muzzle flash) muito maiores. Não há dúvida de que isso teve efeito negativo na precisão de seus disparos. Na verdade, os policiais estavam usando armas diferentes daquelas que estavam acostumados, enquanto os criminosos usavam as armas que conheciam e com as quais haviam praticado sessões de tiro horas antes do tiroteio. Isso pode explicar porque nenhum dos três policiais conseguiu acertar um único tiro com seus revólveres.

LIÇÃO APRENDIDA: em algumas ocasiões, o policial precisa realizar sessões de tiro com a munição de serviço. Isso vale especialmente se ele carrega munições do tipo Magnum, +P e +P+. Ele também deve praticar com todas as armas que fazem parte do acervo da corporação, pois armas diferentes podem ter

sistemas de pontaria, empunhaduras e registros de segurança diferentes, dentre outros itens.

Sabe-se que a munição recarregada e de treino são mais baratas e preservam o armamento, mas ao receber nova carga de munição de serviço, o policial deve utilizar a munição antiga para treinar.

Os alvos para treinamento

Os policiais treinaram durante o curso de formação policial com alvos de precisão. Entretanto o treino com alvos no formato de uma silhueta humanoide também serve para "acostumar" o atirador com o mesmo tipo de visada rápida que suas miras formarão quando elas estiverem sobrepostas a uma pessoa de verdade. Isso permite que o policial entenda o centro do tórax como ponto de impacto desejado e também trabalhe o tiro instintivo e a técnica Flash Sight Picture (enquadramento rápido).

LIÇÃO APRENDIDA: o policial deve treinar com alvos que reproduzem as características da espécie humana, preferencialmente aqueles com imagens de pessoas reais e roupas convencionais. Alvos para tiro preciso são bons para trabalhar os fundamentos do tiro, mas não podem substituir as silhuetas ou figuras humanas.

Além disso, ele deve aprender a atirar de posições barricadas e outros obstáculos, bem como em alvos que também estão protegidos por carros, por exemplo. O instrutor pode vestir os alvos de papel com camisetas velhas, imprimir e colar imagens de rostos de criminosos nos alvos para que eles se pareçam ainda mais com pessoas reais.

O método de recarga do revólver

O método de recarga dos revólveres dos policiais considerava o uso do baleiro (dump pouch ou spill pouch). Esse baleiro consistia num pequeno compartimento

de couro fechado por um botão de pressão que ia preso ao cinto. Quando o compartimento era aberto, todos os seis cartuchos caíam na mão do atirador. Então segurando toda a munição numa das mãos, o policial precisava inserir um cartucho por vez em cada uma das câmaras do tambor do revólver. Não demorou muito para que os policiais mais antigos apelidassem esse tipo de compartimento de "baleiro suicida". Após o incidente, a CHP migrou para os carregadores rápidos para revólveres (speed loaders ou jet loaders), que permitiam inserir todos os cartuchos de uma só vez no tambor do revólver. Essa alteração fez com que a CHP se tornasse a primeira grande instituição policial norte-americana a adotar esses carregadores rápidos para revólveres.



Baleiro, dump pouch ou spill pouch (MARTIN, 2015).

LIÇÃO APRENDIDA: carregadores reservas e speed loaders não são itens opcionais na vida de um policial. A forma como o equipamento é transportado pode ser a diferença entre viver ou morrer. Infelizmente, muitos policiais brasileiros fazem uso do porte velado, mas transportam um carregador reserva no bolso (quando levam algum carregador adicional).

O estado mental do policial

O policial Alleyn, apesar de ter sido seriamente ferido no rosto, não só por um, mas por dois disparos de uma espingarda calibre 12, continuou no combate e foi capaz de reagir para afastar a aproximação de Bobby Davis. Mesmo considerando que o policial morreu a caminho do hospital, sua determinação e vontade de

sobreviver permitiram que ele representasse uma ameaça letal para os criminosos. Não é possível saber o que poderia acontecer se Alleyn não resistisse e lutasse contra Davis. Esse criminoso poderia pegar as armas que estavam no porta-malas do Pontiac, assumir uma posição de vantagem e emboscar os outros policiais que se dirigiam para prestar ajuda.

A coragem e a habilidade para não ceder terreno ao criminoso, mas também continuar na ofensiva foram descritos pelas diversas testemunhas que presenciaram o incidente. Elas disseram que Alleyn se movia com muita agilidade mesmo após ter sido atingido. Isso forçou os agressores a, continuamente, ajustarem suas posições para lidar com a ameaça representada pelo policial.

LIÇÃO APRENDIDA: o policial deve permanecer em combate, mental e fisicamente. Ele tem o dever de lutar pela própria vida e não desistir, pois nunca se sabe o que pode acontecer: um colega pode chegar para ajudar; o bandido pode ficar sem munição ou **COMETER UM ERRO**. O fato de o policial estar vivo a ponto de perceber que foi ferido é um bom sinal, pois significa que ainda está lutando e tem uma chance de sobreviver. O ferimento não pode ser um elemento de desesperança, mas fonte de raiva e energia para continuar e aniquilar o agressor.

Os sinais de perigo

O fato de Davis e Twining terem sido abordados por ameaça com arma de fogo já exigia grande cuidado durante a ação. Especulou-se que Gore e Frago foram menos cautelosos porque as ocorrências envolvendo pessoas mostrando armas de fogo eram delitos corriqueiros e de menor gravidade. Aparentemente, essa maneira de pensar era comum naquela época.

No caso do Incidente de Newhall, pelo menos quatro desses sinais ficaram evidentes. O primeiro foi a relutância de Davis em parar o carro assim que recebeu a ordem policial.

O segundo sinal de perigo foi a recusa de Davis e Twining de saírem do carro. Novamente, pode haver várias razões táticas para um criminoso fazer isso. E o policial deve assumir que o abordado está planejando alguma coisa, até que se prove

o contrário. Lado a lado com esse indicativo de perigo está o terceiro sinal, que foi o fato de Twining ignorar os policiais, mesmo após seu comparsa (Davis) se submeter à determinação policial, e aguardar a aproximação de Frago. A inatividade sob tais circunstâncias é um grande sinal de perigo e deve ser avaliada com muita desconfiança. O quarto sinal de perigo foi o fato de Davis ter assumido a posição básica de busca pessoal, indicando conhecer o procedimento policial. Ou os policiais Gore e Frago não perceberam esses sinais ou falharam em lidar com eles.

LIÇÃO APRENDIDA: deve-se ter em mente que mesmo uma contravenção ou um delito de menor gravidade, mesmo que não envolva uma arma de fogo, pode e mata policiais frequentemente. Cada ocorrência tem o potencial para se tornar mortal e, por isso, o policial deve sempre avaliar a situação visando a identificar algum sinal de perigo.

Sempre que o suspeito não obedece à polícia, isso deve ser visto com total desconfiança. Principalmente quando a polícia aborda um veículo com várias pessoas e um ou outro não obedece à ordem para colocar as mãos sobre a cabeça ou sair do carro.

Sempre que o abordado ignora um sinal de parada ou colabora demais após ser parado, é mais seguro o policial assumir que o suspeito está:

- Esperando o desenrolar da abordagem para verificar se o policial fará uma busca ou prisão. Dependendo do que ocorrer, ele pode colocar seu plano em prática.
- Forçando o policial a cometer um erro na condução da viatura.
- Ganhando tempo para acessar uma arma.
- Ganhando tempo para esconder algo ilícito.
- Ganhando tempo para planejar um ataque.
- Tentando alcançar um local conhecido onde comparsas podem ajudá-lo.
- Tentando encontrar um local que ofereça vantagem tática para o ataque que está por vir.
- Tentando encontrar uma rota de fuga, etc.

Infelizmente, essas falhas ainda são muito comuns entre os policiais. É preciso um esforço para evitar a complacência, adquirindo o hábito de avaliar todas as situações de perigo ou aparente ameaça. Importante também não hesitar em tomar as precauções quando necessário.

Sobre "avançar em direção à ocorrência"

Avançar sobre a ocorrência é provavelmente o maior assassino de policiais que atendem situações de alto risco, como roubos em andamento, por exemplo. É possível que o ímpeto de "se jogar na ocorrência" tenha representado um papel importante na fatídica decisão de Gore e Frago abandonarem uma posição de vantagem.

No início da abordagem, os dois policiais permaneceram protegidos pela viatura e ordenaram que os suspeitos descessem do carro, mas logo abandonaram essa posição de relativa segurança para se aproximarem dos criminosos. Esse comportamento colocou os policiais numa posição vulnerável, o que permitiu que o tiroteio começasse.

Já foi dito que Davis e Twining talvez se rendessem sem lutar se Gore e Frago tivessem esperado mais um minuto até a chegada do reforço policial. Se fosse assim, eles poderiam utilizar todo o tempo necessário para retirar os suspeitos de dentro do carro de maneira controlada. Considerando a frieza e a perspicácia de Davis e Twining, é possível imaginar que os dois entenderiam as consequências de um confronto com quatro policiais em melhores condições táticas. Mesmo se eles tentassem uma investida sob essas condições, o resultado provavelmente seria diferente.

Um dos mais emblemáticos aspectos desse evento é saber por que Gore e Frago, com Pence e Alleyn tão próximos, não esperaram por eles antes de se precipitarem em direção aos suspeitos. A CHP concluiu que havia pouco treinamento no aspecto das táticas de sobrevivência policial naquela época, o que pode ter contribuído para o comportamento dos policiais. Porém é possível que eles tenham agido sob a influência do excesso de confiança, pois eram jovens e

confiantes em suas habilidades de trabalhar em equipe. A juventude, entretanto, limitou suas experiências no trato com suspeitos relutantes e ofensivos como Davis e Twining. Outra questão que deve ser considerada é que os dois policiais estavam juntos numa mesma viatura. Vale lembrar que nos Estados Unidos, um policial pode trabalhar sozinho numa viatura (e ser assistido por outros policiais sozinhos em outras viaturas) ou em dupla em uma mesma viatura.

LIÇÃO APRENDIDA: as unidades com dois policiais tendem a ser mais seguras do que aquelas com apenas um policial, especialmente quando a dupla possui um estado mental ajustado e desenvolve táticas bem coordenadas com definições sobre suas áreas de responsabilidade. Porém o trabalho policial conjunto possui um **EFEITO COLATERAL**. Com o tempo, os policiais começam a contar apenas um com o outro a ponto de acreditarem que não precisam de mais reforços.

Como qualquer outra vantagem tática, os benefícios do trabalho policial em dupla podem ser sobrepujados se os policiais ignoram os princípios básicos da segurança. E um exemplo disso é a tendência de o policial se precipitar nas situações de alto risco. Embora isso seja bem conhecido, muitos ainda agem sem pensar sobre as consequências fatais de tal comportamento. Por essa razão, o próximo tópico irá tratar desse assunto com mais de detalhes.

Táticas de abordagem de alto risco

Com a devida justiça aos policiais americanos mortos, é importante notar que as táticas que eles usaram durante a abordagem seguiram o procedimento padrão da época. Mas as táticas para abordagens de alto risco não foram bem formuladas ou ensinadas, conforme os investigadores do caso. E isso deixou os policiais largados à própria sorte para lidar com um problema novo.

Desde então os treinamentos sobre segurança pessoal, táticas policiais e armamento e tiro melhoraram. Isso quer dizer que todo policial deve saber o básico sobre como conduzir uma situação de alto risco. Entretanto, mesmo a melhor tática policial pode se tornar inútil se o policial não a aplicar. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, basta assistir os programas jornalísticos policiais para ver

todo tipo erro durante o trabalho policial. E esse problema cresce em escala assombrosa quando o policial está fora de serviço.

É triste dizer, mas é muito comum os policiais abandonarem as táticas aprendidas na pressa de realizar uma prisão ou "fazer bonito para a TV", tudo sem preocupação com pessoas inocentes na linha tiro, fogo cruzado, erro de identidade, busca pessoal, sinais de perigo, proteção do perímetro, retaguarda, comunicação, etc. Por esse motivo, seguem algumas dicas para lidar com situações perigosas, muitas delas aprendidas a partir da análise do comportamento policial. Assim, o policial deve:

- Esperar o reforço policial antes de realizar uma abordagem.
- Se for preciso realizar uma abordagem veicular antes que o apoio chegue (ou se a situação mudar e exigir uma intervenção imediata), não fazer tudo ao mesmo tempo. A primeira preocupação é se proteger e manter a arma em punho; depois, deve-se ordenar que os suspeitos fiquem no carro. O policial pode mandar os suspeitos colocarem as mãos sobre a cabeça ou em algum lugar onde possa vê-las. E isso é o mais longe onde o policial deve ir.
- Não tentar extrair os suspeitos (até que o apoio necessário tenha chegado e se posicionado num local adequado).
- Se os suspeitos fugirem a pé e se dividirem, a equipe não deve fazer o mesmo, mas apenas escolher um alvo preferencial e, em conjunto, dar início à perseguição (as outras unidades podem se encarregar dos demais fugitivos).
- Permanecer protegido com a arma na posição "pronto alto". Evitar a "posição sul" e não ficar muito perto da barricada a ponto de ter o movimento e a visão limitados.
- Após a chegada do reforço, usar um procedimento controlado e sistemático para remover os ocupantes do veículo, um por vez.
- Não se aproximar dos abordados imediatamente, mas trazê-los para mais perto, de modo que fiquem ou se sintam expostos.

- Manter os controles verbal e visual durante todo o procedimento. Isso mostrará quem está no comando, desde que a verbalização seja feita **APENAS POR UM** integrante da equipe.
- Nunca se apressar. Se o policial está protegido, o tempo está ao lado dele (usar o tempo como uma vantagem tática).
- Não permitir que os membros da equipe se dividam ou realizem tarefas que não possuam relação com a segurança da abordagem. Os policiais Gore e Frago dividiram suas forças quando um abordou Davis e o outro se dirigiu até Twining. Os policiais poderiam se manter unidos enquanto lidavam com Davis, para depois agirem contra Twining, mas sem perdê-lo de vista.
- Se for o caso, entrevistar um suspeito de cada vez e em separado. Desse modo, as inconsistências nas respostas soarão o sinal de alerta para a equipe. Enquanto um policial faz a entrevista, o outro policial se mantém atento e pronto para evitar a reação de quem ainda está no interior do carro.

A entrada numa área controlada pelo suspeito

O estudo do Incidente de Newhall deve levar em consideração a qualidade e a quantidade de treinamentos disponíveis naquela época. Como os investigadores assumiram que Gore e Frago agiram conforme os procedimentos operacionais que conheciam, é possível que eles tenham sentido algum nível de controle sobre a situação quando, na verdade, não o tinham. Quando eles deixaram a proteção e entraram na zona quente (ou zona vermelha) ocupada pelos dois criminosos, eles desrespeitaram uma das mais importantes regras da sobrevivência policial (uma regra que muitos policiais ainda ignoram): **NÃO VÁ ATÉ OS CRIMINOSOS; FAÇA COM QUE ELES VENHAM ATÉ VOCÊ**. Quando Frago se aproximou do carro dos suspeitos para confrontar Twining, esse erro foi avaliado de dois modos. Primeiro, deixou os dois policiais perigosamente expostos e sem um lugar para se protegerem. Segundo, ao se separarem, isso eliminou a capacidade para uma ação coordenada.

Além disso, como os criminosos ainda não estavam sob controle, Twining se sentiu confortável para agir e se mover à vontade, até porque suas mãos estavam fora da visão dos policiais. O resultado disso foi que Frago só percebeu o ataque quando já era tarde demais.

LIÇÃO APRENDIDA: um procedimento mais seguro é se proteger e mandar os suspeitos recuarem, um por vez, até os policiais. Isso faz com que eles fiquem desprotegidos e se sintam vulneráveis enquanto o policial está abrigado e no comando. Desse modo, os criminosos precisam prestar atenção às ordens que recebem, o que rompe a capacidade de eles pensarem com propriedade, forçando a reavaliação de qualquer plano que tenham elaborado para atacar os policiais. Do mesmo modo, ordenar que eles recuem até a guarnição possui a vantagem de dividi-los e prejudicar a comunicação entre eles. Mais uma vez, isso limita a capacidade de os criminosos coordenarem um ataque.

Ainda que os suspeitos tenham dificuldade para atacar, eles podem fugir e, nesse caso, a equipe já deve ter em mente qual o suspeito a ser perseguido na eventualidade da fuga. Isso mantém a guarnição coesa todo o tempo.

O uso correto da espingarda

A forma com que Frago empunhou sua espingarda durante a aproximação também contribuiu para sua incapacidade de responder de modo eficaz ao ataque de Twining.

Uma espingarda é uma arma de fogo muito efetiva e intimidadora, mas apenas se for usada apropriadamente. Como qualquer outra arma longa, seu emprego a curta distância durante um ataque surpresa é um pouco complicado, e é particularmente ineficaz quando empunhada com apenas uma mão e com o cano voltado para cima. Twining era um criminoso experiente o suficiente para não se sentir intimidado apenas pela simples presença de uma arma, ainda mais sendo empregada de modo ineficaz.

Se Frago tivesse empunhado sua espingarda com as duas mãos e com o cano voltado para o suspeito, ele seria capaz de disparar antes de Twining. Melhor que

isso seria a possibilidade do criminoso se sentir desencorajado em atacar. Segundo o relato do próprio assassino, o ataque só ocorreu porque o policial se descuidou. Especulou-se que uma pessoa fria e calculista em relação ao assassinato de outra, talvez pensasse duas vezes antes de atacar um policial **PRONTO** para reagir.

LIÇÃO APRENDIDA: devido ao tamanho e à capacidade de manobra, uma espingarda pode ser mais bem empregada como arma de apoio. Quando ela é usada dessa forma, o policial que está protegido pode permanecer um pouco mais distante, mantendo o cano da arma ligeiramente apontada para baixo, de modo que possa ver o que está acontecendo para empregar a arma rapidamente se a ocorrência determinar. Isso também limita a empunhadura com apenas uma mão enquanto a outra é utilizada em outras atividades, como aconteceu com o policial Frago. Empunhar uma arma longa com o cano voltado para cima é uma técnica utilizada para deslocamentos rápidos e até para entradas em ambientes confinados, mas nunca para se aproximar de um suspeito resistente.

Finalmente, o policial que empunha uma arma longa não pode realizar uma busca (pessoal ou residencial), muito menos se aproximar do abordado. Se o suspeito agarrar a arma longa do policial, este tenderá a segurá-la com as duas mãos diminuindo a margem para uma defesa mais eficaz que evite, inclusive, o arrebatamento da arma que está no coldre e um ataque com faca.

Sobre o policial que faz o contato e o policial de cobertura

Quando os policiais Gore e Frago se dividiram e cada um, por seu turno, focou um suspeito diferente, eles perderam a capacidade de proteger um ao outro (cobertura). Isso permitiu que Twining lançasse seu ataque surpresa contra Frago enquanto Gore observava Davis. Desse modo, à medida que Gore voltava sua atenção para Twining, Davis ficou livre para atacá-lo sem correr riscos. Gore e Frago, inadvertidamente, dividiram suas forças, e Davis e Twining usaram a surpresa e a distração com eficácia total sobre o descuido dos policiais.

LIÇÃO APRENDIDA: a maioria dos criminosos violentos possui instinto e conhecimento prático sobre a realidade das ruas. Por isso, eles são capazes de

perceber e usar, sem hesitação, toda e qualquer oportunidade que surgir para matar e escapar.

Talvez a melhor defesa contra esse tipo de ameaça seja a prática do **CONTATO E COBERTURA**. Essa prática (Contato e Cobertura) atribui responsabilidades específicas para cada um dos policiais de modo que possam trabalhar como uma equipe. O policial que faz o contato lida com tudo o que exige um contato com o(s) suspeito(s), incluindo entrevistas, pesquisas, buscas pessoais e algemações. Ao mesmo tempo, os policiais de cobertura monitoram a situação (o que inclui a retaguarda) à distância, preferencialmente a partir de uma posição barricada. Esses policiais ficam em segundo plano e não se envolvem no contato, a menos que o policial de contato enfrente problemas ou se perceba alguma outra ameaça.

Essa tática impede que os policiais de cobertura se distraiam ao se envolverem diretamente com o suspeito. Como resultado, o policial de cobertura consegue manter uma visão ampla de todo o local e da ocorrência, já que está focado apenas em promover a segurança. Além do mais, ele pode fazer uma avaliação mais objetiva da situação, livre da raiva ou de qualquer outra emoção relacionada com o evento capaz de obscurecer um bom julgamento, bem como uma resposta eficaz. Finalmente, a prática da técnica de Contato e Cobertura pode desencorajar qualquer tentativa de resistência ao enviar uma mensagem objetiva de que os policiais estão bem preparados para lidar com qualquer tipo de ameaça.

Isso não significa que o uso dessa técnica habilitaria Gore e Frago a se aproximarem com segurança dos criminosos sem um reforço adicional, pois eles sabiam que estavam abordando pelo menos um homem armado. Obviamente, seu uso teria aumentado as chances de os policiais vencerem o confronto.

Entretanto dois policiais podem não ser suficientes para administrar ocorrências envolvendo criminosos com mentes combativas. Então um apoio extra acrescenta mais segurança durante qualquer abordagem.

O que deve ficar claro é que o policial deve utilizar cada vantagem tática disponível para confrontar qualquer suspeito armado ou não.

O estado mental dos assassinos

O Incidente de Newhall, como outros no Brasil e no mundo, oferece um exemplo clássico da forma como os assassinos de policiais costumam pensar. Como predadores que usam seus instintos, Davis e Twining rapidamente avaliaram os policiais Gore e Frago como alvos potenciais, perceberam suas vulnerabilidades e rapidamente se aproveitaram das oportunidades que surgiram. A ideia de serem identificados não os incomodou também, já que atacaram os policiais no estacionamento de um restaurante com aproximadamente 30 testemunhas.

LIÇÃO APRENDIDA: indivíduos comprometidos em matar policiais geralmente não se incomodam com as possíveis consequências, ainda mais no Brasil. Quando encontram alguém que pode interferir em seus objetivos, como um policial prestes a realizar uma prisão, eles agem (por impulso ou astúcia) na primeira oportunidade para eliminar o obstáculo. Essas pessoas possuem um potencial para a violência que excede (e muito) os limites do bandido convencional que os policiais estão acostumados a lidar todos os dias. Por isso, o policial não pode se dar ao luxo de baixar a guarda, subestimar técnicas e negligenciar seu instinto, pois o potencial para encontrar tais criminosos sempre existe e é necessário estar sempre preparado.

Parando na zona quente

Os policiais Pence e Alleyn foram empurrados para uma conjuntura muito perigosa assim que chegaram ao local do tiroteio. Apesar da emergência da situação e da reação instintiva que se seguiu, talvez fosse mais seguro parar a viatura a uma distância maior, que permitisse um desembarque mais seguro, inclusive para avaliar a ocorrência. Dessa posição os policiais poderiam se proteger e decidir o próximo passo, buscar uma posição mais eficaz e disparar contra os criminosos. Diante da nova ofensiva policial, provavelmente Davis e Twining teriam fugido, especialmente com a chegada dos outros dois policiais (Holmes e Robinson), o que aumentaria o poder de fogo da polícia.

LIÇÃO APRENDIDA: a zona quente é sempre uma área **CONTROLADA PELO SUSPEITO**, podendo ser o interior do veículo, uma loja assaltada, um local aberto (próximo ao suspeito), etc.

Então a ideia é não entrar ou parar na zona quente, ao menos pelo tempo necessário para resgatar alguém, pôr em prática um plano de ação ou um contra-ataque. Se um colega foi ferido e não pode lutar, a primeira responsabilidade do outro policial é continuar no confronto até alcançar o objetivo final: eliminar ou afastar o agressor. Só depois ele deve se concentrar em alcançar o colega ferido e prestar o auxílio de que ele precisa. Isso significa que a zona quente também inclui o local onde estão os policiais feridos ou mortos, pois são pontos onde o agressor pode atingir o policial.

Não causa surpresa a forma como Pence e Alleyn reagiram, considerando que estavam sob estresse intenso. A mente não trabalha bem sob estresse e tende a pensar de maneira simples, porém inflexível. Por isso, a antecipação, o planejamento e o treinamento são tão importantes no processo de condicionamento da mente visando a uma reação adequada em situações de confrontos armados.

Todo policial deve pensar, ao menos uma vez, sobre o que faria para administrar uma ocorrência como a que está sendo avaliada (ou qualquer outra que tenha conhecimento e faça parte de sua realidade local). Além do mais, todo policial deve saber o que é o Treinamento Mental, citado no livro *Autodefesa contra o crime e a violência – Um guia para civis e policiais*. Do mesmo modo, o treinamento policial deve incluir disciplinas como o Tactical Combat Casualty Care (TCCC ou TC3), em cenários simulando situações reais, principalmente no resgate de policiais feridos.

O uso da viatura como barricada (proteção)

Embora Pence e Alleyn tenham utilizado as viaturas como barricadas para confrontar Davis e Twining, os ferimentos que eles receberam não ocorreram pela incapacidade de os veículos pararem os tiros disparados contra eles. Pence foi flanqueado por Twining e ferido enquanto estava terminando a recarga do seu revólver. Alleyn foi ferido por Davis, que conseguiu disparar pela porta aberta da

viatura 78-8. O tiro que matou o policial Alleyn também foi realizado por Davis, quando Alleyn estava apoiado sobre a tampa do porta-malas da mesma viatura. A técnica de tiro barricado mais comum daquela época era disparar em pé e sobre o veículo, o que deixava o tronco do policial exposto de modo perigoso.

LIÇÃO APRENDIDA: uma técnica favorável é se agachar (agachado alto e baixo) e disparar pelas extremidades da viatura ou mesmo sobre o capô (ou porta-malas) ou pelas janelas, deixando apenas a arma e uma pequena porção do corpo expostas. Do mesmo modo, essa posição permite maior proteção e mobilidade para contornar o veículo, favorecendo que o policial utilize toda a extensão da proteção disponível.

Infelizmente, policiais que não possuem treinamento apropriado/moderno ainda consideram as posições de pé, ajoelhado e deitado como as únicas aceitáveis para a atividade policial. Não há dúvida que ficar em pé é mais confortável, oferece mais liberdade de movimento e maior campo de visão, o que sugere ser a posição mais adequada durante situações de estresse. Por outro lado, posições de tiro incomuns são estranhas, pouco naturais, limitadas e cansativas. Entretanto é fundamental que todo policial profissional perceba a estranha natureza de um confronto armado, bem como a necessidade de estar preparado para agir nas condições mais adversas, inclusive nas posições de tiro mais incomuns.

Como a diferença entre o policial amador e o profissional é o conhecimento, o treinamento, o comportamento e a eficácia, o policial deve praticar todas as posições de tiro, barricadas ou não, até que esteja familiarizado e confortável com todas as possibilidades que pode enfrentar ao longo da carreira.

Além disso, a viatura policial é provavelmente a barricada (proteção) mais próxima que os policiais podem encontrar durante um ataque surpresa ou emboscada. Assim, o policial deve sair da viatura, mas pode utilizá-la como proteção até encontrar outra proteção mais apropriada e eficaz. O policial não deve supor que a única parte de um veículo capaz de oferecer tal proteção seja apenas o bloco do motor, pois isso pode limitar suas opções de proteção e movimentação.

Sobre o poder de fogo

Considerando a quantidade de disparos realizados durante o confronto (15 tiros feitos pelos policiais e 25 efetuados pelos criminosos), tem-se a ideia de que o poder de fogo foi um fator relevante no resultado final. Na verdade, o poder de fogo foi importante, mas nem tanto assim. O policial Frago não conseguiu disparar um tiro sequer; Gore atirou apenas duas vezes; o revólver de Alleyn ainda possuía um cartucho intacto no momento em que ele foi incapacitado; e apenas Pence precisou recarregar sua arma, o que ficou comprovado como um ato fatal. Se Pence estivesse armado com uma pistola, provavelmente ele teria conseguido atingir Twining antes que a necessidade de recarga surgisse. Mesmo se ele fosse forçado a recarregar a pistola, certamente o faria rápido o suficiente para reiniciar os tiros contra Twining. Embora a recarga de um revólver não tenha sido o único fator grave no incidente, os investigadores indicaram a possibilidade de Pence sobreviver se ele tivesse um carregador rápido (speed loader).

Logo após o Incidente de Newhall, a CHP adotou os carregadores rápidos para revólveres. Em 1990 (20 anos após a ocorrência), a instituição se tornou a primeira grande unidade policial a adotar pistolas semiautomáticas (Smith & Wesson 4006). Essa pistola duplicou o poder de fogo dos policiais, já que comportava 11 cartuchos no calibre .40 S&W e a troca de carregadores podia ser feita rapidamente.

LIÇÃO APRENDIDA: a presença de uma pistola não seria a única ferramenta capaz de ajudar Pence durante sua luta contra Twining. Como já foi dito, um carregador rápido para revólver também teria permitido que o policial recarregasse sua arma rapidamente. Por outro lado, uma arma reserva (back up) teria eliminado a necessidade de qualquer recarga. Armas reservas podem salvar vidas numa variedade de situações perigosas, incluindo a perda da arma principal, o desarme, as panes – inclusive a pane seca (quando não há mais munição na arma principal, nem carregadores adicionais, nem outras armas próximas). Nenhum policial deveria trabalhar sem portar uma arma reserva. E nenhum policial à paisana deveria portar uma pistola apenas com um carregador.

Finalmente, o conflito demonstrou que os dois criminosos nunca deixaram de confrontar os policiais. Ora eles disparavam contra um único policial, quando o

outro não representava perigo imediato; ora atiravam cada um num policial, sempre mantendo os policiais sob fogo. Se isso foi premeditado ou apenas uma coincidência não se sabe. O que se sabe, porém, é que os policiais só tiveram uma pequena janela de oportunidade para agir (quando os criminosos entraram no carro para buscar as armas que estavam no assento traseiro).

O treinamento com armas de fogo

Vários aspectos importantes sobre o treinamento de tiro podem ser retirados da análise desse confronto. Além do que já foi mencionado (abordagem de alto risco, tiro barricado pela viatura, TC3), o incidente de Newhall destacou algumas questões relacionadas com a formação em armamento e tiro.

No caso do policial Pence, por exemplo, ele foi morto pouco antes de concluir a recarga de seu revólver. Esse fato levou a academia da CHP a ensinar o carregamento do revólver com apenas dois cartuchos em vez de tentar recarregá-lo com todos os seis cartuchos (a menos que um speed loader estivesse disponível). Desse modo, o policial teria condições de reengajar o agressor mais rapidamente. Se Pence tivesse recarregado sua arma com apenas um ou dois cartuchos, ele teria tempo e condição para enfrentar Twining com algum nível de letalidade. Apesar de não ser uma solução ideal, isso teria dado ao policial uma chance de lutar e sobreviver. Contudo é preciso muita flexibilidade mental para se chegar a soluções criativas na emergência de problemas inesperados. E como já foi dito, a flexibilidade mental é uma das primeiras vítimas num confronto armado. Sem treinamento adequado, a maioria dos policiais agiria exatamente como Pence, ou seja, recarregaria o revólver com todos os seis cartuchos, pois foi a única forma aprendida.

Contudo se o policial não fechar o tambor na posição correta, certamente ele terá que pressionar o gatilho mais de uma vez até que um disparo ocorra, caso recarregue o revólver com apenas um ou dois cartuchos. Sem esse conhecimento, o policial pode entrar em pânico por acreditar que a arma não esteja funcionando direito. Durante o treino dessa técnica é importante ter certeza de que os policiais sabem posicionar corretamente o tambor do revólver após carregá-lo com um, dois

ou três cartuchos. Mas se isso não for possível, eles também devem estar cientes de que será preciso pressionar o gatilho várias vezes até que um tiro seja disparado, sem cometer gatilhadas.

LIÇÃO APRENDIDA: com o advento das pistolas, essa habilidade (com o revólver) deixou de ser demonstrada. Entretanto muitos policiais ainda portam revólveres como back up ou o utilizam como alternativa para o porte dissimulado durante os períodos de folga. Nesses casos, saber como recarregar um revólver pode salvar a vida de um colega.

Um ponto a considerar é a importância do treinamento para lidar com uma variedade de problemas no mundo real como, por exemplo, panes, recargas rápidas, tiro com a mão de apoio, tiro com mão forte, tiro em posições incomuns, tiro a curta distância, sequências de quatro ou mais disparos, checagem da arma e do ambiente, saque dissimulado, saque e tiro com a arma reserva, tiro com a munição de serviço (em substituição à munição de treino de menor recuo e clarão), etc. Portanto o policial deve solicitar ao professor de armamento e tiro que promova treinos abordando os tópicos sugeridos acima, para que o treinamento não se limite à aferição da pontaria.

Sobre o uso do colete balístico

Coletes balísticos não estavam disponíveis quando o tiroteio de Newhall ocorreu. Os investigadores concluíram que Gore e Frago teriam maior chance de sobreviver se estivessem vestindo coletes balísticos. Além da possibilidade de salvar suas vidas, isso teria dado a eles uma oportunidade de atingir e incapacitar Davis e Twining antes que os policiais Pence e Alleyn chegassem à zona de perigo imediato (zona quente). Alleyn teria resistido aos ferimentos e Pence teria recarregado seu revólver mais rápido se os tiros que recebeu no tórax não tivessem efeito.

LIÇÃO APRENDIDA: no Brasil, principalmente nas polícias judiciárias, muitos policiais falham quando não usam o colete balístico. Com isso, eles se colocam numa situação de maior risco e também arriscam as vidas dos demais policiais, pois quando um integrante é ferido, os outros podem perder o foco da ação

policial para ajudá-lo. Se a operação policial é planejada, então coletes balísticos e armas longas devem ser utilizados sempre.

Além disso, as instituições policiais **DEVEM TESTAR OS EQUIPAMENTOS QUE PRETENDEM ADQUIRIR ANTES DO PROCESSO DE COMPRA**. Isso evita que os policiais arrisquem suas vidas utilizando coletes balísticos e outros itens de qualidade duvidosa, que foram submetidos apenas aos critérios de avaliação das empresas fabricantes. Evita, também, que as organizações policiais sejam enganadas e gastem dinheiro com equipamentos ineficazes.

Sobre a solução de panes e a transição de armas

Todo policial deve saber como e quando solucionar as panes apresentadas por cada tipo de armamento adotado pela instituição a qual pertence. O Incidente de Newhall demonstrou que a principal pane, tanto para policiais quanto para os criminosos, foi a **NEGA** ou **PANE SECA** (quando a arma fica sem munição). A solução para o problema, obviamente, é o remuniciamento do revólver e da espingarda e a troca de carregadores na pistola. Mas nem sempre essa é a solução apropriada.

Mesmo sem um treinamento formal, Twining não tentou sanar a pane da arma no meio de um tiroteio. Ele largou a arma com problema e "transitou" para outra arma imediatamente. Após disparar todos os tiros de sua espingarda de cano serrado, Davis também "transitou" para a espingarda de Frago. Com dificuldade para manejar essa espingarda, Davis fez um disparo acidental e, prontamente, largou a espingarda e "transitou" outra vez para o revólver que estava no coldre do policial Frago. Ao ficar sem munição, o policial Alleyn largou a espingarda e sacou seu revólver. Quase no final do confronto, Gary Kness tentou disparar contra Davis usando a espingarda (sem munição) de Alleyn. Após acionar o gatilho a primeira vez e perceber que a arma não havia disparo, Kness manobrou a telha na tentativa de corrigir o problema, sem sucesso. Então, Kness deixou a espingarda e pegou o revólver de Alleyn para realizar o único disparo antes de se jogar dentro de uma valeta.

Dezesseis anos depois, Dove, o agente do FBI, foi assassinado enquanto tentava sanar a pane de sua pistola no meio de um confronto armado, em vez de buscar proteção ou outra arma disponível.

LIÇÃO APRENDIDA: a solução de panes em armas de fogo possui um único objetivo: manter o atirador em condições de continuar lutando pela sobrevivência. O policial precisa compreender que a solução mais rápida no meio de um conflito é a transição de uma arma com problema para outra em perfeito funcionamento. Mas isso não significa que a transição não possa abranger as armas de colegas incapacitados e, até mesmo, as armas dos criminosos.

Os fatores da sobrevivência policial: o fator comportamento

Qual criminoso você irá encontrar, só Deus sabe! Como vai se salvar, só depende de você!

> A vítima policial (com 26 anos de idade e dois anos de experiência) e sua noiva (também policial) estavam de folga e desarmados. Eles estavam em um salão de beleza quando dois indivíduos entraram e anunciaram o assalto. Todas as pessoas presentes receberam ordens para se deitarem no chão e entregarem seus pertences. Um dos suspeitos encontrou a identidade funcional do policial e o executou com um tiro na cabeça. (LAPD, 1999).

No reino animal, os predadores sempre demonstraram certa capacidade para adaptar seus comportamentos. De acordo com o artigo *When mountain lions hunt, they prey on the weak (Quando os leões da montanha caçam, eles atacam os fracos)*, publicado no jornal americano The New York Times (2009), "Nem sempre os predadores jogam limpo. Algumas vezes eles escolhem suas vítimas baseados na condição física, preferindo filhotes, presas velhas, doentes ou feridas." O artigo ainda informa que o predador, de fato, demonstra preferência por vítimas menos do que totalmente capazes.

Assim como os animais selvagens buscam vítimas fáceis, o criminoso, consciente ou inconscientemente, procura algum tipo de fraqueza (que pode ser a desatenção ou o descuido, por exemplo). Mas diferente do animal que mata apenas para saciar a fome, o delinquente ataca sua vítima por várias razões. Muitos policiais conhecem a imprevisibilidade de um suspeito. Mas será que ele é capaz de perceber que pode ser vitimado em razão de seu próprio comportamento?

Muito da interação do policial com o suspeito, e vice-versa, possui relação com a percepção que um faz do outro. Os sinais que são transmitidos e percebidos se transformam em informação; isso inclui o modo como se anda, a fala (conteúdo e

forma de falar), o gesto, o olhar e o movimento. Essas mensagens demonstram desde a felicidade até a preocupação de um indivíduo e, no caso de um policial, sua complacência, seu excesso de confiança, seu profissionalismo ou a falta dele. Então aquilo que está acontecendo dentro do indivíduo é projetado para o mundo externo: o que parecia apenas uma agressão física contra o policial começou, na verdade, na mente do criminoso. Esse conflito interno pode ser reconhecido ou ser bem escondido, mas mesmo assim afeta o comportamento de algum modo.

Como a percepção é uma via de mão dupla, criminosos também utilizam essa capacidade para cometerem seus crimes. Logo, o policial deve ficar atento aos sinais que transmite e podem ser percebidos pelo suspeito, do mesmo modo que deve observar os sinais projetados pelo criminoso.

O primeiro assassino de policial que chamou a atenção do FBI para a questão da percepção foi um jovem de 18 anos de idade (na época do crime). De acordo com a investigação, o criminoso havia assaltado uma loja de conveniência usando uma arma de fogo. Durante a fuga, um policial que estava nas proximidades percebeu que o indivíduo se encaixava na descrição do suspeito transmitida via rádio. O policial pediu que o fugitivo parasse. Entrevistado, o criminoso relatou o seguinte: "Ele não foi impositivo, foi muito educado e não me subjugou ou fez qualquer tentativa de controlar minhas ações." O agressor comentou que o policial não o percebeu como uma ameaça, não fez qualquer tentativa para se proteger e manteve a arma no coldre durante a aproximação. Após avaliar o comportamento do policial e seu tom de voz durante o evento, o suspeito concluiu que tinha uma chance. Ele ignorou as ordens para parar e colocar as mãos para cima, então se virou e atirou no policial. Esse caso demonstrou como o criminoso percebeu a vulnerabilidade do comportamento do policial e tomou vantagem disso.

"Só de olhar, eu sabia que ele seria difícil de derrubar!", "Parecia que ele podia cuidar de si mesmo!", "Ele tinha todas as suas coisas no lugar e estava pronto!", "Ele seria um alvo difícil!", "Eu sabia que ele seria a minha vítima!" e "Ele parecia molenga e fácil!". Estes são alguns dos pensamentos relatados por criminosos em muitos casos examinados pelo FBI. Entretanto os infratores não conseguiram determinar exatamente quais pistas ou dicas eram percebidas em relação à aparência, postura ou comportamento do policial. Adicionalmente, agressores e assassinos

afirmaram que se suas vítimas tivessem transmitido autoridade (não autoritarismo), determinação ou profissionalismo, eles relutariam em atacar.

Isso significa que todo policial deve considerar os sinais e mensagens que suas ações e comportamentos transmitem. Além disso, o policial deve manter um nível de vigilância e desempenho profissional elevados. O bom senso informa, também, que o policial deve tratar a todos da mesma maneira que gostaria de ser tratado, mas nunca negligenciando sua própria proteção.

Outras pesquisas indicam que ações e comportamentos não verbais podem comunicar a disposição interna de uma pessoa. Por exemplo, uma pessoa depressiva frequentemente exibe movimentos corporais lentos, falta de energia e incapacidade de concentração. Esses comportamentos externos enviam certas mensagens que os observadores recebem de um jeito ou de outro, para o bem ou para o mal. Com essa ideia, se um policial realiza uma abordagem de modo casual ou rotineiro, ele pode comunicar ao abordado sua possível distração mental ou emocional, sua incapacidade de resistir ao ataque e sua falta de compromisso com a vontade de sobreviver a qualquer custo.

Na mesma linha, se o policial negligencia a necessidade de observar os sinais emitidos pelo suspeito (como os movimentos das mãos e as alterações na posição do corpo), ele pode demonstrar sua falta de prontidão. E isso pode se tornar fatal para o policial que não está ciente sobre o impacto que seu comportamento e suas ações possuem em sua sobrevivência, principalmente durante as missões mais comuns.

De fato, a maneira como o policial processa esses indicativos pode determinar sua ação subsequente. Dos 52 policiais entrevistados pelo FBI, 64% **NÃO PERCEBERAM** que o ataque estava para ocorrer. Mas quando perguntados sobre o comportamento dos policiais no momento do confronto, dos 42 agressores questionados no estudo *In the line of fire: violence against law enforcement* (1997, p. 30):

- 31% alegaram que as vítimas policiais ficaram **SURPRESAS** em razão do ataque.
- 19% disseram que os policiais pareciam **DESPREPARADOS** e/ou **INDECISOS**.
- 14% informaram que os policiais se sentiram **AMEAÇADOS**.

- 7% afirmaram que as vítimas pareciam **AMEDRONTADAS.**
- 5% disseram que os policiais foram **GROSSEIROS.**
- 2% confirmaram que os policiais possuíam **"FALA MACIA".**
- Apenas 19% descreveram os policiais como **CAPAZES** e/ou **PROFISSIONAIS.**

Como já foi mencionado, os suspeitos foram os primeiros a atacar em 39 dos 40 casos examinados (98%). É importante frisar: a forma como o policial percebe e processa a totalidade da circunstância determina a ação que irá tomar.

> Em 28 de maio de 2009, um policial civil foi assassinado e três foram feridos durante a condução de um preso. O preso foi detido pela Polícia Militar por estar embriagado e perturbando a ordem.
>
> O suspeito foi levado à delegacia da Polícia Civil de Confresa/MT e colocado numa cela. Ao ser retirado do local, ele tirou um canivete da cueca e golpeou os policiais.
>
> Um investigador (com 44 anos de idade) foi atingido no ombro e morreu em seguida; uma escrivã (33 anos) recebeu dois golpes, um na cabeça e outro quase no pescoço; outro policial foi gravemente ferido nos braços e uma investigadora também foi ferida na barriga.
>
> O preso só foi contido quando uma policial (a quinta pessoa na delegacia) atirou na perna dele. Ao que tudo indica, as buscas pessoais realizadas pelas polícias foram malconduzidas ou não foram feitas. (Confresa/MT, 2009).

Como no exemplo do incidente de Confresa/MT, a percepção da vítima de que estava lidando com uma pessoa que não representava risco acabou provocando sua própria morte e o grave ferimento de outros três colegas. Quer dizer, a vítima percebeu o preso como alguém fraco, descoordenado e sem capacidade de articular pensamentos coerentes (em razão da bebida e do porte físico). Por ter sido preso e conduzido pela Polícia Militar, a vítima também deduziu que a busca pessoal havia sido feita corretamente. E como não estava sozinho na delegacia, a vítima pode ter imaginado que a superioridade numérica seria suficiente para impedir qualquer

reação. Além do mais, o baderneiro bêbado não era o primeiro preso a entrar e sair daquela cela.

Portanto o policial deve ter em mente que enquanto observa os sinais transmitidos pelo suspeito, ele também está obtendo informações sobre o policial. **PEQUENAS FRAQUEZAS, QUE AOS OLHOS DE UMA PESSOA COMUM PASSAM DESPERCEBIDAS, TORNAM-SE OPORTUNIDADES PARA UM CRIMINOSO**.

Outras situações revelam uma percepção incorreta por parte dos policiais em relação às ocorrências que atendem (e muitos chefes determinam como os policiais devem atuar):

- É **SÓ** um crime de menor potencial ofensivo.
- É **SÓ** uma operação "cascata".
- É **SÓ** uma abordagem de rotina.
- É **SÓ** para fazer presença.
- É **SÓ** uma briga familiar.
- É **SÓ** o bêbado ou o "doido" de sempre.
- É **SÓ** um embusteiro.
- É **SÓ** um adolescente ou "pé de chinelo".
- É **SÓ** uma mulher.
- É **SÓ** uma condução de preso.
- É **SÓ** mais uma investigação que não vai dar em nada.
- É **SÓ** um trabalho de "enxugar gelo".
- É **SÓ** um documento para ser entregue, etc.

A partir dessas percepções, os policiais concluem que os eventos não possuem qualquer nível de ameaça a suas vidas. O próximo passo é entrar na zona quente, aquela comandada pelo suspeito. A tabela 24 demonstrou que 68% dos policiais mortos nos Estados Unidos (entre 1993 e 2012) estavam até três metros dos assassinos. A tabela 21 informou que 74% dos policiais foram assassinados com armas curtas. Em algumas ocorrências, o policial tem poucas opções, se é que tem

alguma, a não ser entrar na zona quente. Porém é possível que o policial, após observar a situação e concluir que não havia perigo, tenha falhado em processar outros sinais de risco emitidos pelo agressor.

Contudo quais percepções esses policiais captaram (ou não captaram)? Quais mensagens eles enviaram (ou não enviaram)?

O fator comportamento

> Por volta das 14h do dia 8 de outubro de 2009, um agente da PCDF (37 anos de idade e 19 de experiência) foi encontrado morto em Sobradinho/DF com um tiro no tórax. A vítima estava em serviço e sozinho numa viatura descaracterizada. Houve tentativa de reação por parte do policial, que estava com a arma na mão. Investigações preliminares indicaram a hipótese de que ele tenha recebido um chamado de um informante e sido vítima de uma emboscada. Policiais mais próximos informaram que o agente era um ótimo profissional, experiente e linha de frente. (Sobradinho/DF).

Seja durante o exercício da função ou no momento de descanso, as responsabilidades do policial, como agente de segurança pública, continuam em razão das normas internas e das leis. Continuam, sobretudo, em razão da vontade de viver e retornar ileso para casa. Outras obrigações também afetam sua vontade e capacidade de resistir. Exemplos incluem o compromisso com o amor e a segurança da família e as crenças morais e espirituais.

O **FATOR COMPORTAMENTO** pode ser percebido como uma **FORMA DE PENSAR E AGIR COM BASE NA EXPERIÊNCIA PRODUZIDA PELO TRABALHO**.

A rotina não é necessariamente ruim, mas possui um lado perverso. Ela induz o policial a acreditar que a experiência bem-sucedida de uma ocorrência anterior se repetirá indefinidamente. À medida que novas experiências semelhantes se acumulam, o policial reforça seu modo de pensar e agir, induzindo-o a um comportamento complacente. Com o tempo, isso se torna um hábito.

Mesmo que a rotina exponha o policial a situações extremamente perigosas, algum nível de adequação irá surgir. E a vitória diante de circunstâncias extremas faz nascer o excesso de confiança. Assim, **A COMPLACÊNCIA, A HABITUAÇÃO** e **O EXCESSO DE CONFIANÇA** são características que aumentam os riscos para o policial.

O fator comportamento também pode surgir da ausência de experiência específica. Aqui o policial pensa e age de acordo com um conhecimento que não tem relação com o trabalho. Isso é típico nos policiais novatos que ainda não têm conhecimento ou experiência prática na atividade, o que resulta num comportamento ingênuo ou incrédulo sobre a própria segurança, com maior chance de se colocar em situações arriscadas ou deixar passar sinais claros de perigo.

Com policiais experientes que realizam atividades novas, pode ocorrer a inadequação. Por exemplo, um policial pode imaginar que durante um tiroteio contra um agressor será capaz de visualizar os disparos que acertar, pois foi o que ele aprendeu nos filmes da TV e do cinema (que mostram a "explosão" imediata da roupa e do corpo do ator atingido). Ao vivenciar uma situação real, esse policial duvidará da eficácia de seus disparos por não conseguir ver os impactos no oponente.

Nos dois casos, a forma de pensar e agir pode gerar incredulidade, estresse, pânico, submissão ou reações impróprias. Tudo isso diminuindo as habilidades que o policial precisa para superar a ocorrência.

Imagina-se que o comportamento é algo que não pode ser totalmente alterado. Mas será que não há nada que possa ser feito para tornar o comportamento um aliado? É possível que o policial seja capaz de manifestar seu bom comportamento por meio do pensamento racional (deliberado) e/ou por meio de uma mudança de atitude baseada num princípio de segurança. Por exemplo, o policial passa a utilizar um colete balístico em todas as operações (mudança de atitude) porque estabeleceu, por princípio, não arriscar ser ferido ou morto por um tiro no tronco depois de saber que outro policial vivenciou essa terrível experiência (pensamento racional).

Um treinamento especificamente estruturado para promover e manter atitudes positivas fornece um elemento essencial para a sobrevivência. Uma parte do trabalho policial passa pela compreensão e percepção de que o fator comportamento é importante para a **PRÓPRIA PROTEÇÃO**, para a salvaguarda da sociedade e para

a instituição que o policial representa. Esse é um pensamento altruísta e, de certo modo, ingênuo, considerando a enorme distância entre os homens e suas instituições (na maioria das vezes promovida pela própria estrutura policial).

Ações de reconhecimento pela boa atitude do policial reforçam o senso de responsabilidade que ele deve possuir em qualquer ocasião. Entretanto, a falta desse reconhecimento afasta o policial do seu senso de responsabilidade para com a comunidade, e pior, para **CONSIGO MESMO**.

Nesse sentido, o estresse, a baixa autoestima, a desmotivação, o descrédito pelo trabalho, a sensação de desamparo, dentre outros elementos, pode, do mesmo modo, afastar o trabalhador daquilo que é mais importante: **SUA SAÚDE MENTAL E SUA VIDA**.

Um exemplo de como fatores externos também possuem forte impacto no comportamento policial ocorreu com um patrulheiro com mais de 10 anos de experiência, que possuía inúmeras citações positivas em seu histórico profissional. Ele concluiu a academia de polícia entre os três primeiros colocados e foi selecionado para treinar outros colegas na sua unidade de lotação. De repente esse policial passou a enfrentar problemas com o álcool, a se ausentar do trabalho por recomendação médica e a ter dificuldades financeiras. Na sequência, a quantidade de prisões e multas que ele realizava diminuiu, assim como a avaliação de seu desempenho profissional. Como sua avaliação ficou abaixo do mínimo, uma análise mais profunda revelou que seu casamento com uma policial (lotada na mesma unidade) estava acabando porque ela mantinha um caso com um colega do mesmo departamento.

Ao contrário de um processo administrativo disciplinar e uma punição (que agravaria a situação), a avaliação de desempenho conduzida pela unidade atingiu seu objetivo: encorajou a correção de atitudes para a melhora do desempenho por meio de uma orientação direta e profissional. Após essa primeira avaliação ruim, o policial afirmou que estava agradecido pela instituição tê-lo ajudado a perceber suas deficiências, dando a ele a oportunidade de melhorar. Ele também disse que acreditava ser capaz de separar sua vida pessoal do trabalho (o que não havia conseguido fazer). Finalmente, ele informou que não percebeu como seu problema pessoal estava afetando seu desempenho profissional (até receber a avaliação ruim).

Posteriormente, o policial parou de beber, divorciou-se da esposa e obteve outra avaliação acima da média.

Mesmo que fosse possível eliminar os itens que degeneram a saúde e a alegria do policial, é preciso reconhecer que todos continuam humanos. E como seres humanos, algumas vezes os policiais cometem erros e pagam o preço por isso. Infelizmente, mesmo quando estão trabalhando da maneira correta, existem ocasiões em que eles também pagam um preço.

Descrição do comportamento dos policiais mortos e agredidos

Em 1992, o U.S. Department of Justice (Departamento de Justiça dos Estados Unidos) publicou uma pesquisa denominada *Killed in the line of duty: a study of selected felonious killings of law enforcement officers (Morto no cumprimento do dever: um estudo sobre homicídios dolosos de policiais)*. No estudo, os pesquisadores perceberam o surgimento de algumas características durante as entrevistas com os supervisores e colegas dos policiais assassinados. Curiosamente, os criminosos, que mantiveram contato com os policiais pouco antes das mortes, utilizaram adjetivos parecidos para descrever suas vítimas. A lista com essas descrições pode ser vista na tabela 71.

Policiais mortos intencionalmente DoJ

Descrições do comportamento dos policiais mortos, 1992

Descrições
Amigável com todos
Bem ligado à polícia e à comunidade
Tendia a usar menos força se comparado a outros policiais em ocorrências similares
Trabalhador (hard working)
Percebia a si mesmo mais como relações públicas do que policial (orientado para o serviço)
Usava a força como último recurso se comparado a outros policiais (que a usariam mais cedo em situações semelhantes)
Não seguia todas as regras, especialmente durante prisões, abordagens, confrontação com prisioneiros e aguardo de reforço policial

Sentia que podia "ler" as pessoas e situações e baixar a guarda como resultado da avaliação
Tendia a procurar "a bondade" nos outros
Descontraído e fácil de lidar

Tabela 71 – Descrições do comportamento dos policiais mortos (U.S. Department of Justice, DoJ).

O anúncio dessa lista gerou muitos comentários no meio policial americano, mais do que qualquer outra publicação na época. Os pesquisadores foram questionados com perguntas do tipo: "Vocês estão dizendo que policiais bons e amigáveis são os únicos que morrem?" e "Os sobreviventes são apenas os policiais agressivos?" Entretanto, nas compilações editadas em 1997 e 2006, as descrições do comportamento das vítimas que **SOBREVIVERAM** foram relacionadas por meio dos documentos produzidos durante as investigações policiais, especialmente em relação às ações tomadas durante os ataques.

Além disso, os mesmos pesquisadores (do estudo de 1992) puderam observar e avaliar tais comportamentos, bem como obter comentários dos próprios policiais sobreviventes durante suas entrevistas. Apesar de nem todas as descrições serem favoráveis, como informaram os próprios especialistas, a tabela 72 classifica alguns dos comportamentos mais frequentes observados entre os policiais entrevistados.

Policiais agredidos
Descrições do comportamento dos policiais agredidos, 1997
Descrições
Amigável
Trabalhador (hard working)
Orientado para o serviço
Desejava usar a força quando justificado
Preparado para reagir
Não seguia regras, especialmente durante prisões, abordagens e aguardo de reforço policial
Sentia que podia "ler" as pessoas e situações e baixar a guarda como resultado da avaliação
Sobrevivente

Tabela 72 – Descrições do comportamento dos policiais agredidos (FBI).

De modo geral, todas as pessoas desejam interagir com policiais **AMIGÁVEIS**, inclusive outros policiais. Enquanto uma imagem amigável faz muito para promover uma imagem positiva da instituição e do policial, um comportamento amigável num momento inapropriado pode ser encarado pelo suspeito como um sinal de vulnerabilidade.

Uma atitude amistosa e uma bondade excessiva, consequências da compaixão, também são traços que os criminosos aproveitam para estabelecer uma relação de confiança fictícia, que induzem o policial a baixar a guarda. Essas relações são típicas quando o policial passa algum tempo na presença do suspeito e se comove com suas mazelas. Portanto, como lição aprendida, o policial deve manter toda a distância emocional da pessoa do delinquente, bastando que ele seja percebido como um mentiroso nato à espera de uma oportunidade para atacar.

TRABALHADOR foi um adjetivo que surgiu com frequência durante as entrevistas com os policiais agredidos. Para os entrevistadores, a maioria das vítimas se descreveu como "trabalhadora", característica que foi corroborada por suas chefias. Muitos tinham condecorações ou já haviam sido escolhidos para atuar em operações sensíveis, nas quais o critério para a seleção era o desempenho acima da média.

Inegavelmente, o termo trabalhador possui um significado positivo, mas pode ter consequências ruins na atividade policial. Policiais com essa característica costumam realizar mais prisões, atender maior número de ocorrências e, consequentemente, interagir com suspeitos mais vezes. Mas como isso pode ser ruim? É que na esteira dessa característica está o desejo de ser o melhor policial possível, mesmo que para isso seja necessário assumir riscos adicionais e buscar atalhos para atingir o objetivo. A frequência e a intensidade dessas interações também podem transformar o policial em alvo dos criminosos e da corregedoria.

Essa particularidade faz o policial continuar uma perseguição que pode aumentar suas chances de ferimento ou morte (o policial pode persistir na perseguição, permitindo que o suspeito escolha o melhor local para uma emboscada). Também faz o policial se jogar numa situação que, pela lógica e aspecto tático, a maioria dos colegas recuaria.

Consciente da importância do comportamento, esse é o instante no qual o policial deveria se perguntar: "Vale a pena arriscar a minha vida para pegar esse sujeito **AGORA**?" É uma pergunta sobre o custo e o benefício.

> O entrevistado explicou que antes do ataque ele foi eleito o "policial do mês" entre mais de 300 colegas da mesma unidade. A escolha considerou a quantidade de prisões, de multas e de relatórios aprovados. Em sua opinião, a homenagem foi dada ao policial mais trabalhador. Então para aumentar a produtividade e sua percepção, o entrevistado aprendeu a pegar atalhos, deixando de seguir as normas e assumindo riscos adicionais. Conforme seu relato, cumprimento de mandado de prisão era uma das atividades que fazia sozinho. Ele nunca solicitava ajuda ou reforço, nunca avisava sobre seus planos e sua localização durante o trabalho. E ele nunca pensou na possibilidade de ser baleado pelo indivíduo que tentou prender. (FBI, 1997).

A **ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO** e o desejo de proteger os cidadãos são atitudes altruístas vistas em poucas profissões. Mas para que isso seja feito, o policial deve compreender que a necessidade de proteção vem em primeiro lugar. Ele não deve colocar o conforto do suspeito acima da sua própria segurança. Por exemplo, criminosos deliberadamente apertam as algemas e começam a reclamar de dores nos pulsos (principalmente quando estão na companhia dos comparsas). Condescendente com a dor alheia, o policial retira a algema para ajustá-la de modo que fique confortável. Nesse instante, o agressor pode se soltar, pegar a arma do policial e matá-lo.

Toda instituição possui regras ou procedimentos que devem ser seguidos por todos os funcionários. O propósito desses procedimentos é a proteção do próprio policial, da sociedade, da imagem do órgão e a garantia dos direitos individuais. O paradoxo está no fato de que muitos policiais enaltecem as características e comportamentos daqueles colegas **QUE NÃO SEGUEM AS REGRAS**. É comum o motorista de uma guarnição ser considerado um excelente condutor porque realiza manobras arriscadas e emprega alta velocidade durante a condução da viatura, mesmo que uma perseguição não esteja em andamento. Assim, muitos trabalham

sozinhos, dispensam o uso da arma de fogo, algemam presos com as mãos para frente (quando algemam), não participam de treinamentos institucionais (quando existem), não fazem buscas pessoais minuciosas, etc.

Apesar da qualidade e boa intenção daqueles que não seguem as regras, as chefias possuem a obrigação de alertar sobre comportamentos que possam colocar em risco a vida do policial e de seus colegas. Essa obrigação não possui relação exclusiva com as instruções normativas; ao contrário, é também uma **DEMONSTRAÇÃO DE LIDERANÇA E PREOCUPAÇÃO COM O POLICIAL.**

> Na sala da chefia da Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia (MG) estávamos eu, o chefe e outro agente federal, responsável pelo Núcleo de Operações (NO). Os dois conversavam sobre a insuficiência de policiais em relação à demanda de trabalho. A chefia já tinha conhecimento que muitos agentes, no intuito de cumprirem os prazos das investigações, estavam trabalhando sozinhos. Ele informou que nenhum policial deveria trabalhar sem a proteção de outro colega e que a persistência desse comportamento, caso algo ruim ocorresse, não seria sua responsabilidade. O chefe disse que os policiais estavam cometendo um erro básico, do qual todos tinham conhecimento. Ele pediu para que o agente informasse os demais sobre esse impedimento operacional. Em seguida, o agente esclareceu: "Mas nós temos prazos para cumprir os expedientes." E o chefe respondeu: "Eu não estou preocupado com os expedientes! Que atrasem!" Infelizmente, a **LIÇÃO AINDA NÃO FOI APRENDIDA**, pois muitos agentes continuam trabalhando sozinhos. (Uberlândia/MG).

> No dia 16 de outubro de 2011, um policial civil (com 52 anos) foi assassinado dentro da viatura que dirigia. O policial voltava do Instituto Médico Legal (IML) juntamente com um homem preso por porte ilegal de arma, que fizera exames de corpo de delito. Durante o trajeto, o preso sacou a arma do policial e atirou contra ele duas vezes. O preso fugiu com a viatura, que foi abandonada depois. A organização policial da qual a vítima fazia parte afirmou que "...o policial errou e não seguiu o procedimento padrão adotado pela

polícia. O policial não poderia ter ido sozinho na viatura com o infrator, tão pouco deixá-lo sem algemas e no banco do carona." Tal posicionamento está correto, mesmo na ausência da regra escrita, pois é o que dita a tradição policial. (Manaus/AM).

A **CAPACIDADE DE "LER" AS PESSOAS E AS SITUAÇÕES**, raramente encontrada nos policiais inexperientes e no início da carreira, está mais presente nos mais antigos. O tempo necessário trabalhando "nas ruas" para adquirir essa capacidade pode variar de pessoa para pessoa. Muitos acreditam que esse tempo possui relação com a quantidade de prisões, ocorrências atendidas, operações, tiroteios, crimes solucionados, etc.

Com algum sucesso, os policiais passam a mediar conflitos e lidar com usuários e traficantes de drogas, com ladrões e quadrilheiros, ex-detentos e seus familiares, bêbados e outros desorientados, incorporando a ideia de que conseguem "ler" as pessoas e "prever" o resultado de um evento antes mesmo que ocorra. O próximo passo cabe à complacência, impedindo o policial de realizar um exame mais detalhado, frio e profissional do incidente.

Além disso, uma ocorrência que se encaixe na "rotina" (ou que pareça de fácil solução) pode induzir o policial a voltar sua atenção para a próxima ocorrência, distanciando seu pensamento em relação aos critérios de segurança do evento atual. Nesse sentido, o policial deve ter em mente que sua segurança vem em primeiro lugar. Ela precisa ser a **PRIORIDADE ATUAL**, pois só assim ele poderá atender o próximo incidente.

O exemplo a seguir mostra como essa crença pode ser perigosa:

> Um policial abordou um indivíduo que se encaixava num padrão de comportamento que ele já tinha encontrado outras vezes. Ele se sentiu confortável porque sabia como o abordado se comportaria e, mais uma vez, testou sua capacidade de "ler" as pessoas. Após verbalizar vários comandos e perceber que o sujeito era obediente, o nível de cuidado do policial começou a diminuir. Então ele cometeu um erro fatal: baixou a guarda definitivamente. Apesar de outros suspeitos terem seguido todas as ordens desse policial em

ocasiões anteriores, o último esperou até que o policial cometesse um erro, criando uma oportunidade de reação.

Ainda que o policial acredite na sua habilidade de "ler" pessoas e situações, isso não deve permitir que seu estado de alerta e prontidão para empregar a força diminua. Do mesmo modo que o policial avalia um suspeito, ele também está sendo avaliado em relação ao seu comportamento. Uma indicação de que o policial baixou a guarda, por menor que seja, cria a oportunidade para o abordado reagir com toda a força e convicção para vencer o confronto.

O que deve ficar claro é que nenhuma dessas características é necessariamente ruim ou indesejável. Ao contrário, elas podem ser uma forma de encorajar a sociedade brasileira a confiar no trabalho policial e no próprio policial (o que pode aumentar sua motivação e a qualidade do serviço que presta). Entretanto o policial deve manter um comportamento profissional e seguro de modo amigável (educado, melhor dizendo). Por exemplo, o policial pode cumprimentar uma pessoa, mas se lembrando de que ela pode estar esperando uma oportunidade para lutar e escapar.

Apesar de algumas semelhanças, especialmente em referência aos termos "amigável" e "trabalhador", a capacidade de "ler" as pessoas e a tendência em não seguir as regras, o que realmente separa os policiais mortos dos que sobrevivem são as **DIFERENÇAS**.

Policiais mortos e feridos

Diferenças do comportamento dos policiais mortos e feridos, 1992, 1997

Diferenças	
Policiais mortos, DoJ, 1992	**Policiais feridos, FBI, 1997**
Tendia a usar menos força se comparado a outros policiais em ocorrências similares	-
-	Desejava usar a força quando justificado
-	Preparado para reagir

Usava a força como último recurso se comparado a outros policiais (que a usariam mais cedo em situações semelhantes)	-
-	Sobrevivente (desejo de sobreviver)
Tendia a procurar "a bondade" nos outros	-
Descontraído e fácil de lidar	-

Tabela 73 – Diferenças do comportamento entre mortos e feridos (DoJ e FBI).

A tabela 73 demonstra que os policiais mortos possuíam características e internalizaram conceitos capazes de **FREAR** uma ação/reação mais poderosa e decisiva. Exemplos como o uso da força como último recurso e numa medida abaixo do necessário, além da incapacidade de aceitar a ausência de bondade nas pessoas mais insuspeitas e a ideia de que todos os conflitos podem ser resolvidos por meio do diálogo e bom senso contrastam com o comportamento dos policiais agredidos, mais ajustado ao uso da força e ao desejo de aniquilar a ameaça e sobreviver.

Devido à natureza do trabalho, o policial frequentemente reage a um ataque em vez de iniciar um. O policial atacado é capaz de sobrepujar o agressor em parte porque contra-ataca no momento certo e com toda energia, evitando o ferimento ou a morte. Essa capacidade é representada pelo **DESEJO DE USAR A FORÇA** (e a força letal) quando justificado. Como alguns não conseguem distinguir o momento em que uma agressão caminha para a letalidade, tornam-se incapazes de selecionar o nível de força adequada para superar a situação.

Para piorar, nas polícias brasileiras, a ausência ou baixa qualidade dos equipamentos menos letais deixa o policial vulnerável. Sem alternativas intermediárias, ele dispõe dos extremos: a força física e a arma de fogo. Em casos assim, o policial pode desistir de elevar a força por acreditar que ainda não corre risco de morte. Por outro lado, ele pode usar a força letal por ser a única alternativa numa ocorrência que poderia ser solucionada de outro modo. A importância das alternativas menos letais e do desejo de usar a força pode ser demonstrada nos relatos seguintes:

Dois policiais realizaram uma rápida busca pessoal e prenderam um suspeito. Após o interrogatório, o preso sacou uma arma e a apontou para a cabeça de um policial. Imediatamente, esse policial criou uma distração enquanto outro colega sacou sua arma e disparou contra a cabeça do criminoso, causando sua incapacitação (mas não sua morte). Durante a investigação do incidente, o agressor disse: "O policial não teve opção, pois eu tinha minha arma apontada para a cabeça do colega dele e iria atirar em todo mundo para conseguir fugir."

Durante uma abordagem, policial e suspeito se envolveram numa briga e caíram no chão. Somente quando o agressor retirou parcialmente a arma do coldre do policial é que ele percebeu a gravidade da situação. Então o policial acessou seu bastão retrátil e golpeou o agressor com força suficiente para incapacitá-lo.

Essa percepção de perigo e urgência na escalada no nível de força permitiu que o policial finalizasse o ataque, recuperasse sua arma e algemasse o criminoso. Não é incomum policiais tentarem algemar um suspeito resistente (ou colocá-lo dentro da viatura) ainda durante a luta. Se esses policiais compreendessem a periculosidade da situação assim que ela se iniciasse, aumentariam o nível de força (preferencialmente com instrumentos menos letais, nos quais se enquadram os socos, os chutes e as cotoveladas) para liquidar a situação em vez de gastar energia tentando empurrar um **AGRESSOR ATIVO E RESISTENTE** para dentro da viatura ou alcançar seu braço para algemá-lo. Não resta dúvida que algemar um agressor atordoado ou inconsciente é mais fácil, rápido e seguro.

Apesar do fato de 64% dos policiais agredidos não perceberem que um ataque estava para ocorrer, a maioria reagiu imediata e apropriadamente após o início da agressão. Essas **REAÇÕES RÁPIDAS** contribuíram para a sobrevivência dos policiais, pois foram capazes de reverter o caos da situação. Quando alguém reage imediatamente ou na primeira oportunidade, isso obriga o criminoso a se defender em vez de atacar. E é aqui que o fator psicológico, o treinamento (técnica) e o equipamento pesam a favor do policial.

Especialmente quanto ao **DESEJO DE SOBREVIVER**, esta pode ser uma das mais importantes características de distinção entre os policiais. Tanto é que essa enorme determinação pessoal foi reconhecida pelos pesquisadores americanos em praticamente todos os policiais agredidos.

Ao escapar de um avião em chamas, o escritor francês Jean Claude Boetsch mostrou que o desejo de sobreviver deve ser mais importante que todo o resto.

> Levei um tempo para compreender que estávamos a ponto de espatifar. O que veio na minha cabeça foram aquelas imagens de aviões em chamas, em que o fogo penetra e avança pelo seu interior. Desejei intensamente que a fuselagem não se partisse – e foi justamente isso o que aconteceu. Senti um grande alívio, mas aí vi as chamas à direita. Pensei: é o fim, eu vou morrer queimado. Num sobressalto, reagi. Tinha que tentar sair dali, **MESMO QUE DENTRO DAS LABAREDAS**. Foi um reflexo suicida. Mas nesses momentos não se age mais de forma racional. (ISTO É, 2009, grifo meu).

Na pesquisa do FBI, muitos policiais relataram que se recusaram a desistir mesmo após serem feridos gravemente. Na contramão desse desejo, esses policiais experimentaram uma sensação em comum: **UMA ENORME NECESSIDADE DE DESCANSAR**. Porém eles resistiram, acreditando que o descanso poderia ser permanente. Num dos casos estudados, um policial, baleado na cabeça, comentou que em diversas ocasiões agarrou a roupa do socorrista que o atendia dentro da ambulância. Ele disse que queria que o socorrista soubesse que ele estava vivo e continuasse os procedimentos para salvá-lo.

Uma avaliação desses exemplos demonstra que o desejo de sobreviver é mais um estado mental e emocional do que apenas uma condição física. Inclusive, as motivações que impulsionaram esses policiais podem ter sido subconscientes e variadas.

Se o comportamento e o desejo de viver são preponderantes para a sobrevivência policial, o que mais as vítimas poderiam ter feito para evitar a agressão? E o que elas poderiam ter feito na opinião dos criminosos? Apesar de cada pedaço de informação ser importante, o policial deve analisar a tabela 74 com

CUIDADO, pois tais indivíduos são capazes de mentir e criar justificativas para suas ações criminosas.

Policiais agredidos O que os policiais poderiam ter feito para evitar os ataques, 1997		
Opiniões dos agressores	**Total**	**Percentual**
Número conhecido de agressores	**46**	**100%**
Não havia nada que o policial pudesse fazer para evitar o ataque	13	31%
Deveria ter chamado ou esperado o reforço	9	21%
Deveria ter desistido da perseguição ou tentativa de prisão	5	12%
Deveria ter tratado o abordado com dignidade e respeito	4	10%
Deveria ter se identificado adequadamente	3	7%
Deveria ter agido com calma e pacificado a ocorrência	3	7%
Deveria ter controlado a situação e prendido o suspeito imediatamente	2	5%
Casos não relatados	3	7%

Tabela 74 – O que os policiais poderiam ter feito nas opiniões dos agressores (FBI).

Nos casos em que os policiais poderiam ter feito algo para evitar as agressões (tabela 74), chama a atenção a necessidade de requisitar e esperar o reforço (21% dos casos). A percepção do suspeito de que ele está cercado e sem saída pode diminuir seu ímpeto de luta, pois o risco pode não valer o benefício.

Se as perseguições e as tentativas de prisão fazem parte do trabalho, é natural que o policial tenha dificuldade em desistir após iniciado o incidente (12%). Mas ele pode diminuir a velocidade da perseguição para não se aproximar de maneira não planejada na zona quente. Isso lembra o quesito **IMPACIÊNCIA** citado no capítulo sobre o Fator Psicológico.

> Em 8 de agosto de 2016, um sargento e um cabo da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) perseguiram dois suspeitos de realizarem assaltos na cidade de Santa Luzia do Tide/MA. Os criminosos se esconderam num local escuro e observaram a passagem da moto dos policiais. Logo em seguida, os policiais

> retornaram pelo mesmo trajeto (passando pelo esconderijo dos criminosos), quando o sargento (com 48 anos de idade) foi emboscado e atingido no tórax por um disparo de espingarda calibre 12. Buscas pelos assassinos foram realizadas durante a madrugada do dia nove, quando, em novo confronto com a polícia, os delinquentes foram mortos.

A sugestão de manter a calma e pacificar a situação para diminuir o nível de violência (7%) faz sentido nos eventos com reféns, em ambientes fechados, com inocentes próximos e, principalmente, quando o policial está barricado. Além disso, a desescalada também pode ser indicada quando o policial não corre o risco de ser pego de surpresa e a arma do suspeito não oferece perigo imediato, como num caso de alguém com uma faca e longe do policial, por exemplo. Fora isso, a desescalada pode ser percebida pelo indivíduo como um sinal de hesitação (uso da força somente como último recurso).

> No sábado, dia 19 de dezembro de 1981, um detetive da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e um lavrador foram mortos em Sarzedo/MG. O policial estava em um bar com seu irmão. Em dado momento, um lavrador, já conhecido da polícia, surgiu no bar e jogou seu cavalo em cima das pessoas que estavam nas proximidades. O irmão do policial chamou a atenção do lavrador, quando este lhe deu uma chicotada na mão. O policial saiu do bar, identificou-se e chamou a atenção do lavrador. Irritado, o agressor disse: "Bati e tá batido, se precisar bato em todo mundo. E você me aguarda que vai ter forra". O policial não se intimidou, pois era experiente e faixa preta em artes marciais. Entretanto o lavrador cumpriu a promessa, retornou com uma faca na cintura (ostensiva) e desafiou o policial. Apesar de o policial ter desarmado o agressor, o lavrador tirou outra faca que estava escondida nas costas e o golpeou no abdômen. Ao ver o policial caído e sendo golpeado, seu irmão correu até o interior do bar, pegou o revólver do policial, aproximou a arma da cabeça do agressor (que continuava ferindo o policial) e atirou quatro vezes. Na sequência, ele pegou o facão e atacou o assassino mais sete vezes. O policial morreu no local do incidente. (CYBER POLÍCIA, 2012).

A opinião de que o policial deveria ter controlado a situação e prendido o suspeito imediatamente (5%) sugere a possibilidade de o suspeito ter identificado uma fraqueza no policial, seja sua hesitação em usar a força ou uma aproximação complacente. Por outro lado, a capacidade de controlar a situação e prender o suspeito prontamente está mais alinhada com as características daqueles que foram agredidos e sobreviveram (desejo de usar a força e preparado para reagir). Controlar a situação também pode significar o uso imediato da arma de fogo, principalmente quando o agressor possui uma faca e o caminho livre até o policial.

Claro está que o trabalho policial não é simples e o equilíbrio parece impossível em todas as ocorrências. A aplicação imediata da força para controlar a situação nos primeiros instantes pode parecer, aos olhos alheios, um abuso. E a ausência de força ou sua aplicação tardia pode indicar complacência, medo e falta de profissionalismo.

Erros que custam vidas

Muitos policiais procuram táticas, cursos e treinamentos que parecem, à primeira vista, extraordinariamente diferentes. Contudo um observador mais atento talvez perceba que existe pouca coisa nova quando o assunto é treinamento. Porém é a base e a simplicidade que irão mantê-lo vivo.

A análise das informações dispostas até aqui (e as que virão) permitem que o policial perceba comportamentos de riscos e erros de procedimentos que aniquilam policiais no mundo inteiro quase diariamente. Felizmente, esses são erros que podem ser reconhecidos e evitados. São eles:

- Abandonar ou se distanciar de uma posição de vantagem em razão de uma perseguição a pé.
- Agir ou trabalhar sozinho.
- Agir, trabalhar ou permanecer, desnecessariamente, em lugares onde há um sentimento hostil em relação à polícia.
- Apatia institucional para promover alterações no treinamento e no equipamento.

- Apatia da chefia ou do comandante para propor, juntamente com os demais policiais, mudanças internas na unidade (relacionadas com segurança e procedimentos) mesmo após a ocorrência de incidentes que colocaram em risco a vida e a profissão de todos.
- Quando justificado, atirar, porém uma ou duas vezes (Double Tap) e **ABAIXAR** a arma de fogo sem a percepção sobre a incapacitação do agressor.
- Buscas malconduzidas (impróprias ou inseguras).
- Desatenção.
- Entrar na zona quente ou sair dela de modo inseguro.
- Excesso de confiança (antes e durante a ocorrência).
- Falha do equipamento disponível (negligência, imperícia ou baixa qualidade do equipamento).
- Falta de coordenação e comunicação entre as diferentes instituições policiais.
- Falta de cuidado.
- Falta de liderança e de apoio institucional.
- Falta de planejamento da equipe de reforço.
- Falta de planejamento de segurança para os períodos de folga.
- Falta de planejamento ou plano não seguido.
- Ignorar ou não conhecer os sinais de perigo (não reconhecer áreas de risco e um comportamento resistente).
- Ineficácia no uso da cobertura/barricada (proteção ruim ou parcial).
- Manter-se preocupado com questões irrelevantes para a situação atual.
- Manter uma atitude complacente (antes e durante a ocorrência).
- Manter uma atitude amistosa, de bondade excessiva (pena, dó, compaixão, etc.) com presos, indiciados, investigados, pessoas abordadas e seus familiares.
- Mau posicionamento (posição insegura ou desprotegida).
- Não comunicar informações essenciais ou comunicá-las de modo inconsistente (ameaças potenciais e sinais de perigo).

- Não controlar o público (curiosos e aqueles que querem "ajudar" ou atrapalhar) e o suspeito (verbalização, técnicas de controle, força e resistência física, tecnologias menos letais e letais).
- Não dispor de qualquer meio de comunicação.
- Não divulgar informações relevantes sobre determinada operação policial ou divulgá-las imediatamente antes do desencadeamento da operação, impedindo que a equipe planeje o melhor curso de ação e um plano B.
- Não manter o desejo de sobreviver e vencer a qualquer custo.
- Não melhorar ou manter em excelente nível o condicionamento físico e a saúde (mental e emocional).
- Não observar as mãos do suspeito.
- Não reavaliar o próprio comportamento e os erros do passado, e não ouvir a avaliação de outros colegas em relação a algum comportamento inadequado.
- Não portar equipamentos básicos (lanterna, colete balístico, carregador sobressalente, alternativas menos letais, etc.).
- Não portar equipamentos básicos durante os períodos de folga (coldre, carregador, canivete tático).
- Não reconhecer o momento de parar e recuar (uma perseguição, por exemplo).
- Não reconhecer perigos potenciais nas redondezas da ocorrência.
- Não requisitar ou esperar o reforço policial (correr em direção ao perigo sozinho).
- Não requisitar ou utilizar os recursos especiais (armas e meios de transportes especiais, suporte aéreo, canil, grupos especiais, choque). Não permitir que tais recursos especiais (inclusive treinamentos e cursos) estejam disponíveis e sejam utilizados por **TODOS** os policiais da instituição por vaidade e "reserva de mercado interno".
- Não se manter treinado com a arma de fogo (uso ostensivo e velado), a viatura ou outro equipamento de dotação da instituição.
- Não utilizar os recursos disponíveis (algemas, rádio, arma longa, dispositivos menos letais).

- Operar um equipamento além dos limites da própria habilidade pessoal.
- Perseguir alguém em áreas desconhecidas.
- Perseguir alguém em lugares mal iluminados ou com baixa visibilidade.
- Portar a identidade funcional, sem uma arma de fogo (principalmente à paisana).
- Reagir lentamente.
- Relaxar antes da hora (ou no momento errado).
- Resistir em usar a força letal, etc.

> Um policial, que operava um radar instalado na viatura, confidenciou, após ser atacado, que aquela era a última multa que aplicaria durante seu turno e que ele estava pensando na necessidade de comprar materiais de construção para a reforma que faria em sua casa. Quando perguntado se, de alguma forma, ele esperava ser agredido, o policial respondeu: "O ataque veio do nada; e eu não acreditei que estava acontecendo." (FBI, 1997).

Como num estudo de caso, é razoável tirar lições dos comportamentos e erros cometidos pelos colegas. E a primeira lição é que muitas mortes de policiais poderiam ter sido **EVITADAS**. O Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) estimou que do total de mortes no cumprimento do dever ocorridas entre 1995 e 2004, 55% eram inevitáveis, 15% dos casos não foram conclusivos e **30% ERAM EVITÁVEIS**. Ou seja, três entre dez policiais vitimados podiam ter sido salvos. Mesmo com um percentual de 55% de mortes inevitáveis, é preciso pensar no que se pode fazer de bom.

Esses fatores preventivos podem ser relacionados da seguinte maneira:

- Avaliar os erros da lista anterior e corrigi-los.
- Antecipar-se ao perigo ou sua possibilidade.
- Assumir a liderança e monitorar os demais policiais na ausência de um comandante ou líder nato.
- Atentar para a possibilidade de o suspeito estar armado, inclusive com duas ou mais armas.

- Atentar para as áreas circunvizinhas (próximas ao policial) e o potencial para o perigo.
- Compreender a necessidade de manter o mesmo estado mental durante os períodos de folga.
- Compreender e usar a força letal.
- Comunicar suas ações para o colega ou para o COPOM antes de agir.
- Conhecer hospitais próximos ao local da operação policial.
- Controlar familiares e amigos do abordado, curiosos e espectadores.
- Criar ou melhorar a coordenação e a comunicação entre as instituições policiais.
- Durante a folga, portar uma arma. Se possível, **EVITAR QUALQUER INTERFERÊNCIA NUMA OCORRÊNCIA E SER UMA BOA TESTEMUNHA**. Isso não se aplica se o policial for a vítima do criminoso.
- Estar alerta.
- Evitar a complacência e o excesso de confiança.
- Manter ou melhorar a habilidade em armamento e tiro (uso ostensivo e velado).
- Manter-se preparado para o **QUANDO** e não para o **SE**.
- Melhor identificação e uso da cobertura/barricada (proteção suficiente e apropriada).
- Melhor posicionamento (posição segura).
- Portar os equipamentos básicos (lanterna, carregador adicional, por exemplo).
- Reconhecer e se prevenir nas áreas de risco.
- Reconhecer sinais de perigo (suspeito resistente, falante, que se "destaca" no local, evasivo, etc.).
- Recusar-se a realizar ações policiais de modo displicente e rotineiro (no pior sentido da palavra).
- Sempre demonstrar seu descontentamento, educada e racionalmente, e propor soluções quando a chefia ou o comando ordenar ações que coloquem em risco, desnecessariamente, por incompetência ou desconhecimento, a vida dos policiais que irão cumprir a missão. E, se possível, ao término da missão, relatar por escrito todos os acontecimentos para que sirva de salvaguarda para o policial caso

algo dê errado. É possível que o documento alcance alguém na escala de comando comprometido com a segurança dos policiais e com poderes para impedir novas ordens imprudentes, negligentes e amadoras.

- Sempre solicitar informações adicionais.
- Sempre solicitar e fornecer informações a tempo de favorecer o bom planejamento.
- Solicitar e aguardar o reforço policial.
- Ter coragem para informar que não se sente seguro ou que a situação não é segura. Aceitar a opinião do colega e promover a segurança necessária para a salvaguarda da vida dos policiais sob sua liderança.
- Ter um plano de ação/reação quando estiver à paisana. Ter um plano alternativo.
- Trabalhar em equipe.
- Usar o colete balístico.
- Usar outros recursos (suporte aéreo, canil, operações especiais, choque).
- Usar torniquetes táticos em todas as operações policiais, bem como um kit de primeiros socorros básico, etc.

> Dois policiais receberam informações conflitantes sobre um indivíduo armado que brigava com a esposa. Quando chegaram, eles viram o suspeito correr para o quintal. Ao alcançarem o fundo da casa, os policiais verbalizaram com o homem, que sacou uma arma e começou a atirar. Durante o tiroteio, o suspeito e um dos policiais (com 38 anos de idade e seis anos de experiência) foram mortos. (LAPD, 2004).

Áreas de estudo: retornando ao currículo básico do policial

A avaliação dos erros e dos fatores preventivos mostra uma variedade de considerações táticas que lembram algumas áreas de estudo sugeridas no currículo prático (citado no capítulo O relatório sobre policiais mortos e feridos nos Estados Unidos). Essas são áreas que se mostram críticas nos incidentes fatais:

- Aproximação, movimentação e posicionamento.
- Armamento e tiro (uso ostensivo ou velado).
- Assistência (requisição, direcionamento e utilização do reforço).
- Comunicação.
- Condicionamento físico (força e resistência).
- Controle/domínio, busca e prisão.
- Indicadores de ameaça.
- Planejamento tático.
- Retenção de arma e desarme de suspeitos.
- Treinamento mental (desejo de sobreviver e vencer).
- Uso da força (equipamentos e opções).
- Uso de barricadas.
- Verbalização e defesa pessoal desarmada.

1. Planejamento tático

O planejamento tático é extremamente importante para a segurança e bem-estar do policial. Mesmo enquanto espera o reforço ou se desloca para um local de crime, o policial deve continuamente pensar e avaliar os aspectos táticos de suas ações. Suas decisões são o resultado da informação recebida, da observação do local da ocorrência, das pessoas envolvidas e seus comportamentos combinados com o planejamento tático. A falta ou o desvio de um plano pode colocar o policial numa condição de desvantagem, já que muitos incidentes não podem ser prevenidos sem ações e táticas seguras.

Policiais mortos intencionalmente

Planejamento tático, 1995–2004

Planejamento tático	Sim	Não	Não se sabe
Um plano foi elaborado?	28%	31%	41%
O plano foi seguido?	10%	18%	72%

O plano foi um fator?	17%	-	83%

Tabela 75 – Planejamento tático (Peace Officer Standards and Training, POST).

Uma das enormes vantagens dos estudos de casos (uma raridade nas polícias brasileiras) é a capacidade de permitir que o policial desenvolva conhecimento profissional específico e se torne **MELHOR PLANEJADOR TÁTICO**.

Apenas 28% dos policiais mortos foram capazes de elaborar um plano, e só 10% desses planos foram seguidos. A importância do planejamento tático pode ser percebida pelo fato de que somente 17% das mortes de policiais ocorreram em razão do planejamento.

2. Indicadores de ameaça

Os indicadores de ameaça ou sinais de perigo são questões importantes a considerar durante o atendimento das ocorrências e também nos estudos dos incidentes em que policiais foram feridos ou mortos. A falha em reconhecer e comunicar esses indicadores coloca o policial em situação de desvantagem, proporcionando uma aproximação menos cuidadosa. Praticamente todos esses indicadores demonstram o potencial para a violência, o preparo para reagir (testando o policial, aguardando que um erro seja cometido, criando uma distração, angariando a "confiança" da equipe) e a resistência física para fugir à ação policial. Alguns desses sinais são (mas não se resumem a):

- Abordagem em flagrante, principalmente durante ou após crimes violentos com ou sem armas de fogo.
- Ataque verbal.
- Circunstância suspeita (o sujeito não combina com o lugar).
- Comportamento suspeito (ao ver a polícia, o suspeito muda de direção, acelera o passo, corre, olha para trás, joga algo fora, evita o contato olho no olho com o policial, finge amarrar o tênis, finge que abre o portão de casa, etc.).

- Finge que não percebeu a polícia e segue seu caminho com se tudo estivesse normal.
- Declarações conflitantes, respostas evasivas e hesitantes (o suspeito pensa muito para responder).
- Desobediência ou ignorância às ordens verbais.
- Disparo de uma arma de fogo.
- Existência de histórico criminal.
- Fuga.
- Linguagem corporal (finge-se de vítima, serra os punhos, joga-se no chão, faz corpo mole, entrega-se, chora, etc.).
- Local da abordagem (potencial para emboscada, área com elevado índice de crimes, área remota ou distante do socorro imediato, área conhecida pelo suspeito ou próxima à sua residência).
- Nervosismo do abordado (tremor, gagueira, transpiração, resistência em fazer contato olho no olho, passividade completa – sugerindo "rendição", respiração profunda, gesticula excessivamente, etc.).
- Os suspeitos caminham juntos, mas não se comunicam verbalmente.
- Possibilidade de dissimulação de uma arma (porte velado, suspeito armado).
- Presença visível de uma arma.
- Raiva.
- Resistência física (ativa ou passiva).
- Saque repentino de uma arma, etc.

Mesmo nas atividades mais comuns, o policial deve manter seus sentidos em operação para perceber coisas "fora do lugar" ou que "não combinam". É preciso confiar nos sentidos, incluindo o sexto sentido (intuição). O poder de observação é uma das ferramentas mais valiosas para se manter vivo.

O curso de *Análise, Observação e Detecção de Comportamentos Suspeitos* dá Polícia Federal cita outros importantes indicadores de risco:

- Movimento do suspeito (velocidade diferente das demais pessoas; andando nervosamente; inquietação excessiva; parece estar evitando a polícia).
- Vestuário (mais camadas de roupas que as outras pessoas no mesmo local; inadequado para o local ou clima; protuberâncias incomuns; possível disfarce).
- Comportamento do suspeito (suar excessivamente num dia frio; tremor; cooperação excessiva; olhar fixo frio e penetrante; não responder a comandos verbais; resistência em cooperar com os procedimentos de segurança; sondar o local; muito confuso ou desorientado; emoções negativas exageradas; agir com muita arrogância e expressar desprezo pelo pessoal).

3. Armamento e tiro

Todos os dias, policiais sacam suas armas para se salvarem, defenderem os colegas e os cidadãos. Na maioria das vezes, os policiais não disparam um tiro sequer porque o ato de sacar uma arma de fogo parece frear o comportamento do suspeito. Outras vezes, contudo, o policial é forçado a atirar. E é aqui que se entra numa das áreas mais negligenciadas pelas instituições e por muitos policiais: a habilidade com a arma de fogo e proficiência no tiro. Um paradoxo, já que a arma de fogo é o símbolo maior de qualquer força policial no mundo.

Não são raras as histórias de policiais que perderam a vida porque não conseguiram sanar uma pane; que se esqueceram de inserir um cartucho na câmara; que não destravaram a arma; que não tinham um carregador sobressalente; que usaram uma arma suja e malcuidada; que não usaram um coldre de qualidade; que sacaram e apresentaram a arma de modo desajeitado; que deixaram a arma dentro do veículo e que não se preocuparam com o estado da munição. E isso sem contar aqueles que não conheciam as técnicas de saque velado ou não conseguiram acertar o alvo.

Infelizmente, isso é apenas parte de um problema muito maior, porém menos evidente aos olhos da sociedade. Vale a pena lembrar que os dados do FBI, compilados neste livro, demonstraram que a taxa de acertos dos policiais feridos foi

de 41%, que apenas 22% dos policiais mortos conseguiram revidar e que dos 647 policiais assassinados, entre 1990 e 1999, só 3% conseguiu matar o agressor durante o confronto.

Não é segredo que as Forças Armadas treinam, treinam, raramente lutam ou morrem, enquanto os policiais lutam, lutam e raramente treinam. As possíveis explicações para a falta ou desinteresse no treinamento podem ser:

- Conceito de que o treinamento após a formação inicial não é considerado trabalho policial ou capacitação profissional.
- Descaso da instituição e do governo.
- Descrédito no treinamento e nos instrutores (devido à aplicação de esforço físico desnecessário mais do que aprimoramento e aplicação de técnicas eficazes).
- Falta, contingenciamento ou má distribuição do tempo disponível para o treino.
- Falta, contingenciamento ou má qualidade do equipamento necessário para o treinamento.
- Falta, contingenciamento ou mau uso dos recursos orçamentários da instituição.
- Ideia de que não há nada novo a ser aprendido ou reforçado devido à experiência prática de rua.
- Ideia de que o treinamento é **APENAS** uma revisão dos conceitos básicos aprendidos na academia de polícia, carecendo de continuidade.
- Não obrigatoriedade de participação em razão das poucas vagas ofertadas.
- Sugestão de que o treinamento visa aos policiais mais novos ou que trabalham nas ruas, excluindo-se o policial mais antigo ou que trabalha na atividade-meio.

Porém o treinamento é parte do trabalho policial e deve ser levado a sério porque o criminoso atual é mais bem informado, equipado, audacioso e violento do que o "pé de chinelo" de antigamente. Além disso, eles possuem conexões e dinheiro para conseguir o que querem no momento da necessidade, enquanto a polícia padece com a falta dos itens mais básicos. E o que poucos policiais compreendem é que qualquer habilidade (tiro, técnicas operacionais, condicionamento físico, treinamento mental, etc.) é perecível. Se ele não pratica a habilidade, ela será perdida. E a falta de

confiança provocada pela limitação das habilidades pode aumentar o medo e a incerteza, e levar o policial a um estado mental de perdedor antes mesmo que o primeiro tiro seja disparado.

O policial que deixa de se aprimorar não pode esperar ser o melhor numa situação de vida ou morte. Por exemplo, os lutadores de MMA sempre marcam suas lutas com alguma antecedência, pois isso permite um treinamento direcionado para o evento. Policiais, por outro lado, não dispõem do luxo de saber quando o confronto irá ocorrer. Ele precisa estar preparado sempre. Afinal, **UM POLICIAL NÃO PODE FINGIR QUE ESTÁ PREPARADO!**

4. Aproximação, movimentação, posicionamento e uso de barricadas

Os erros relacionados com o comportamento do policial durante sua aproximação, movimentação e posicionamento antes, durante e após o incidente são listados aqui:

- Aproximou-se do criminoso que empunhava uma arma de fogo (para realizar a prisão) em vez de usar a força letal à distância.
- Correu sozinho atrás do suspeito, deixando o parceiro para trás.
- Deixou a posição barricada enquanto o suspeito ainda estava escondido.
- Deixou a posição barricada para observar melhor o lugar.
- Deixou a proteção da viatura durante uma abordagem veicular de alto risco.
- Entrou na linha de tiro.
- Escolheu uma posição barricada que impediu uma movimentação mais rápida.
- Expôs o tronco acima da barricada.
- Foi emboscado ao abrir a porta de um cômodo (ou armário) em que o suspeito estava escondido.
- Não controlou o suspeito e deixou que ele chegasse muito perto.
- Não controlou o suspeito e perdeu o contato visual.
- Não encontrou uma posição barricada.

- Não protegeu o colega enquanto ele fazia a busca pessoal.
- Não usou a barricada disponível.
- O suspeito ficou entre o policial de cobertura e o policial de contato, cruzando a linha de tiro e impedindo uma reação armada.
- Passou, displicentemente, ao longo de uma janela aberta.
- Permaneceu em frente ao abordado e perdeu a capacidade de visualizar o ambiente ao redor.
- Permaneceu sentado dentro da viatura ou do veículo particular.
- Realizou a busca pessoal num suspeito enquanto os outros não estavam controlados.

A incapacidade de se proteger e usar uma barricada com segurança tem sido um fator de perigo para o policial. Ele precisa reconhecer um abrigo (barricada, proteção) e uma cobertura (ocultação). Isso inclui assumir uma posição que ofereça a menor exposição possível durante um evento crítico. Por isso, os treinamentos de tiro não podem se limitar às posições convencionais, pois o policial precisa conhecer todas as posições possíveis, inclusive as mais estranhas e incômodas, para que possa utilizar sua arma de fogo sem a necessidade de sair completamente de um setor protegido.

Além disso, o policial deve avaliar o ambiente em busca de qualquer barricada disponível que ofereça proteção, tanto numa edificação quanto em campo aberto. Sua perspicácia também deve reconhecer que essas mesmas barricadas podem ser utilizadas pelos criminosos para emboscadas.

O pensamento sobre a forma de aproximação, movimentação, posicionamento e proteção deve ocorrer antes mesmo do policial chegar ao local. Uma abordagem a partir de uma posição protegida (ou com uma barricada próxima) coloca o policial numa posição de vantagem e facilita uma aproximação mais segura e consciente, além de proteger contra uma reação repentina. Uma demonstração de total descaso com esses itens é revelada sempre que a polícia precisa gerenciar crises envolvendo criminosos com reféns. É triste assistir negociadores, pseudonegociadores e outros

policiais administrando uma situação com reféns e criminosos armados enquanto o local **NÃO ESTÁ ISOLADO** e os policiais estão totalmente desprotegidos.

O desejo de abordar e prender o criminoso imediatamente é muito forte. Essa necessidade pode ser razoável numa emboscada ou ação surpresa, mas se "jogar" na ocorrência é contraproducente noutras situações. Quando o desejo de perseguir o suspeito surgir, é hora de o policial analisar uma importante sugestão: **PARE, OLHE E OUÇA!** Essa atitude permite que o policial tenha tempo para encontrar uma proteção e manter distância do perigo. E tempo, proteção e distância são aliados da sobrevivência policial. Além do mais, uma abordagem dessa natureza permite que o suspeito reconheça que está em desvantagem.

5. Controle/domínio, busca, prisão, defesa pessoal desarmada, retenção de arma

Condicionamento físico e habilidade para controlar e prender suspeitos são elementos que se complementam, já que essas habilidades dependem de força e resistência física, principalmente quando o criminoso não se submete às ordens policiais.

O que pode parecer uma busca pessoal rotineira pode se transformar numa luta pela arma e pela vida. Desse modo, **ALGEMAR O SUSPEITO DEVERIA SER A PRIMEIRA AÇÃO POLICIAL ANTES DA BUSCA PESSOAL**. E isso é especialmente importante se a guarnição se desloca para uma ocorrência com indicativos de perigo e aborda pessoas ou veículos que se encaixam nas descrições repassadas via rádio. Infelizmente, a sociedade e as instituições brasileiras possuem uma noção equivocada: que as algemas devem ser utilizadas **APENAS** em criminosos em situações especiais. O que essas pessoas não sabem (ou não querem compreender) é que a algema é, na verdade, um instrumento menos letal que visa a obter o controle sobre o abordado (ainda que cidadão exemplar) para garantir sua segurança, da equipe e da comunidade.

Portanto obter o imediato controle sobre o abordado, após as cautelas quanto à proteção e aproximação, permite que os outros policiais se ocupem em manter o

domínio do local. Algemar o abordado impede que ele resista, lute ou tente pegar a arma do policial, obrigando-o a utilizar as técnicas de defesa pessoal e retenção de arma.

> Durante uma abordagem veicular, o condutor foi informado que seria preso por estar dirigindo sob a influência de bebida alcoólica. O policial pediu que o motorista caminhasse até a parte traseira da viatura. Na opinião do agressor, isso deu a ele a oportunidade para atacar. A vítima policial afirmou que o motorista estava cooperando e parecia passivo até o momento do ataque. Já o agressor completou dizendo que se o policial tivesse assumido o controle físico sobre ele (o algemando), o incidente não ocorreria. (FBI, 1997).

Lutar com o criminoso ou lutar para manter a arma no coldre impõe uma séria desvantagem para o policial. Tentando conservar sua arma, o policial perde sua capacidade de se defender apropriadamente porque ele só possui uma mão para usar (a outra está prendendo a arma no coldre), e tudo isso com grande chance de ser derrubado. E se ele for nocauteado, sua arma será tomada e usada contra ele. Novamente, a noção que os instrutores e policiais possuem é de que um embate com o agressor se assemelha ao boxe, judô ou karatê quando está mais para uma **LUTA NO CHÃO**.

Portanto a melhor forma de retenção de arma é mantê-la distante do agressor, mesmo que o policial esteja no chão. De pé, ele pode se afastar com vigor; caído, ele precisa de cada carga de força para ficar de pé e se afastar (lutando com a mão e as **PERNAS**). Ele também precisa considerar a necessidade de atirar enquanto ainda está caído (posição incomum e raramente treinada). Entretanto usar as duas mãos para reter a arma no coldre é uma técnica que ainda salva vidas. Mais uma vez, o condicionamento físico pode salvar a vida do policial quando, para manter a arma no coldre com as duas mãos, ele precisa suportar socos e chutes do agressor.

> Em 12 de novembro de 2016, um policial militar lotado na cidade de São Carlos/SP foi jogado no chão e agredido com socos e chutes por uma mulher e vários delinquentes. Segundo o boletim de ocorrência, dois policiais da

> ROCAM receberam uma denúncia de que um homem armado estaria saindo de casa com drogas. Quando chegaram ao local, os policiais perceberam um suspeito (com 18 anos de idade) jogando um objeto em cima de uma casa. Um dos policiais segurou o suspeito, mas uma mulher (com 40 anos), junto com outros comparsas, começou a agredir o policial militar. O outro policial ainda apontou a arma para os agressores antes de se afastar. Porém o grupo só cessou as agressões depois de arrancar o suspeito das mãos do policial, que ficou caído e atordoado por alguns instantes. Policiais que reforçaram a ocorrência revistaram a casa do suspeito. Lá, eles encontraram objetos tipicamente utilizados nas biqueiras (caderno com anotações, cinco mil reais e um rádio HT). Os envolvidos foram autuados e liberados após pagarem fiança. (São Carlos/SP, 2016, https://www.youtube.com/watch?v=m48cl7QGcks).

Numa situação como a descrita, o policial que está de pé ou livre das agressões deve solicitar reforço e usar força física extrema para salvar o colega. Se o criminoso arrebatar a arma do colega caído, o próximo alvo pode ser o próprio policial. Além disso, se ele está "congelado" e incapaz de usar a força física ou outras alternativas, certamente não será capaz de usar a força letal.

Da mesma maneira que alguns policiais militares, o policial que trabalha à paisana deve considerar ter consigo alternativas menos letais durante as atividades de investigação, pois essas medidas podem poupar seu esforço para controlar e dominar alguém.

Quanto às buscas, elas podem ser divididas nas seguintes categorias:

- Busca visual.
- Busca pessoal.
- Busca veicular.
- Busca em edificações.
- Buscas em áreas abertas.

A busca visual é um procedimento que independe da proximidade do abordado, pois como o nome informa, é uma busca feita com o poder de observação

do policial. Ela remonta ao conceito de enxergar as mãos do suspeito ("as mãos matam", é o que dizem os instrutores). Se o policial não pode, por alguma razão, enxergar as mãos do suspeito, deve presumir que ele está armado. Se o policial consegue ver as mãos, mas ainda não vê o que está debaixo da camisa do indivíduo, também deve assumir que o suspeito está armado – um saque pode ser tão rápido quanto um piscar de olhos, e tão dissimulado a ponto de não parecer o saque de uma arma de fogo.

Assim, se o que interessa são as mãos e o que pode estar escondido na cintura do abordado, o policial deve evitar a tendência de fazer **APENAS** contato olho no olho.

Obviamente, a busca pessoal depende das condições de visibilidade da equipe. Nesse sentido, a baixa visibilidade, a escuridão e a iluminação inconsistente representam um perigo adicional.

As buscas têm se mostrado uma das atividades mais perigosas na atividade, principalmente porque são momentos de aproximação e interação com criminosos. Em regra, as buscas visam a procurar três coisas: os criminosos, as armas usadas por eles e os lugares onde podem estar escondidos. Por isso, o policial deve ser profissional, cauteloso e nunca realizar qualquer uma dessas ações sozinho ou em condição de inferioridade numérica. Uma busca deve ser extremamente cautelosa se o indivíduo estiver sendo procurado após atacar um policial. Por si só esse ataque já é um indicador de risco extremo. Além disso, o suspeito pode estar na posse da arma de fogo da vítima policial, o que aumenta seu poder de fogo e disposição para enfrentar outros policiais.

Se uma busca bem conduzida já representa um risco, o que dizer de uma busca mal feita. Para uma busca ocorrer com segurança, a primeira providência seria algemar o suspeito. Mas no caso de um suspeito resistente, a prioridade deveria ser o domínio completo sobre essa reação. Nesse sentido, parece claro que a resposta para um abordado resistente não é a tentativa de algemá-lo, mas **NOCAUTEÁ-LO**, seja com um Taser ou um soco (dominar com energia, algemar, buscar e conduzir para longe do ponto de abordagem).

A seguir estão relacionados alguns incidentes em que as condições de visibilidade, ações de busca e contenção contribuíram para a morte de policiais:

- Não viu a arma do suspeito durante a aproximação.
- Não viu a arma do suspeito durante uma abordagem veicular.
- Não viu a arma do suspeito durante uma perseguição a pé.
- Não viu o suspeito se esconder atrás de um poste durante a perseguição a pé.
- Não viu o segundo criminoso durante um roubo a residência.
- Não viu o suspeito escondido.
- Não viu o criminoso se aproximar da viatura policial que estava estacionada.
- Não viu o suspeito retirar uma arma do porta-luvas enquanto verificava o porta-malas.
- Durante uma busca residencial, entrou num quarto escuro em que o suspeito estava escondido.
- Durante uma busca pessoal, um segundo suspeito, que não estava algemado, reagiu.

> Por volta das 10h do dia 11 de outubro de 1977, quatro detetives da PCMG deixaram a delegacia para prender o traficante Eli, após a indicação do seu esconderijo. A equipe sabia que Eli era extremamente perigoso e estava armado com um revólver .38, tomado de um policial militar dias antes. Um dos detetives permaneceu na viatura com o informante enquanto os demais se dirigiram até o barraco indicado. Após arrombarem a porta, os policiais surpreenderam o traficante e seu comparsa. Depois que localizaram as armas dos criminosos, os policiais os colocaram sentados no chão e iniciaram as buscas. Mas Eli tinha outro revólver escondido debaixo de algumas revistas. Aproveitando a oportunidade, ele pegou a arma e, ainda sentado, começou a disparar. Um detetive foi atingido no tórax e morreu no local; o segundo policial foi atingido no tórax e no queixo e o terceiro foi ferido no braço. Apesar dos ferimentos, os policiais tentaram reagir, mas sem sucesso. No meio do confronto, o traficante fez um refém, que também foi atingido e morto. Durante o cerco policial, um quinto detetive foi confundido com um dos fugitivos e acabou baleado no abdômen (erro de identidade). No dia seguinte Eli e o comparsa foram localizados e mortos em novo confronto. (ESTADO DE MINAS, 1977).

6. Comunicação

As questões relativas à comunicação (COPOM e policial-policial) e que comprometeram a vida dos policiais são listadas a seguir:

- A vítima não se comunicou com o COPOM.
- A vítima recebeu informação imprecisa.
- A vítima recebeu informação conflitante.
- A vítima recebeu a informação precisa, mas não agiu em conformidade com a notícia.
- A vítima não confiou na informação.
- A vítima necessitava de mais informação que a disponível.
- A comunicação entre policiais foi inadequada no planejamento e nas táticas durante uma busca em edificação.
- A comunicação entre os policiais inexistiu.
- A comunicação entre as instituições/corporações policiais inexistiu.
- A vítima não recebeu informação de que se tratava de um carro roubado antes de realizar a busca veicular.

> Um policial foi designado para o local onde um fugitivo havia sido visto. Nem ele ou o segundo policial despachado para o mesmo local recebeu uma descrição física do fugitivo, as características de sua roupa ou mesmo a identidade e a residência da testemunha que avisou a polícia. Como resultado, os policiais não conseguiram identificar o suspeito com certeza. No relatório, esses policiais afirmaram que quando encontraram um possível suspeito, entre um grupo de indivíduos que estava nas redondezas, eles não acreditaram que aquele homem era, de fato, o procurado. Porém o suspeito (que era o fugitivo) desarmou um policial e atirou em ambos.

> Dois guardas municipais estavam tentando realizar uma prisão (por uso de bebida alcoólica em local público) quando o suspeito fugiu. Uma perseguição a pé se estendeu por vários quarteirões. Em determinado momento, o

> criminoso sacou uma arma, virou-se e atirou contra os policiais. O primeiro policial se jogou no chão e procurou uma proteção, mas ficou perplexo ao ver que seu colega não havia feito o mesmo. O policial que procurou abrigo foi o único que viu a arma. Ele falhou em transmitir essa informação para o colega, porque nenhum deles havia aprendido a se comunicar durante os treinamentos. (FBI, 1997).

A capacidade de comunicar a maior quantidade de informação de modo correto é preponderante para a salvaguarda do policial. A falha em comunicar o perigo coloca o policial, mais uma vez, numa condição de desvantagem. De modo semelhante, se a guarnição não comunica o local onde pretende realizar uma abordagem, ela terá dificuldade em articular as palavras e o pensamento para pedir ajuda devido ao estresse e à dificuldade de se localizar no meio ou após um confronto. Então toda guarnição tem o dever de comunicar o local onde está fazendo (ou pretende fazer) uma abordagem, bem como outros dados que possam ajudar na identificação dos suspeitos (placas e características do veículo, etc.). Caso algo saia do controle, outros policiais podem prestar apoio com maior rapidez e exatidão.

Outra deficiência perigosa é a incapacidade do policial se comunicar de modo objetivo com o colega. Talvez os novos policiais carreguem alguma inibição adquirida nas academias de polícia em relação ao ato de verbalizar com vigor. E ao se depararem com policiais mais antigos, que também não conseguem verbalizar, expor ideias e comunicar um planejamento durante um evento crítico, a dificuldade se perpetua.

Finalmente, as academias de polícia ensinam algum tipo de verbalização com o abordado e códigos para comunicação via rádio, mas se esquecem da comunicação entre policiais no momento de um incidente crítico.

7. Treinamento mental e desejo de sobreviver

A essência do treinamento mental, citado no livro *Autodefesa contra o crime e a violência – Um guia para civis e policiais* (2018), é a vontade de sobreviver. A partir dessa vontade nascem outros atributos que requerem treinamentos mental, físico e comportamental. O desejo de sobreviver, sinônimo do desejo de vencer, reflete uma resposta do ser humano para fazer o que for preciso para se salvar numa situação mortal. Na atividade policial, o desejo de sobreviver também compreende a capacidade de usar a força letal no momento decisivo.

O policial deve ter em mente que o desejo de sobreviver não é uma função do tipo liga/desliga. Ela precisa existir durante todo o instante, inclusive quando o policial está de folga e, sobretudo, quando é pego de surpresa.

A vontade de sobreviver também deve persistir durante todas as fases de uma ocorrência, por mais corriqueira que possa parecer. Isso faz lembrar outro erro de comportamento: **RELAXAR CEDO DEMAIS**. Com frequência, policiais se aproximam (e muito rápido) de criminosos que estão caídos, incapacitados ou que se entregaram, **APARENTEMENTE**. É importante ter em mente que essas reações (cair, gritar, render-se com gestos, render-se verbalmente, chorar, gemer, implorar, etc.) podem ser artimanhas para o policial relaxar e baixar a guarda, acreditando que a situação está sob controle. O próximo passo é a aproximação do policial e o ataque do criminoso.

> Por volta da 6h30 do dia 2 de outubro de 2015, dois assaltantes abordaram dois policiais militares que estavam em uma moto. Os policiais reagiram e teve início um intenso confronto. Um dos criminosos fugiu, mas o segundo foi ferido e ficou caído no chão. Mas ao se aproximar do suspeito ferido, um sargento foi surpreendido e atingido por dois disparos, que acertaram a cabeça e o abdômen. O outro policial, também ferido no abdômen, avisou que era policial e pediu ajuda. Outro motociclista que passava pelo local o auxiliou, pegou sua arma, protegeu-se num veículo próximo e disparou contra o bandido caído. O policial ferido foi levado até o hospital pelo motociclista. O criminoso foi morto e o sargento não resistiu. (Rio de Janeiro/RJ).

Relaxar cedo demais não inclui apenas se aproximar de um agressor caído que parece incapacitado; significa também deixar a proteção de um abrigo prematuramente.

O desejo de se aproximar rápido é muito forte quando o agressor está caído, assim como a propensão para baixar a guarda. Um policial não pode assumir, com certeza, que um suspeito foi incapacitado só porque ele foi atingido, está sangrando ou caído no chão. Mesmo que o policial **TENHA AFASTADO A PRIMEIRA ARMA DO BANDIDO CAÍDO, ELE NÃO PODE ASSUMIR QUE O SUSPEITO NÃO TENHA UMA SEGUNDA ARMA ESCONDIDA**. Se uma aproximação for necessária, o policial deve assumir que o criminoso ainda está vivo e representa uma ameaça letal.

A lei não permite que o policial atire além do necessário, mas ele nunca deve relaxar até que o perigo tenha acabado definitivamente.

8. Complacência e preocupação

A complacência não significa estupidez, mas ela atinge até o mais inteligente dos policiais. Por isso, deve ser combatida de modo consciente.

Apesar da ausência de estatísticas nacionais, muitos profissionais ficarão surpresos ao descobrirem que o primeiro ano de trabalho do policial não é mais perigoso. O treinamento está vívido na memória e o condicionamento físico no auge. Tudo é novo e preocupante. Apesar do conhecimento prático e das habilidades de sobrevivência policial estarem incompletos, o policial "novinho" compensa essa deficiência com sua vontade de estar sempre alerta e pronto.

Após o décimo ano de serviço, a atividade policial passa a ser mortal porque a rotina das operações, repetida tantas vezes sem consequências ruins, torna a mente do policial naturalmente indiferente; os ensinamentos repassados na academia de polícia se tornam vagos; e finalmente, a sensação de já ter visto tudo favorece o estado de apatia e o excesso de confiança.

A complacência também está relacionada com a capacidade de "ler" as pessoas e as situações. Um policial que "acredita" que o suspeito é obediente imagina que ele

não representa uma ameaça. Esse erro de percepção faz o policial baixar a guarda, criando uma oportunidade para um ataque mortal.

> Durante o atendimento médico de um preso, o policial que fazia a escolta retirou as algemas de pernas e reposicionou as outras algemas para frente. Depois de passar pela triagem, um médico pediu que o policial conduzisse o prisioneiro para outra sala de exames. O policial percebeu que o preso parecia fraco e mais baixo que ele. Então ele removeu as algemas dos braços do conduzido. O policial também descreveu o preso como "passivo" porque ele obedecia às ordens sem reclamar. Enquanto caminhavam por um corredor, o preso se posicionou do mesmo lado em que o policial portava a arma porque notou que teria fácil acesso ao armamento. Nesse instante, o criminoso atacou o policial, arrebatou a arma e começou a lutar pela posse dela. Outros policiais que estavam no prédio controlaram o agressor e salvaram a vida do colega.

Nenhum policial consegue se manter num estado de extrema vigilância todo o tempo, preocupado se está ou não fazendo uma "leitura" correta do abordado. Enquanto uma avaliação da situação é sempre necessária, o emprego dos procedimentos policiais corretos permite a proteção do policial contra o ataque do suspeito e contra o próprio erro de julgamento. Mesmo que a percepção do policial em relação ao criminoso esteja certa, ele deve sempre proceder da maneira correta e nunca se desviar daquilo que foi aprendido no treinamento.

No caso do policial que escoltava um criminoso no hospital, a avaliação incorreta em relação ao potencial de ameaça produziu um estado de complacência que contribuiu para a falha no uso das algemas, resultando no ataque. Felizmente, os efeitos de uma avaliação incorreta podem ser sobrepujados pela aplicação dos procedimentos e treinamentos policiais corretos. Isso significa que o policial no caso do hospital não teria sido atacado se tivesse algemado o criminoso corretamente, mesmo acreditando se tratar de um sujeito inofensivo.

Policiais também baixam a guarda porque não querem parecer exagerados no uso das táticas defensivas diante da possibilidade de serem inconvenientes e abusivos com pessoas inocentes avaliadas como suspeitas por engano.

Provavelmente, a maioria dos cidadãos irá aceitar uma explicação e/ou um pedido de desculpas. Mesmo se não aceitarem, a vida do policial é ainda mais valiosa que a inconveniência do público.

Outra preocupação que pode fazer o policial desejar que seu turno termine logo são as questões pessoais e familiares. Todos os policiais possuem contas, cônjuges e filhos. Não importa quão preocupante sejam esses assuntos, eles são irrelevantes durante o trabalho policial. As academias de polícia ensinam o significado da palavra **COMPARTIMENTAÇÃO** como sendo a capacidade de manter segredo sobre informações, operações e investigações. Há outro significado na sobrevivência policial: deixar os problemas caseiros guardados em casa e as questões do trabalho no trabalho.

9. Excesso de confiança

Parece que muitas pessoas têm dificuldade em avaliar suas habilidades de forma objetiva e verdadeira. A vida cotidiana está cheia de exemplos de excesso de confiança: motoristas profissionais que superestimam suas habilidades de direção; estudantes que acreditam estarem prontos para qualquer concurso; casais que pensam que passarão o resto da vida juntos; empresários que acham que podem analisar todos os aspectos do mundo corporativo; bandidos que estão certos de cometerem crimes sem serem pegos. Mas sempre que algo dá errado, parece que o erro tem quase sempre a participação do homem, muitas vezes na forma do excesso de confiança. Não é por outra razão que a Polícia Rodoviária Federal estima que a maioria dos acidentes nas estradas está relacionada com a imprudência, a negligência e a imperícia.

Policiais não estão imunes aos efeitos do excesso de confiança. Por exemplo, durante um treinamento de tiro, um policial perguntou se o condicionamento operante não poderia induzir o policial a atirar em pessoas inocentes. "Não", respondeu um dos participantes, "porque nós só atiramos em criminosos."

O poder psicológico do excesso de confiança pode compelir os policiais a ignorarem qualquer dica de ameaça ou descartar potenciais suspeitos ou, em outros

casos, colocar suas vidas em risco. No entanto, apesar dos perigos do excesso de confiança, a maioria das pessoas, incluindo os policiais, não percebe qualquer necessidade de melhorar a forma como tomam decisões. Em vez disso, elas permanecem convencidas de sua habilidade de raciocinar, decidir e agir sempre com precisão. Mas todos deveriam:

- Avaliar os limites de qualquer nível de conhecimento e habilidade (**O QUE O POLICIAL NÃO SABE PODE SER MAIS IMPORTANTE DO QUE AQUILO QUE ELE CONHECE**).
- Examinar suposições, crenças e preconceitos mais arraigados (todas as pessoas tomam suas crenças como corretas, o que é perigoso no trabalho policial).
- Solicitar ideias e sugestões de outros colegas, principalmente daqueles com experiências e opiniões diferentes.
- Tentar imaginar todas as possibilidades de algo dar errado.

10. Condicionamento físico

O policial está preparado para subjugar o criminoso depois de uma perseguição prolongada? Qual é a condição física atual do policial? O fugitivo pode forçar uma perseguição para deixar o policial exausto e vulnerável a um ataque repentino? O policial está sob forte estresse, preocupado com problemas pessoais e profissionais que podem se tornar distrações durante o trabalho? O policial consegue reter sua arma no coldre enquanto luta ou é golpeado pelo criminoso?

Todo policial deve reconhecer que se ele não estiver muito bem condicionado fisicamente, um embate físico ou uma perseguição, especialmente a pé, pode esgotar toda sua energia. Ao alcançar ou encontrar o suspeito, o policial vai estar em desvantagem, principalmente se confrontado por um criminoso jovem e ágil.

11. Uso da força letal

Todo policial possui a autoridade para, dentro dos parâmetros legais, parar, questionar, revistar, conduzir e prender pessoas. Como a liberdade é algo valioso até para os criminosos, não é surpresa que dessa interação surja a necessidade de empregar a força letal para obter o controle de uma situação mortal. O uso dessa força letal é uma resposta às ações do agressor, nunca algo egoísta e sem motivo. Percebe-se que o policial frequentemente dispara sua arma de fogo porque é forçado a isso. E ainda que esse ato (o disparo da arma) seja feito em curtíssimo tempo, tudo passa por uma análise racional que precede a ação (quando disparar).

Uma vez que cada interação policial é um evento único, assim como o uso da força letal é uma decisão feita pelos policiais envolvidos no confronto com base no comportamento do agressor, tentar explicar porque um policial atira ou não é algo difícil.

Muitas pessoas não percebem que os policiais hesitam ou se abstêm de usar a força letal até o último instante e pagam o preço por isso. Em 2014, uma reportagem da BBC Brasil, denominada *Para cada quatro mortos pela polícia no Brasil, um policial é assassinado*, informou que "No ano passado, ocorreram ao menos 1.259 homicídios cometidos por policiais e 316 baixas nos quadros das polícias civil e militar em 22 estados..." (PUFF E KAWAGUTI, 2014). Novamente, o FBI utiliza uma proporção de 12 "não policiais" mortos para um policial morto. No caso brasileiro, a proporção em 2013 foi de quatro para um (ou cinco para um, conforme o FBSP). Assim, para que a proporção se enquadrasse nos parâmetros do FBI, os policiais brasileiros teriam que ter matado 3.792 agressores ou serem assassinados em 105 casos em 2013. Isso demonstra a quantidade de vezes que os policiais resistem a usar a força letal.

A tabela 76 demonstra as quantidades de vítimas fatais e a proporção (agressor/policial) no Brasil, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016, p. 26). Informações semelhantes, no caso dos Estados Unidos, são demonstradas nas tabelas 77 (FBI) e 78 (Fatal Encounters).

Policiais mortos versus criminosos mortos FBSP

Mortos em confrontos armados no Brasil, 2009–2015

Ano	Criminosos mortos	Policiais mortos	Proporção
2009	2.177	264	8 para 1
2010	2.434	287	8 para 1
2011	2.042	282	7 para 1
2012	2.332	447	5 para 1
2013	2.212	490	5 para 1
2014*	3.146	409	8 para 1
2015	3.345	393	8 para 1
Total	**17.688**	**2.572**	**7 para 1**

Tabela 76 – Policiais mortos versus criminosos mortos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, FBSP).

Policiais mortos versus criminosos mortos FBI

Mortos em confrontos armados nos Estados Unidos, 2010–2015

Ano	Criminosos mortos	Policiais mortos	Proporção
2010	396	56	7 para 1
2011	401	72	5 para 1
2012	426	49	8 para 1
2013	471	27	17 para 1
2014	444	51	8 para 1
2015	442	41	10 para 1
Total	**2.580**	**296**	**8 para 1**

Tabela 77 – Policiais mortos versus criminosos mortos (FBI).

Policiais mortos versus criminosos mortos FE

Mortos em confrontos armados nos Estados Unidos, 2010–2015

Ano	Criminosos mortos	Policiais mortos	Proporção
2010	1.266	56	22 para 1
2011	1.387	72	19 para 1
2012	1.456	49	30 para 1
2013	1.780	27	66 para 1
2014	1.716	51	33 para 1
2015	1.587	41	39 para 1
Total	**9.192**	**296**	**31 para 1**

Tabela 78 - Policiais mortos versus criminosos mortos (Fatal Encounters.org).

Letalidade dos policiais e dos criminosos no Brasil

Mortes violentas intencionais no Brasil, 2012–2016

Ano	Mortes violentas	Criminosos mortos por policiais	Policiais mortos por criminosos
2012	53.054	2.332	447
2013	53.646	2.212	490
2014*	58.559	3.022	415
2015	58.492	3.345	393
2016	61.619	4.224	437
Total	**285.370 (100%)**	**15.135 (5%)**	**2.182 (0,76%)**

Tabela 79 - Letalidade dos policiais e dos criminosos no Brasil (FBSP).

*Os dados apresentados pelo FBSP para o ano de 2014 são conflitantes.

O que se pode afirmar é que ao longo da carreira, todos os policiais enfrentam muitas adversidades. Entre elas estão: jornadas de trabalho ininterruptas, operações policiais específicas (sob o sol, a chuva e o frio, com alimentação e higiene inadequadas, sede, sono, excesso de esforço físico e mental), etc. Além disso, o policial é obrigado a conviver com outros dois fatores relevantes:

- A incerteza sobre os eventos dos quais participa.
- O receio de cometer um erro, devido aos danos que isso pode trazer.

Esses dois itens diminuem a sensação de controle que o policial acredita ter sobre sua vida e o ambiente que o cerca. Mas o medo de errar e a incerteza sobre as ocorrências da vida também são encontradas em outras circunstâncias e profissões, sem que haja problemas relacionados com o estresse. Assim, os ingredientes de distinção entre um e outro são os perigos específicos da atividade policial. Isso se deve ao aumento considerável do **RISCO DE MORRER OU MATAR ALGUÉM** durante o trabalho ou fora do serviço/de folga, ainda que sob o amparo da lei.

Portanto existem alguns elementos relacionados num confronto que têm potencial para sobrepujar o policial:

- A imprevisibilidade da interação entre o suspeito e o policial.
- A proximidade (distância) entre o suspeito e o policial.
- A possibilidade de morrer ou matar.

A natureza do policial, pelo treinamento, estado mental ideal e compromisso com o dever, indica que ele é um aplicador da lei e o responsável pela garantia dos direitos dos cidadãos. Ele é o profissional capaz de avaliar os acontecimentos, decidir o que fazer e agir objetivando o combate ao crime e a violência da maneira mais eficaz e segura. (ora protetor, ora combatente). Mas ser transformado em uma vítima da violência é algo fora de questão. Desse modo, quando surpreendido ou diante de um agressor que toma a decisão quanto a sua vida ou morte, o policial experimenta um estado de negação momentâneo que diminui sua capacidade de reação imediata, em que pese seu entendimento sobre os elementos relacionados num confronto.

Mais do que qualquer coisa, a ação de um criminoso é sempre intencional, perigosa, agressiva e nem sempre previsível. Ela ataca a autoimagem, a autoconfiança, o senso de controle da situação e as saúdes mental e física do policial. Por essas características, as consequências de um determinado comportamento policial são mais severas se comparadas com outras profissões.

A espécie humana conhece o medo e o tem encarado e superado na maioria das vezes. Muitos policiais, com o propósito de encarar o medo, têm praticado

esportes radicais, tais como a escalada, o paraquedismo, as lutas (MMA, Krav Maga), etc. Esses são medos perseguidos e desejados pelo próprio policial, até como forma de treinamento pessoal. O real problema, entretanto, está no medo (terrível e intenso) que surge da proximidade da violência provocada por outro indivíduo.

Não é por outra razão que o maior medo que um policial possui é ser descoberto, agredido, emboscado, torturado e assassinado por outros seres humanos, os criminosos.

O documento intitulado *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais – DSM IV)* da Associação Americana de Psiquiatria, afirma que a Desordem do Estresse Pós-Traumático (DEPT) pode ser especialmente severa ou duradoura quando o agente estressor é um ser humano.

> Os eventos traumáticos vivenciados diretamente incluem, mas não se limitam a, combate militar, agressão pessoal violenta (ataque sexual, ataque físico, assalto à mão armada, roubo), sequestro, ser tomado como refém, ataque terrorista, tortura, encarceramento como prisioneiro de guerra ou em campo de concentração, desastres naturais ou causados pelo homem, graves acidentes automobilísticos ou receber o diagnóstico de uma doença que traz risco de vida. Os eventos testemunhados incluem, mas não se limitam a, observar sérios ferimentos ou morte não natural de outra pessoa devido ao ataque violento, acidente, guerra ou desastre, ou deparar-se inesperadamente com um cadáver ou partes de corpos humanos. Os eventos vivenciados por outros, dos quais o indivíduo toma conhecimento, incluem, mas não se limitam a, ataque pessoal violento, sério acidente ou ferimentos graves sofridos por um membro da família ou amigo íntimo; conhecimento da morte súbita ou inesperada de um membro da família ou amigo íntimo; conhecimento de uma doença com risco de vida em um dos filhos. O transtorno pode ser especialmente severo ou duradouro quando o estressor é de origem humana (torturador, estuprador, sequestrador, assaltante). A probabilidade do desenvolvimento desse transtorno pode aumentar com aumento da intensidade e proximidade do estressor. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

Além do medo ou trauma de ser vítima de uma agressão cometida por outro indivíduo, está a intensa aversão do policial em ser o responsável pelo uso da força letal. No centro dessa questão está a resistência natural do homem em matar alguém da própria espécie, debatida pelo Tenente-Coronel do Exército dos Estados Unidos Dave Grossman, no livro *On killing: the psychological cost of learning to kill in war and society (Matar: um estudo sobre o ato de matar, 2007).*

Segundo o pesquisador, o tipo de dano psiquiátrico normalmente identificado com a exposição prolongada a situações estressantes é reduzido entre aqueles que não estão na linha de frente. O fator principal que não está presente nesse caso é que, apesar de serem policiais e possíveis alvos de criminosos, eles não participam diretamente das operações ou ações policiais que comumente resultam na morte de algum criminoso. Mesmo quando existe um perigo igual ou maior em morrer, o confronto armado é menos estressante se o policial não tem que matar. Essa resistência em matar é a essência que separa assassinos dos não assassinos. E para entender a resistência natural em matar, deve-se primeiramente entender que os envolvidos num confronto armado a curta distância estão em um estado mental fora do normal.

Assim como uma reação de sobrevivência (do tipo fuja ou lute), quando um tiroteio começa, os policiais param de pensar com o lobo frontal do cérebro (parte que os torna humanos) e começam a "pensar" com sua parte intermediária, o sistema límbico (parte primitiva do cérebro indistinguível da mente de um animal, também chamada de cérebro reptiliano).

Ainda segundo Dave Grossman, em situações de conflito na natureza, essa parte primitiva guarda uma forte **RESISTÊNCIA EM MATAR UM ENTE DA PRÓPRIA ESPÉCIE.** Normalmente, nas disputas por território e acasalamento, os animais se golpeiam, mas de um modo relativamente inofensivo. Porém quando confrontam outras espécies, eles utilizam suas ferramentas de defesa e ataque sem restrições. Esse mecanismo que previne uma espécie de se autodestruir foi denominado de **COMPORTAMENTO AGONÍSTICO**. Agonístico deriva de uma palavra grega que significa lutar, em especial a luta pela vida (agonistikós). É usado para qualquer tipo de comportamento que envolva encontros agressivos ou conflitos entre dois animais, geralmente da mesma espécie, em que o propósito é

ADVERTIR ou **INTIMIDAR** o oponente, impedindo um embate até a morte. O comportamento agonístico entra em ação induzindo os animais a inflarem seus corpos, ameaçarem com sons, posturas e perseguições até que um dos participantes fuja ou se submeta.

Dave Grossman acredita que os seres humanos naturalmente seguem o mesmo padrão. Ele aponta que quando uma situação caminha para o confronto, a dominância do processamento do cérebro intermediário pode ser observada na existência de uma resistência em matar alguém da própria espécie, uma resistência que existe em cada membro saudável de todas as espécies.

Grossman indica que as respostas à agressão são a **REAÇÃO DE FUGA** e o **ENFRENTAMENTO**, e também a **ADVERTÊNCIA**, a **INTIMIDAÇÃO** e a **SUBMISSÃO**. Ele sugere que a primeira decisão em um conflito é a decisão entre a fuga e a intimidação. Quando uma pessoa está tentando intimidar, ela está tentando convencer seu atacante, por meio da verbalização e da aparência, que é igual ou mais forte que ele. Se a intimidação falha, a pessoa pode escolher entre lutar, fugir ou se submeter.

E o policial, representante da autoridade do Estado e sob o juramento de preservar a lei e a ordem, proteger e respeitar a dignidade do cidadão, quando desafiado ou ameaçado, **ADVERTE** ou "**INTIMIDA**". Quando agredido, ele **LUTA** para se defender, mas poucas vezes com a percepção de se tratar de uma situação mortal que exige uma resposta derradeira. A submissão é inaceitável e a fuga é viável apenas quando a desvantagem é evidente.

A exceção a essa resistência pode ser observada em sociopatas que, por definição, não sentem qualquer empatia ou remorso por outros seres humanos. Mas sociopatas não desenvolvem problemas psiquiátricos após a exposição aos confrontos armados, uma vez que não se sentem perturbados pelo crime cometido.

Entretanto os indivíduos são muito habilidosos para encontrar formas de superar uma limitação natural e um grande esforço tem sido feito para encontrar uma maneira de superar essa resistência.

No campo da psicologia militar, a resistência em matar outro ser humano foi relatada em 1947, pelo General Brigadeiro do Exército dos Estados Unidos Samuel Lyman Atwood Marshall em seu livro *Men against fire – The problem of battle comand*

(Homens ou fogo? 2003). Apesar da controvérsia em relação ao seu método de pesquisa e das reclamações dos veteranos de guerra que foram entrevistados, S.L.A. Marshall observou essa resistência durante seu trabalho como historiador do Exército Americano no teatro de operações da Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

Com base em suas pesquisas, Marshall concluiu que apenas 25% dos combatentes durante a guerra dispararam suas armas contra o inimigo. Os outros 75% podiam encarar o perigo, mas não encaravam a luta. Combatentes especializados, como os lançadores de chamas, normalmente disparavam. Soldados que carregavam partes de uma metralhadora e a operavam em conjunto, quase sempre atiravam. E a taxa de disparos geralmente aumentava se um comandante ou líder próximo determinasse que o soldado atirasse. Mas quando deixados para tomarem suas próprias decisões sem ajuda externa, a maioria dos soldados parecia ser incapaz ou relutante em matar. Ele atribuiu essa falha de comportamento a uma variedade de medos, especialmente ao "**MEDO DE SER AGRESSIVO**", internalizado nos princípios sociais que ensinam que matar é errado. Ele ponderou que o sucesso no combate exigia uma medida capaz de corrigir essa deficiência.

Com a informação de S.L.A. Marshall, os militares americanos treinaram os combatentes para matar utilizando um programa de estímulo/resposta e condicionamento do medo numa reação automática para matar.

A chave do programa consistia na nova compreensão de que os indivíduos que ficavam furiosos ou com medo paravam de pensar com o lobo frontal (cujas funções incluem o pensamento abstrato e criativo, a fluência do pensamento e da linguagem, respostas afetivas e capacidade para ligações emocionais, julgamento social, vontade e determinação para ação e atenção seletiva) e começavam a "pensar" com o sistema límbico. Com essa alternância, o soldado também mudava seu comportamento e, induzido pelo treino, vencia a resistência em matar. O resultado foi o aumento na taxa de disparos intencionais contra o alvo. Seguindo a orientação de S.L.A. Marshall, o treinamento se tornou mais realista, repetitivo e recompensador. Os soldados passaram a atirar em alvos móveis com formato humano (em vez de alvos fixos do tipo fogo central). Eles também podiam visualizar os resultados imediatamente porque os alvos caíam quando eram atingidos. Os exercícios de tiro

eram praticados exaustivamente até o soldado se tornar confiante e confortável com seu comportamento positivo.

Para complementar o treinamento, o combatente era recompensado quando obtinha boa pontuação e punido quando não atirava bem. O que os militares americanos fizeram foi apenas empregar uma técnica chamada **CONDICIONAMENTO OPERANTE**, muito utilizada no adestramento de animais. Boas pontuações eram reforçadas positivamente com elogios, entrega de medalhas e liberações para saída do quartel aos finais de semana. Aqueles que atiravam mal eram punidos com repreensões, impedidos de deixarem o quartel, etc. Essas punições visavam a **ENFRAQUECER** o comportamento indesejado de não atirar ou atirar mal. Posteriormente, os militares perceberam que o treinamento de estímulo/resposta aumentou significativamente a quantidade de soldados que atiraram no inimigo durante a Guerra da Coreia (55%) e a Guerra do Vietnã (95%).

> Uma coisa é quando estão atirando em sua direção e você atira de volta para silenciar o outro lado. Outra coisa, completamente diferente, é quando você olha para outro ser humano. E ele sabe que você está tentando matá-lo. Para fazer o seu trabalho em combate, você tem que ser capaz de trancar todas as suas emoções. James Blake Miller, ex-fuzileiro naval americano, conhecido como Marlboro Marine, que ordenou que um tanque derrubasse um prédio que abrigava aproximadamente 40 insurgentes iraquianos na cidade de Falluja, em 9 de novembro de 2004. (MEAGHER, 2007).

Os militares também notaram que os combatentes que atiravam intencionalmente não se sentiam amargurados, já que matar o inimigo se tornara uma forma de obter uma recompensa desejada (continuar vivo, ileso, sem dor física, ajudar um irmão de armas). Infelizmente, alguns pontos da técnica foram deixados de lado, como o suporte psicológico para aqueles que voltavam para casa após o turno nos campos de batalha.

Apesar dos questionamentos sobre o trabalho de S.L.A. Marshall, como já foi dito, alguns documentos validam a ideia básica de que o homem não é, por natureza, um assassino. E esse é um problema que os policiais encontram nos incidentes

propensos ao uso da força letal. Esse comportamento foi demonstrado na tabela 23, que trata do uso da arma nos incidentes fatais (51% das vítimas policiais não usaram ou tentaram usar a própria arma).

O Agente Especial Thomas D. Petrowski (2002), instrutor da academia do FBI, indicou outra motivação para os policiais serem relutantes em disparar suas armas. Ele comparou a resistência dos militares em matar o inimigo em combate com os dados estatísticos sobre policiais mortos e feridos nos Estados Unidos entre os anos de 1998 e 2000. Os dados indicaram que dos 148 policiais mortos em serviço, 125 (84,5%) jamais atiraram contra seus assassinos. O pesquisador relatou algumas razões que impediram os policiais de usar a força letal:

- Os policiais foram mortos com a própria arma.
- Ou foram emboscados.
- Ou decidiram não atirar por causa da proximidade de pessoas inocentes.

Já se sabe que pela natureza do treinamento e do trabalho, os policiais frequentemente hesitam em usar a força letal – mesmo diante de um perigo imediato. Mas porque isso acontece? O pensamento de Petrowski sobre as políticas de uso **PROGRESSIVO** da força é de que os policiais são treinados para acreditar que suspeitos ou criminosos cometem o ato de violência de modo gradativo, sempre acrescentando uma carga maior de violência em comparação com o nível anterior.

Assim, o termo progressivo implica na **ESCALADA GRADATIVA** da força utilizada pelo policial para conter determinado grau de violência apresentada pelo criminoso (aumentando o nível de força policial a partir do aumento do nível de resistência do suspeito, chegando-se ao uso letal da força somente quando o suspeito inicia uma agressão letal) e que deve ser seguida mesmo durante uma ameaça imediata de ferimento grave ou morte. Petrowski enfatizou que os policiais são rápidos em se colocarem entre um criminoso e uma pessoa inocente, mas são relutantes em usar substancialmente a força letal quando lidam com o criminoso. Ele observou que alguns treinamentos policiais sugerem que o policial deve "esperar e ver" se o agressor mudará de ideia. Ele escreveu que "a pedra fundamental de todo

treinamento sobre o uso da força deveria ser a avaliação da ameaça." (2002, p. 25). O objetivo é fazer o policial reconhecer as dicas de ameaça e responder na hora certa.

Petrowski sugeriu que o treinamento deveria se concentrar nos indicadores ou sinais que mostram uma intenção hostil e a capacidade de o criminoso colocá-la em prática. Ele definiu uma ameaça como a capacidade para causar prejuízo ligado a uma intenção hostil. Desse modo, o treinamento de uso da força deveria ser aplicado na percepção da ameaça para que os policiais pudessem reagir a uma agressão iminente e não a um ataque atual. Petrowski afirmou que é fundamental o policial se concentrar nos indicadores de ameaça que sugerem a capacidade para ferir e/ou matar, e então responder de modo adequado, sem sugestões para esperar a agressão ocorrer, uma vez que a falta dessa avaliação pode colocar o policial em desvantagem, inibindo sua ação e deixando pouco tempo para uma resposta eficaz.

> Um agente da Polícia Federal (com 17 anos de experiência na área de repressão a entorpecentes) foi vítima de uma tentativa de roubo que acabou em tiroteio e ferimento não fatal de um dos criminosos (atingido por três disparos que penetraram o tórax, o abdômen e a nádega). Apesar disso, o agressor ferido e o comparsa continuaram a atirar contra o policial.
>
> Mesmo com toda a experiência operacional, inclusive de abordagens e prisões de traficantes, o policial chegou a perceber a aproximação dos dois homens, mas não avaliou os indicadores de ameaça que eles representavam: era noite; ele estacionou uma caminhonete em uma rua de pouco movimento; antes de estacionar o veículo, teve a sensação de ter sido seguido por outro carro; viu quando dois homens se aproximaram; notou que os dois estavam com as camisas para o lado de fora, mas acreditou que eram policiais à paisana que iriam abordá-lo para averiguações. (Belo Horizonte/MG).

A avaliação da ameaça permite que o policial inicie a ação e assuma o controle da situação antes do criminoso. Se o agente do exemplo anterior avaliasse a aproximação desses homens desconhecidos como uma atitude hostil e considerasse a capacidade de eles estarem armados, certamente ele poderia assumir o controle da situação, tomando a iniciativa da abordagem, em vez de reagir ao crime em andamento (a ação é sempre mais rápida que a reação).

Por esse motivo, os agentes do FBI recebem ensinamentos sobre a avaliação de uma ameaça mortal por meio de uma política de força letal. Se os agentes perceberem qualquer um dos quatro exemplos listados, então o indivíduo apresenta uma ameaça séria e a força letal está autorizada:

- Um indivíduo mostra uma arma ou está tentando ter acesso a uma arma sob circunstâncias que indicam a intenção de usá-la contra o policial ou outras pessoas.
- Um indivíduo está armado e correndo para se proteger e obter uma vantagem tática.
- Um indivíduo com capacidade de causar a morte ou sério ferimento físico está demonstrando a intenção de fazer isso, mesmo sem uma arma letal.
- Um indivíduo está tentando escapar dos arredores em que ocorreu um confronto violento no qual ele causou ou tentou causar a morte ou sério ferimento físico.

Portanto uma política do uso da força não deve determinar que o policial espere até que a ameaça atual ocorra. Como dito, a ação é sempre mais rápida que a reação. Um policial não pode determinar o que há na mente de um criminoso a não ser pelo que ele disser e a linguagem corporal indicar. Os policiais precisam agir a partir de dicas de ameaça percebida antes que os suspeitos o façam, colocando, assim, o policial em vantagem. Vale lembrar que **QUALQUER ATITUDE DIFERENTE DA RENDIÇÃO PODE SER CONSIDERADA UMA INTENÇÃO HOSTIL**.

Para evitar a ideia da progressividade no uso da força, já se usa o termo **SELETIVO** ou **DIFERENCIADO** da força, citado na Portaria Interministerial nº 4.226/2010, como sendo a "seleção apropriada do nível de uso da força em resposta a uma ameaça real ou potencial visando a limitar o recurso a meios que possam causar ferimentos ou mortes."

Observamos, no dia a dia operacional, que muitas ocorrências em que o uso da força letal é utilizado, o policial envolvido não tem sequer a chance de

> usar a verbalização, o que reforça a importância do uso seletivo do nível mais adequado de força.
>
> A ação policial, avaliando-se o aspecto do uso da Força, está diretamente relacionada à postura, ação ou omissão do suspeito, ou seja, o possível agressor é o "start" da seleção em que o policial deve fazer para usar e decidir que nível de força vai usar. (MIRANDA, 2011).

O FBI Behavioral Science Unit (Unidade de Ciência Comportamental do FBI) lista outras três razões para a resistência no uso da força letal:

- Políticas de cada departamento de polícia.
- Ameaças mal avaliadas ou menosprezadas.
- Detrimento da carreira.

Em complemento às ideias do agente Thomas D. Petrowski, quanto às políticas sobre o uso da força emitidas pelas unidades policiais, o FBI informou que os policiais entrevistados pela agência se recordaram claramente das orientações sobre quando não atirar, mas não se lembraram de qualquer orientação sobre quando podiam usar a força letal. Por exemplo, enquanto alguns policiais perceberam que lutar com o agressor era apropriado para a situação, alguns tiveram dificuldade em determinar o momento no qual deveriam passar (progredir) para o próximo nível de força. Outros não souberam determinar o ponto exato no qual estavam lutando pela própria vida. O FBI concluiu que quanto mais detalhes inseridos nas políticas sobre o uso da força, maior o tempo gasto pelo policial para se lembrar do conteúdo e se convencer de estar agindo dentro dos parâmetros estabelecidos. A agência americana sugeriu alguns critérios para o desenvolvimento dessas políticas:

- Estar de acordo com a legislação (federal, estadual e municipal).
- Conter diretrizes para preservar a segurança de inocentes e policiais.
- Avaliar o policial para assegurar que ele entendeu a política, especialmente sobre o momento apropriado para usar a força letal.

- Rever a política para assegurar que ela não enfatiza demasiadamente aspectos negativos, como por exemplo, quando não atirar.

O último item faz todo o sentido, já que no meio de um incidente crítico, se o policial se concentrar em "quando não disparar sua arma", ele pode não ter tempo para reagir e salvar a vítima, um colega ou si mesmo. Aqui está outra explicação para o problema do uso da força letal, pois é quando o policial se pergunta se atira (ou não), se aborda, se algema, se continua verbalizando, se se protege, se tentar prender, se espera, etc.

As ameaças menosprezadas indicam que o policial nem sempre está preparado para considerar qualquer pessoa um agressor potencial. Ele treina em alvos que não possuem características físicas e, quando possuem, descrevem estereótipos físicos tendenciosos (preconcebidos). Na verdade, os agressores de policiais englobam todos os tipos de pessoas: homens, mulheres (inclusive grávidas), idosos, jovens, magros, fortes, gordos, ricos, pobres, etc.

O detrimento da carreira sugere que o policial pode frear sua decisão em atirar, mesmo no momento da necessidade, por considerar as implicações que o uso da força letal pode ter sobre seu futuro profissional e pessoal. Isso é ainda mais evidente quando o policial é obrigado a usar a força letal em mais de uma ocorrência. Além do mais, a possibilidade de as instituições oficiais (corregedoria, Ministério Público e Justiça) avaliarem a reação do policial como algo incorreto e repreensível, mesmo num confronto **JUSTIFICADO**, pode produzir uma paralisia durante o momento crítico, sempre colocando o policial numa condição de vítima (duas vezes).

Além disso, quanto melhor a formação acadêmica do policial, quanto mais equilibrado seu ambiente familiar, menor sua exposição à violência e maior a dificuldade desse policial em reconhecer, administrar e usar a força contra alguém, mesmo em encontros mortais. Assim, é comum que esse policial seja compassivo ou racional e tente resolver todas as eventualidades desconsiderando o uso da força letal como primeira linha de defesa.

Finalmente, um dos maiores erros que um policial pode cometer é supor que criminosos possuem pensamentos e emoções semelhantes ao dele. Então o policial

nunca deve basear sua decisão sobre o uso da força, seu comportamento ou seu desejo de sobreviver na "lógica" de um criminoso.

> Um policial confrontou um sujeito armado e para diminuir o nível de força da ocorrência ele colocou a arma do chão e se ajoelhou para demonstrar uma postura menos ameaçadora. Na sequência, ele foi assassinado com um tiro no pescoço.

O trabalho policial é uma atividade para poucas pessoas, pois é o único que exige que o policial se aproxime e interaja com aquele que tentará matá-lo. Apesar disso, **MORRER NÃO FAZ PARTE DO PLANO**, e em uma situação de legítima defesa, ele terá que ferir ou mesmo matar outra pessoa. Portanto, o policial precisa desenvolver um forte desejo de sobreviver em qualquer tipo de situação; entender e aceitar a possibilidade de que para isso ele tenha que usar a força letal.

> Esses encontros breves, mas selvagens, são a verdadeira prova do treinamento, da tática e da coragem dos snipers. A capacidade de alvejar um combatente inimigo e puxar o gatilho com frio profissionalismo é um talento que precisa ser afiado como uma navalha. Um segundo de hesitação pode ser a diferença entre a vida e a morte, pois aquele que mira pode ao mesmo tempo estar sendo mirado. (HASKEW, 2016, p. 193).

Conclusão

Você nasceu fraco e vai morrer fraco. Mas o que você faz entre uma coisa e outra só depende de você!

> Durante o patrulhamento noturno, um policial observou dois homens e uma mulher caminhando numa área industrial. O policial abordou o trio e começou a entrevistar um dos homens. O entrevistado agarrou a mulher e a usou como escudo no instante em que disparou no rosto do policial (com 37 anos de idade e cinco anos de experiência). (LAPD, 2004).

Quando as pessoas ouvem um tiro, elas podem fugir, jogar-se no chão ou procurar alguma proteção; mas acima de tudo, elas procuram e esperam a **POLÍCIA**. Elas esperam que os policiais corram em direção aos tiros. Afinal de contas, apenas os policiais possuem a obrigação legal de enfrentar o perigo.

Como protetores da sociedade, das instituições e seus interesses, os policiais frequentemente se colocam entre os cidadãos e os criminosos.

No cumprimento de seu dever, o policial enfrenta muitos desafios. Às vezes, a atividade envolve situações aparentemente inofensivas. Noutras ocasiões, o policial encontra condições de perigo mortal e precisa usar a força letal para proteger as pessoas, seus colegas e a si mesmo.

De qualquer modo, até mesmo a tarefa mais rotineira pode se tornar fatal se o policial fizer julgamentos com base em observações incorretas ou incompletas. E isso, por sua vez, pode fazer com que ele aja inadequadamente. Quer dizer, o que ele percebe como inofensivo para sua vida pode, de fato, se tornar mortal.

O policial deve incorporar o conhecimento de que parte da capacidade de ser um bom profissional está em manter uma mente, um corpo e um comportamento orientados para o inesperado durante toda a jornada profissional (no trabalho e fora dele).

Nessa jornada, o policial deve permanecer alerta para os perigos de fazer suposições sobre os indivíduos que encontra. O policial não pode se tornar complacente quando confrontado com os deveres do trabalho. Ele tem que tratar cada encontro com qualquer pessoa como se sua vida dependesse de sua intuição, experiência e profissionalismo.

Parece haver uma ideia de que o ferimento e a morte no cumprimento do dever são aceitáveis e que as instituições policiais não fazem tudo o que podem para reduzi-las. Se o Estado, a imprensa e a sociedade se incomodam com a morte de criminosos, também deveriam, acima de tudo, serem intolerantes com o extermínio de policiais.

Do mesmo modo, os riscos que os policiais enfrentam deveriam ser avaliados e reconhecidos por aqueles que escrevem e interpretam as leis. Para se ter uma ideia, em 1921, um juiz americano observou que "a reflexão fria não pode ser exigida na presença de uma faca erguida." Em 1989, a Suprema Corte Americana escreveu que "a razoabilidade de um uso particular da força deve ser julgada sob a perspectiva de um policial sensato na cena do incidente, e não com uma visão retrospectiva 20/20." A Justiça do estado de Nova Iorque observou que "seria, de fato, absurdo sugerir que um policial tem que esperar o brilho de uma lâmina antes que ele possa agir para preservar sua segurança." Essas regras explicitamente reconhecem a tensão sob a qual os policiais tomam decisões de vida ou morte quando empregam a força ou a força letal. As leis brasileiras também deveriam proporcionar igual liberdade para quem carrega o desejo e o dever de fazer o bem.

Lições aprendidas

Algumas mortes de policiais certamente são o resultado de incidentes trágicos ou ataques súbitos, imprevisíveis e inevitáveis. No entanto outras mortes podem ser atribuídas aos fatores psicológico e físico, ao uso de equipamentos, procedimentos, táticas e treinamentos impróprios, inseguros ou ineficazes.

Policiais são seres humanos que algumas vezes cometem erros. Diferente das outras profissões, quando erra, o policial paga o preço mais alto que existe: a própria

vida. Noutras vezes o policial está fazendo um trabalho correto e, mesmo assim, paga o preço. Apesar de os policiais não poderem controlar certos elementos do trabalho ou de um confronto, eles podem, inegavelmente, influenciar outros.

Assim, podem-se acrescentar os seguintes comportamentos como causas de outras tantas mortes de policiais:

- "Correr em direção ao perigo" sem um plano.
- Ausência do estado de alerta.
- Excesso de confiança.
- Falha em aproveitar a primeira oportunidade para agir/reagir.
- Falha em comunicar informações importantes.
- Falha em controlar o suspeito e as pessoas próximas.
- Falha em portar equipamentos básicos.
- Falha em reconhecer e evitar áreas de risco.
- Falha em reconhecer o exato momento em que o conflito passou a ser uma questão de vida ou morte.
- Falha em requisitar ou esperar o reforço policial.
- Falha em requisitar ou usar os equipamentos disponíveis.
- Falha em se antecipar ao perigo.
- Falha nas buscas pessoais.
- Falha no posicionamento.
- Falha no uso de barricadas.
- Falta de cuidado ou complacência.
- Habituação.
- Ignorância em relação aos indicadores de ameaça e perigo.
- Incapacidade de manter o controle da situação imediatamente.
- Incapacidade de manter excelente condicionamento físico e mental.
- Incapacidade de prestar atenção quanto à possibilidade de o suspeito estar armado.

- Incapacidade de prestar atenção quanto à possibilidade de o comparsa estar armado.
- Incapacidade de prestar atenção aos arredores.
- Portar identidade funcional sem portar uma arma de fogo.
- Relaxamento precipitado.
- Trabalhar com a mentalidade de "rotina", etc.

Nem todas as tragédias podem ser evitadas. Contudo um comportamento orientado para a sobrevivência e a constância de treinos profissionais, desenvolvidos por especialistas, podem melhorar a eficácia do policial e aumentar sua segurança pessoal e a salvaguarda da população. Ainda que não seja possível realizar um treinamento mais elaborado, treinos básicos e a atualização periódica dos fundamentos suscetíveis à deterioração são as melhores ferramentas para preparar o policial para ataques repentinos e mortais.

Também foi demonstrado que a aptidão física tem um impacto direto na redução de lesões e doenças, na melhoria do bem-estar pessoal, bem como no desempenho no trabalho. É preciso que haja um empurrão nacional para criar, desenvolver e aumentar a participação em programas de saúde e de condicionamento físico pelas organizações policiais visando a preparar e proteger seus membros para qualquer tipo de ataque.

Tabelas, dados e informações nacionais

Os dados e informações que foram detalhados até aqui **REAFIRMAM** que proteger pessoas e propriedades, abordar suspeitos, prender criminosos e manter a paz pública são atividades inerentemente perigosas.

Além disso, não apenas dados e informações **NACIONAIS** seriam benéficas para a segurança e bem-estar dos policiais, mas os estudos de casos também poderiam desempenhar um papel fundamental no futuro de outras gerações de policiais. O rastreamento de quem, como, quando, onde e por que os policiais disparam suas

armas também se transformaria numa ferramenta inestimável para garantir que, para cada disparo, não havia outra opção além do uso de uma arma de fogo.

Infelizmente, a ausência de informações e estudos de casos sobre policiais brasileiros feridos ou mortos, bem com a apresentação de dados mal representados apenas encoraja a continuidade de políticas ineficazes, com critérios de treinamento e atuação policial inseguras. Então fala-se sobre a letalidade da polícia, mas nada é dito sobre a morte de centenas de policiais todos os anos. E ninguém se preocupa em descobrir o que deu errado e o que precisa ser melhorado na atividade policial.

É como diz o ditado: quem trabalha mal, trabalha duas vezes. O problema é que o mau serviço tem gerado um prejuízo inconcebível: a morte de milhares de heróis e o desamparo de suas famílias.

Os dados apresentados podem e devem ser utilizados como um incentivo e uma ferramenta para criar, modificar, melhorar, substituir ou reforçar qualquer política, doutrina, equipamento, tecnologia, procedimento ou programa de treinamento que pretenda promover a segurança do policial, pois isso deve ser um tema da mais alta prioridade.

Com a certeza de que conflitos violentos entre policiais e delinquentes continuarão a atormentar o Brasil, dados estatísticos nacionais serão produzidos todos os dias, ano após ano, sempre que os policiais saírem para o trabalho.

Portanto é do interesse de todas as organizações policiais, dos governos, dos próprios policiais e da sociedade tomar algum tempo para fazer um exame completo, profissional e imparcial desses incidentes.

Com alguma esperança, o reconhecimento e uso dessas informações relacionadas com os policiais agredidos e mortos serão valiosos para aqueles que desejam se envolver na prevenção dessas tragédias. Afinal, são os policiais que protegem os cidadãos, as instituições, os colegas e a si mesmos.

Policiais não podem perder um confronto

Quando policiais e criminosos entram em confronto, se os criminosos se rendem ou são dominados, os policiais reduzem o nível de força, os algemam, levam

para o hospital e os conduzem para a delegacia. De lá, eles são levados para o presídio, onde recebem alimentação, tratamentos médico e dentário, visitas de familiares e amigos, suporte legal, trabalho, estudo, cama, uniforme, livros, TV, sexo, etc. Muitos ainda têm acesso à cocaína, maconha, prostitutas, revistas pornográficas, dinheiro sujo, cigarros, churrascos, comida caseira, cartas, telefones celulares com acesso à Internet, armas brancas, armas de fogo e munição.

Mas quando um policial acredita que está prestes a perder o confronto, ele vai aumentar o nível de força para garantir sua sobrevivência. Quando um agressor desarmado está prestes a dominar o policial a ponto de deixá-lo sem condição de viver, o policial provavelmente vai sacar sua arma e atirar no agressor. E esse é o risco que o agressor corre quando luta e tenta vencer um policial. Portanto, **A ÚNICA EXPECTATIVA QUE UM INDIVÍDUO PODE TER AO AGREDIR UM POLICIAL É QUE ELE VAI PERDER.**

Quando um policial entra em confronto, não pode acreditar que o criminoso mostrará honra, cortesia e a mesma civilidade, caso venha a sucumbir ou ser dominado. Ferido ou inconsciente, o policial está completamente a mercê do bandido: um indivíduo mau, covarde, mentiroso, egoísta e incapaz de demonstrar compaixão pela humanidade.

Então quando um criminoso aponta uma arma para o policial, não é só para fugir; mas para matá-lo.

Às vezes, para proteger vidas inocentes, outra vida tem que ser tomada

Se um assassino vencer o confronto com o policial e tomar a arma dele, existe uma ameaça iminente para todas as pessoas inocentes próximas. E antes que ele ataque essas pessoas e coloque suas vidas em perigo, outro policial tem a obrigação de intervir e usar a força letal.

O direito de se defender quando alguém está tentando matá-lo é tão antigo que se relaciona com a história da humanidade. Não existe lei escrita pelos homens que impeça

uma pessoa de lutar para salvar a própria vida. Isso faz parte da natureza, do instinto, sempre funcionou e sempre irá funcionar! **AFINAL, NÃO SE PODE ESPERAR QUE OS POLICIAIS SEJAM PERFEITOS NUM MUNDO IMPERFEITO!**

Eu acho que o desejo de sobreviver basicamente fala por si mesmo. O que eu estou tentando dizer é que você tem que estar mentalmente preparado para a possibilidade de um confronto. E se você for atingido ou ferido, não significa que você necessariamente irá morrer. Eu fui ferido duas vezes e eu sabia que o ferimento no meu braço esquerdo era muito grave, mas não era imediatamente um risco de vida. Então eu basicamente ignorei o ferimento.

Gordon McNeill foi atingido duas vezes, um ferimento na mão e outro no pescoço, e ele ainda está vivo. Matix foi baleado seis vezes antes de morrer, Platt foi baleado 12 vezes antes de morrer. John Hanlon foi ferido três ou quatro vezes e ele ainda está vivo. Então a questão aqui é só porque você foi ferido, não significa que você irá morrer.

Você também precisa se lembrar de que se atirar ou ferir o suspeito, isso não significa que ele vai morrer. Mesmo que você o atinja uma ou duas vezes; isso é uma via de mão dupla.

O que eu posso dizer, com alguma autoridade, é que se você desistir, se você deitar para morrer, isso é exatamente o que vai acontecer: você vai morrer. Se você desistir do desejo de viver, então eu não sei como descrever isso... o seu espírito ou o que quer que seja vai se antecipar, vai desaparecer. Isso é a primeira coisa.

Número dois: se você se deitar para morrer, muito provavelmente o sujeito vai alcançar você, em primeiro lugar. Ele vai chegar pela esquina, contornar um carro, ou quer outra coisa, e ele vai atirar em você à queima roupa. E você irá morrer.

Então se você ficar deitado para morrer, a mensagem é "você irá morrer". Você tem que manter o desejo de viver. (Edmundo Mireles, Agente Especial do FBI, sobrevivente do tiroteio de Miami, que conseguiu finalizar o confronto, mesmo com o braço esquerdo quase amputado).

Apêndice

O que mais podemos saber

O silêncio vale ouro

Em 2 de setembro de 2010, um jornal eletrônico publicou o artigo denominado "Polícias brasileiras usam diariamente munição proibida em guerras". O subtítulo do mesmo artigo dizia que "Projéteis do tipo 'ponta oca' foram banidos em conflitos internacionais por serem considerados altamente letais e desumanos."

Para fins didáticos, esse texto contém os trechos mais importantes do artigo seguidos por comentários numerados.

> Policiais civis e militares brasileiros e agentes federais usam indiscriminadamente munições de ponta oca, cujo uso é proibido entre nações, pela Convenção de Haia de 1899. A norma regulamenta armas e munições que podem ser usadas por militares em conflitos armados, levando em conta o viés humanitário. (PORTAL IG, 2010).

COMENTÁRIO Nº 1: as polícias brasileiras **NÃO USAM INDISCRIMINADAMENTE** munições de ponta oca, pois se a legislação não proíbe tal munição, seu uso não pode ser considerado indiscriminado. Além disso, toda munição produzida pela única empresa existente no Brasil e vendida para as forças policiais é controlada pelo Exército Brasileiro. E cada cartucho possui um código serial marcado no estojo que viabiliza a localização da unidade policial que adquiriu aquele cartucho.

COMENTÁRIO Nº 2: a Convenção de Haia de 1899 também **NÃO PROIBIU** o uso de munição expansiva, já que sua Declaração nº 3, de 29 de julho de 1899, que trata do uso de projéteis expansivos, informa que os países signatários

CONCORDAM EM SE ABSTER do uso de projéteis que expandem ou achatam facilmente no corpo humano, tais como os projéteis com camisas que não cobrem inteiramente seus núcleos ou cravados com incisões. A declaração informa, ainda, que o acordo só é válido para os países signatários em **CASOS DE GUERRA**, mas pode cessar caso um deles se junte a outro país que não participa do acordo. Portanto **A ABSTENÇÃO OU RECUSA VOLUNTÁRIA** em usar munições expansivas **PODE SER INTERROMPIDA** mesmo nos conflitos bélicos.

> As munições de ponta oca, 'hollow point', são 'projéteis de expansão'. O artefato expande o tecido atingido, fazendo um buraco ao atingir o corpo humano, causando maior impacto e neutralizando o alvo com maior eficiência. Essa munição diminui muito a chance de ricochetear ou atravessar um alvo e atingir outra pessoa. Junto com outros projéteis de expansão ainda mais letais, a ponta oca usada no Brasil integra um grupo de munições popularmente conhecidas como 'dum dum'. (PORTAL IG, 2010).

COMENTÁRIO Nº 3: a expansão do tecido humano quando atingido por um projétil não é uma característica peculiar provocada pela munição ponta oca. Na verdade, qualquer objeto (faca, flecha, lança, dardo, agulha, prego, etc.) que pretenda perfurar um alvo precisa expandir o tecido humano até seu limite de ruptura. Esse princípio se aplica tanto aos projéteis expansivos quanto aos ogivais. É óbvio, também, que todo objeto que pretenda perfurar o corpo humano deva "fazer um buraco", caso contrário, não haverá uma perfuração. E perfurar o corpo humano sempre foi o objetivo principal de todas as armas ofensivas desenvolvidas pelo homem desde tempos remotos. Assim, o nome "expansivo" não se deve ao fato deste tipo de projétil expandir o tecido humano, pois qualquer objeto possui essa capacidade, mas porque é o próprio projétil que se expande ao entrar em contato com as partes líquidas do corpo. Além do mais qualquer projétil irá deformar no impacto com uma superfície suficientemente dura, como um osso, por exemplo.

COMENTÁRIO Nº 4: a neutralização ou incapacitação imediata do agressor não ocorre em função do impacto, mas em virtude do projétil ponta oca, já expandido, produzir um canal de ferida permanente mais largo que o produzido pelo

projétil ogival. Assim, quanto mais largo e profundo for o ferimento, maior a chance de incapacitação em virtude da intensa e rápida hemorragia capaz de induzir à inconsciência do agressor. O objetivo não é matar, mas **INCAPACITAR IMEDIATAMENTE** aquele indivíduo que representa uma ameaça real e imediata à vida do policial. Se a munição empregada pela força policial não for capaz de produzir esse resultado, então o policial será exposto ao risco de morte, adicionalmente à sua já perigosa função, simplesmente porque a munição empregada não cumpre com eficácia seu objetivo. A questão aqui é tão somente o diâmetro do ferimento. Esse diâmetro também pode ser ampliado se for aumentado o calibre do projétil.

Por exemplo, as polícias brasileiras poderiam substituir as munições 9 mm e .40 expansivas pela munição .45 não expansiva. É como diz um amigo policial civil e atirador prático: "Enquanto se discute se a munição usada pelas polícias expande ou não, é certo que o .45, naturalmente mais larga, não encolhe!" Contudo como a média de aproveitamento dos disparos (taxa de acertos no alvo) é baixa, segundo estatísticas americanas, o policial precisa levar consigo o maior número de cartuchos possíveis para aumentar a chance de acerto antes que ele fique sem munição, o que é inviável para armas no calibre .45. Por isso, as forças armadas de todo o mundo e a Polícia Federal brasileira ainda utilizam o calibre 9 mm.

COMENTÁRIO Nº 5: todo projétil de arma de fogo é letal por natureza, e até mesmo as tecnologias menos letais, como os projéteis de borracha, podem matar sob certas circunstâncias. Por exemplo, é bem provável que um projétil de qualquer calibre, que atinja o cérebro, provoque a morte. Mas isso não quer dizer que o policial deva utilizar qualquer calibre ou mesmo treinar para acertar a cabeça do agressor, pois é difícil que ele consiga mirar cuidadosamente na cabeça durante o estresse de um tiroteio. É por isso que o treinamento conduz o policial a disparar contra o centro de massa, ou seja, a parte central do corpo humano, independentemente do calibre ou do tipo de projétil.

COMENTÁRIO Nº 6: Dum Dum é uma cidade indiana que durante o século 19 abrigou a Real Artilharia Britânica quando a Índia ainda era uma colônia inglesa. Nessa base militar, o oficial Neville Sneyd Bertie-Clay iniciou os trabalhos para o desenvolvimento das primeiras munições expansivas do tipo Soft Point (quando a

camisa cobre parte do projétil, deixando a ponta de chumbo exposta para que deforme e adquira a forma de um cogumelo durante a penetração no corpo humano). O desenvolvimento desse tipo de munição ocorreu porque os cartuchos ingleses da época eram incapazes de incapacitar imediatamente os revoltosos indianos, principalmente a curtas distâncias. Portanto Dum Dum não é um tipo de munição, mas o local onde um tipo de projétil expansivo foi desenvolvido.

> De acordo com o diretor do IML (Instituto Médico Legal) do Estado do Rio de Janeiro, Xxxxx Xxxxxxx, 'a característica de um ferimento de bala oca [internamente] é semelhante à forma de um cogumelo, pois a munição retém todo o poder de energia do projétil dentro do corpo e dobra o seu poder de destruição, sendo mais letal que a munição em forma de ogiva, totalmente fechada'. (PORTAL IG, 2010).

COMENTÁRIO Nº 7: o estudo do FBI *Handgun Wounding Factors and Effectiveness* informa que frequentemente os **MÉDICOS LEGISTAS NÃO PODEM DISTINGUIR** um ferimento causado por um projétil expansivo daquele provocado por um de ponta oca, pois não há diferença física nas lesões. Um ferimento de "bala oca" não é semelhante à forma de um cogumelo, porque é o projétil que assume essa configuração, não a lesão.

COMENTÁRIO Nº 8: nenhuma munição, seja expansiva ou ogival, retém energia cinética, mas todas transferem essa energia para o alvo. Contudo não é a transferência de energia cinética que incapacita o agressor, mas a distância penetrada no alvo e a quantidade de tecido destruído pelo projétil. Portanto um projétil não possui energia suficiente para nocautear uma pessoa porque sua massa é milhares de vezes menor que a massa de um ser humano. Por exemplo, a massa de um projétil .40 (11,66 g) é 6.432 vezes menor que a massa de um homem de 75 kg. A quantidade de energia depositada no corpo humano por um projétil é equivalente a ser atingido por uma bola de beisebol, de acordo com o cirurgião americano Douglas Lindsey, em seu estudo denominado *The Idolatry of Velocity, or Lies, Damn Lies, and Ballistics* (1980, p. 1068-1069). Assim, um projétil não pode simplesmente nocautear um homem. Se houvesse energia suficiente para fazer isso, então uma energia equivalente seria

aplicada contra o atirador e ele também seria "nocauteado". Essa informação é corroborada por uma das maiores autoridades sobre ferimentos balísticos, o Coronel do Corpo Médico do Exército Americano e médico especialista em balística terminal Martin L. Fackler.

> Não há restrição legal para o uso da munição por forças policiais – a Convenção de Haia (1899) se aplica somente aos exércitos. Mas a sua aplicação é cercada de polêmica entre os defensores e críticos dos Direitos Humanos. (PORTAL IG, 2010).

COMENTÁRIO Nº 9: a Convenção de Haia se aplica somente às forças armadas dos países signatários e o que se proíbe, dentre outras coisas, é o emprego de armas, projéteis ou materiais calculados para causar sofrimento desnecessário. Então é importante frisar que o objetivo da munição expansiva é somente incapacitar imediatamente o agressor, jamais provocar sofrimento desnecessário.

> No exterior, a munição ponta oca é usada largamente pelas polícias dos Estados Unidos. Já na Inglaterra, foi utilizada, em 2005, para matar o brasileiro Jean Charles de Menezes, confundido com um terrorista dentro de uma estação de metrô em Londres. (PORTAL IG, 2010).

COMENTÁRIO Nº 10: a Inglaterra considera crime o uso de munição expansiva sem autorização do Estado, conforme indica a Seção 5 (1A) do Ato de 1968, mas não há proibição legal para o uso dessa munição por parte da polícia inglesa. Além disso, os chefes de polícia podem escolher qualquer tipo de munição que seja apropriado às necessidades operacionais dos policiais. O fato de o senhor Jean Charles ter sido morto não tem nenhuma relação com a munição utilizada pela polícia, mas com o ponto de impacto dos projéteis (sete disparos na cabeça e um no ombro). Certamente, qualquer pessoa morreria se atingida sete vezes na cabeça por qualquer tipo de projétil de qualquer calibre.

> O uso no Brasil dessa munição não é proibido pela Lei Federal n° 10.826/2003 e pelo decreto presidencial n° 5.123/2004, responsáveis por regulamentar as armas e munições no País. Ainda segundo a legislação, o Exército é o responsável por autorizar as munições que são usadas na federação, e cada órgão policial solicita os artefatos de acordo com sua necessidade. Segundo o Coronel Achiles Filho, assessor da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados da corporação, 'não existe proibição para o uso da munição ponta oca, somente restrição a calibres maiores para as polícias'. (PORTAL IG, 2010).

COMENTÁRIO Nº 11: a legislação está correta, afinal quem sabe das suas necessidades e diz como a polícia tem que operar é a própria polícia.

> No entanto o texto original da Conferência afirma que 'estão banidas [em guerras] as munições que se expandem no corpo humano, como as que possuem o seu interior oco'. (PORTAL IG, 2010).

COMENTÁRIO Nº 12: o texto original da Convenção de Haia (1899) **NÃO BANE** as munições que se expandem no corpo humano. A Declaração n° 3 afirma que os países contratantes **CONCORDAM EM SE ABTER DO USO** de projéteis que expandem ou achatam facilmente no corpo humano. O texto original informa o seguinte: *The Contracting Parties agree to abstain from the use of bullets which expand or flatten easily in the human body, such as bullets with a hard envelope which does not entirely cover the core, or is pierced with incisions.*

COMENTÁRIO Nº 13: em 1907, ocorreu a segunda Conferência de Haia, cujo objetivo era modificar algumas partes e adicionar outras ao texto da primeira convenção de 1899, especialmente em relação à guerra naval. O texto da Convenção de Haia de 1907 informa que o direito dos beligerantes para adotar meios para ferir o inimigo não é ilimitado; que é especialmente proibido empregar veneno ou armas envenenadas; matar ou ferir à traição indivíduos pertencentes à nação ou exército hostil; matar ou ferir um inimigo que, tendo deposto suas armas ou que não tenha condições de se defender, tenha se rendido incondicionalmente; empregar armas, projéteis ou materiais calculados para causar sofrimento desnecessário.

COMENTÁRIO Nº 14: mesmo com o advento da Convenção de Genebra (1864) e das Convenções de Haia (1899, 1907 e 1954), que tentaram diminuir a gravidade dos conflitos armados no mundo, a própria ONU relatou o crescimento no número de mortos nesses conflitos, conforme a tabela X. Por quê? Porque as convenções tentam evitar o sofrimento desnecessário supostamente provocado pelos projéteis expansivos, mas não são capazes de impedir o ferimento ou a morte dos combatentes com o uso das munições ogivais.

Os custos dos conflitos em vidas humanas crescem constantemente
Human Development Report, 2005, Capítulo 5, Violent Conflicts

Período	Mortes relacionadas com conflitos	População mundial (meio do século)	Mortes relacionadas com conflitos (proporção da população mundial)
Século 16	1.6 milhões	493.3 milhões	0.32%
Século 17	6.1 milhões	579.1 milhões	1.05%
Século 18	7.0 milhões	757.4 milhões	0.92%
Século 19	19.4 milhões	1,172.9 milhões	1.65%
Século 20	109.7 milhões	2,519.5 milhões	4.35%

Tabela X – Os custos dos conflitos, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org/em/media/hdr05_po_chapter_51.pdf>.

COMENTÁRIO Nº 15: embora nenhuma munição seja sempre capaz de incapacitar imediatamente o agressor, certamente alguns tipos funcionam melhor que outros, e qualquer margem a favor do policial é desejável na sobrevivência policial. É lógico que a falha em incapacitar pode variar de acordo com a gravidade do ferimento, lembrando que essa severidade é uma função do ponto de impacto, da profundidade da penetração e da quantidade de tecido destruído. Por isso, é seguro dizer que se um alvo for 100% destruído, então a incapacitação é certa. Se 50% do alvo for destruído, a incapacitação é menos provável. A incapacitação é ainda menos certa se 25% do alvo for destruído e assim por diante.

Contudo – e voltando à realidade – a destruição provocada por um projétil de arma de fogo é bem menor que 1% do alvo, mas a comparação é inevitável. Assim, um projétil expansivo que destrua 0,07% do alvo (52 g de um homem com 75 kg) incapacitará com mais frequência do que aquele ogival que destrua 0,04% (30 g). De

qualquer modo, essa diferença pode ser muito pequena, mas ela representa uma margem de vantagem que deve ser sempre **FAVORÁVEL** ao policial. Caso contrário, essa margem penderá para **OS CRIMINOSOS QUE TENTAM MATAR POLICIAIS TODOS OS DIAS.**

É triste, mas a verdade é que os que estão contra os policiais não são apenas aqueles que empunham armas e, contrariando a própria Convenção de Haia, os matam utilizando meios limitados apenas pela imaginação; que os eliminam à traição ou mesmo quando já estão rendidos ou não possuem condições de defesa; que usam as mesmas munições expansivas que alguns acham que devem ser banidas; que torturam e queimam policiais em fornos improvisados no alto dos morros; que deixam filhos órfãos e esposas viúvas.

Muitos acreditam que a Declaração Universal dos Direitos Humanos não vale para os policiais que defendem diariamente a paz, a liberdade, a justiça e a propriedade de pessoas desconhecidas. Contudo uma coisa é certa: criminosos jamais tornarão o mundo melhor! Felizmente, todos os policiais do mundo sabem disso! E quem não sabe, ou não tem nada bom para dizer, deveria, pelo menos, ficar em silêncio!

> Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
>
> Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.
>
> Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
>
> Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

O que há de certo e errado na Portaria nº 4.226?

Às vésperas de 2011, o Ministério da Justiça anunciou 25 diretrizes sobre o uso da força policial para orientar e padronizar a atuação dos policiais aos princípios internacionais sobre o uso da força, reduzir os níveis de letalidade nas ações policiais, seguindo as conclusões de um grupo de trabalho.

Assim, surgiu a Portaria Interministerial nº 4.226, obrigatória para todos os policiais da PF, da PRF, do DEPEN e da FN.

Não se discute que toda orientação e padronização são fundamentais numa atividade cujas deficiências de formação, treinamento e procedimentos ficam evidentes quando se assiste a programas de TV retratando o cotidiano policial.

Entretanto a portaria deu 90 dias para as polícias adequarem seus procedimentos operacionais e seu processo de formação e treinamento às 25 diretrizes. E aqui está o primeiro erro da portaria: esse prazo não seria suficiente para se adequar os métodos de ação, formação e treinamento sem sacrificar a eficácia do trabalho e a segurança dos policiais. São milhares de homens e mulheres capacitados e treinados em locais, épocas e condições distintas, e qualquer adequação quanto ao uso da força deveria ser baseada num estudo técnico primoroso para preservar a vida do cidadão, do policial e do criminoso.

A portaria concedeu 60 dias para a fixação de instruções normativas e para a criação de comissões de controle da letalidade. Porém, é de se supor que toda instrução normativa ocorra após um longo estudo técnico elaborado por um grupo de trabalho, com larga experiência (teórica e prática) relacionada com o uso da força na atividade policial, baseado em problemas específicos. Em seguida, o resultado do estudo seria aplicado num grupo de teste. Dependendo do resultado, tal estudo balizaria o novo processo de formação (para os novos policiais) e de treinamento (para os policiais da ativa). Daí a comissão de controle da letalidade acompanharia as circunstâncias com confrontos armados tabulando os dados para verificar o índice de preservação das vidas de **TODOS** os envolvidos. Cada tiroteio seria avaliado para se detectar as falhas que contribuíram para o fracasso ou sucesso da operação e da atuação policial. As falhas seriam corrigidas com novo treinamento visando, em primeiro lugar, à segurança do público e do policial, e, em segundo lugar, a vida do

criminoso. Os dados seriam coletados e reavaliados até que, finalmente, todas as diretrizes se transformariam em norma. O trabalho da comissão seria ininterrupto já que novas informações surgiriam a cada conflito armado, sendo necessário adaptar e desenvolver novas diretrizes, novos treinamentos, etc. Portanto os prazos estabelecidos não proporcionaram o desenvolvimento de algo seguro e detalhado.

Quanto ao grupo de trabalho, seria desejável a participação de policiais estudiosos, operacionais e experientes, de policiais militares (os primeiros a atender às ocorrências), de professores e doutrinadores das academias de polícia, de policiais de grupos de ações táticas, de psicólogos e cientistas do comportamento humano e de agentes prisionais, etc. Ou seja, profissionais capazes de compreender as dinâmicas e as dificuldades do trabalho policial no país.

Mas essas são apenas as considerações iniciais, pois o que interessa vem a seguir. E para facilitar o entendimento dessa análise, ela contém as partes mais importantes do Anexo I da portaria seguidas por comentários numerados.

> Os agentes de segurança pública não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa própria ou de terceiro contra perigo iminente de morte ou lesão grave. (Item 3, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 1: correto. A vontade de matar é uma característica que distingue os criminosos dos policiais profissionais. E quando esses policiais disparam suas armas, isso é feito com a intenção de parar imediatamente uma ação criminosa que oferece perigo de morte. Mas como a arma de fogo é um instrumento letal por natureza, seu uso pode provocar a morte do criminoso, pois não existe um modo menos letal para usá-la. A intenção de parar imediatamente um delinquente não tem relação com atirar para matar, pois a autodefesa policial está centralizada na percepção da capacidade de o criminoso matar ou tentar matar o policial ou outra pessoa. Assim, se a simples presença da arma detiver a intenção do agressor, o trabalho está feito! Se alguns tiros convencerem o atacante a desistir, está ótimo! Contudo se for necessário aumentar o nível de força porque o perigo persiste, então é o que deve ser feito. O item 3 não determina que o policial espere até o perigo de

morte ou lesão grave se tornar real, bastando a iminência (ameaça, aproximação, emergência).

> Não é legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que, mesmo na posse de algum tipo de arma, não represente risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros. (Item 4, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 2: correto. O uso da arma de fogo é legítimo contra o perigo iminente de morte ou lesão grave. Alguém **DESARMADO** que **FOGE** não pode representar tal nível de perigo para o policial. E mesmo que ele apenas possua uma arma, o perigo ainda não é imediato, apesar de real (a presença de uma arma, seja ela qual for, é sempre um indicativo de ameaça e risco para qualquer pessoa). Entretanto, a diretriz é clara quando informa que a arma é um recurso viável quando o sujeito em fuga representa risco imediato. Assim, parece ser aquela situação na qual o delinquente atira enquanto corre da polícia ou atira em outras pessoas em seu caminho com o objetivo de atrasar a perseguição policial.

> Não é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros. (Item 5, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 3: correto. Projéteis de armas de fogo não incapacitam objetos, apenas pessoas. Existem duas razões para isso: a massa do projétil é insignificante se comparada à massa de qualquer veículo e é improvável que o projétil atinja algum componente fundamental do veículo que o faça parar instantaneamente. Portanto o único modo de parar um veículo é acertando o motorista, o que raramente é uma conduta aceitável. O risco de se atingir por engano um motorista sem habilitação ou alcoolizado, com medo ou na dúvida sobre a autenticidade da barreira ou que não tenha visto o sinal para parar, não vale o benefício. Até mesmo as munições militares contra veículos com blindagem leve são

desenvolvidas para atingirem as pessoas que estão dentro do carro e, certamente, o policial conhece casos de bloqueios policiais que terminaram em desastres. Vale lembrar dois episódios recentes: o primeiro no Ceará, quando um policial matou um adolescente que estava na garupa da motocicleta dirigida pelo pai, que alegou não ter visto ou ouvido qualquer sinal para parar porque usava o capacete. O segundo caso, no Rio de Janeiro, foi o de um juiz e sua família, alvejados por disparos de fuzis numa barreira noturna. Aparentemente, os policiais civis usavam viaturas descaracterizadas e o motorista acreditou tratar-se de uma falsa blitz. Entretanto, caso o veículo em fuga seja usado intencionalmente para atacar o policial, a diretriz permite o uso da arma de fogo.

> Os chamados 'disparos de advertência' não são considerados prática aceitável, por não atenderem aos princípios elencados na Diretriz nº 2 e em razão da imprevisibilidade de seus efeitos. (Item 6, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 4: correto. Diz um ditado: "Tudo que sobe, desce!" E o mesmo princípio vale para os projéteis nos disparos de advertência. Um documentário sobre a história das armas do canal *History Channel* informou que um projétil que sobe num ângulo reto em relação ao solo e numa trajetória perfeitamente retilínea não possui energia suficiente para provocar um ferimento balístico ao cair. Contudo se o projétil subir numa trajetória em parábola, ele possui energia o bastante para causar a morte. Mas por que isso acontece? Segundo o relato, o projétil que sobe em linha reta perde velocidade gradativamente até o ponto em que para no ar e começa a cair, sendo acelerado apenas pela força da gravidade. Como a massa do projétil é muito pequena e sua velocidade é muito baixa, ele não possui potencial lesivo. Por outro lado, o projétil que sobe em parábola desacelera de modo menos acentuado porque sua trajetória resiste menos à força da gravidade. Quando esse projétil começa a descer, ele ainda está aproveitando a velocidade utilizada na subida, o que mantém sua capacidade de produzir ferimentos fatais. Obviamente, um projétil de arma de fogo não viaja numa linha reta perfeita, mesmo se for disparado para cima a partir de um laboratório de pesquisas. Além disso, quem em sã consciência ficaria parado ao ouvir um tiro? Quando um policial faz um disparo de

advertência, o primeiro a correr é o suspeito, depois as testemunhas. Disparos assim apenas geram pânico e servem de motivação para que o suspeito corra ainda mais, principalmente porque ele não sabe se os tiros são para acertá-lo. Portanto se o policial quer advertir ele deve usar a voz de comando, não a arma. Além disso, o policial pode se envolver num conflito no qual o uso da força letal não está autorizado. Se ele sacar a arma, realizar um disparo de advertência e o agressor continuar a desobediência ou a resistência, o policial pode acabar aumentando, inadequadamente, o nível de força, e disparando contra alguém que não representa sequer uma ameaça iminente.

> O ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem não deverá ser uma prática rotineira e indiscriminada. (Item 7, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 5: errado. Talvez a diretriz mais polêmica. O item 7 não considera a variedade de abordagens que o policial é obrigado a fazer durante sua jornada profissional. Existem situações nas quais o policial não precisa, nem mesmo, tocar sua arma de fogo. Outras, porém, exigem todo comprometimento com a segurança, com a surpresa e a energia para demonstrar ao suspeito que qualquer tentativa de reação será ineficaz. Qual tipo de situação o policial vai encontrar, depende de uma série de fatores, incluindo o local da abordagem, a guarnição da qual o policial faz parte, a circunstância da ocorrência, etc. Entretanto as polícias precisam ter é domínio sobre o armamento (incluindo armas de qualidade internacional) e suas regras de segurança, sobre a mente e o comportamento para evitar disparos acidentais capazes de vitimar pessoas inocentes.

> Todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo 2 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo. (Item 8, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 6: errado. Todo policial, mesmo que desempenhe funções administrativas, está sujeito a ser envolvido em conflitos (como vítima, inclusive) ou se envolver em situações arriscadas para defender a comunidade. Contudo o porte de dois instrumentos menos letais, apesar de necessário, só é viável quando o policial está uniformizado e operando de modo ostensivo. Policiais que investigam crimes (veladamente) não conseguem portar dois desses instrumentos sem comprometer a discrição e o sigilo necessários ao sucesso da missão. É importante lembrar que "portar" é diferente de "transportar". Quer dizer, a maioria dos policiais, mesmo à paisana, pode transportar instrumentos menos letais em mochilas, por exemplo. Entretanto isso não permite o uso imediato. O mesmo princípio se aplica aos equipamentos de proteção que não são projetados, produzidos e adquiridos para o uso discreto, até porque as próprias organizações policiais só consideram a segurança do policial quando ele está trabalhando uniformizado, esquecendo que a maioria dos investigadores trabalha disfarçada a maior parte do tempo. Percebe-se que a proposta da Portaria nº 4.226 é diminuir o nível de letalidade das polícias, o que é importante. Mas talvez, a tentativa não tenha avaliado as dinâmicas dos confrontos que levam os policiais a utilizarem suas armas de fogo e tenha considerado que a maioria dos autos de resistência é forjada apenas para resguardar a ação policial. Se esse for o caso, o policial pode se sentir compelido a deixar de agir, mesmo em legítima defesa, por receio de que sua ação de sobrevivência seja avaliada como não adequada à situação e às diretrizes da portaria. Além disso, a posse de instrumentos menos letais não garante a segurança completa dos envolvidos na crise, pois na ânsia de atender à norma, o policial pode utilizar um recurso menos letal inadequado à circunstância, principalmente se ele não possuir instrumentos menos letais mais eficazes. Por quê? Porque os administradores das organizações policiais pensam em custo, e as armas menos letais mais baratas e que exigem pouco treinamento (pelo menos na ótica dos administradores) são a tonfa e o spray de pimenta. Contudo essas armas exigem que o policial se aproxime do suspeito ao ponto de tornar a ação policial altamente arriscada, principalmente se o suspeito estiver armado com uma faca (outra arma letal por natureza, sobretudo a curta distância). Portanto mecanismos como o Taser® acabam descartados em função do custo de aquisição e necessidade de treinamento especializado para todo o

efetivo. E é aqui que ocorre outro problema. Por exemplo, numa delegacia de polícia há apenas um policial habilitado para operar a pistola Taser®, mas ele está se aposentando. Isso significa que os instrumentos de menor potencial ofensivo estão trancados numa reserva de armas, simplesmente porque apenas um dos 60 policiais foi treinado. E para que o policial entenda como é arriscado utilizar instrumentos menos letais e incorretos em situações extremamente perigosas, basta lembrar de um vídeo de uma ação policial supostamente ocorrida na Nicarágua: o policial morreu com um fuzil AK-47 debaixo do braço esquerdo e uma tonfa na mão direita, enquanto o agressor tinha apenas faca. Além disso, muitas vezes o orçamento da polícia é gasto com itens de pouca importância para a atividade-fim (isso quando a verba não é mal aplicada). Como consequência, nunca há dinheiro suficiente para equipar **TODOS** os policiais com o que há de **MELHOR NO MUNDO** em termos de equipamentos letais e menos letais (sem falar no **PROTECIONISMO BÉLICO BRASILEIRO**).

> Quando o uso da força causar lesão ou morte de pessoa(s), o agente de segurança pública envolvido deverá realizar as seguintes ações:
>
> a. facilitar a prestação de socorro ou assistência médica aos feridos;
>
> b. promover a correta preservação do local da ocorrência;
>
> c. comunicar o fato ao seu superior imediato e à autoridade competente; e
>
> d. preencher o relatório individual correspondente sobre o uso da força, disciplinado na Diretriz n.º 22. (Item 10, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 7: correto. Tais condutas demonstram o profissionalismo do policial e seu desejo de esclarecer o porquê da necessidade da força letal para a solução da crise. Se a reação de autodefesa policial é legítima, não há motivo para não seguir as orientações dessa diretriz. Facilitar a prestação de socorro não significa que o policial deva conduzir o ferido até o hospital, pois é para isso que servem os serviços de atendimento móvel de urgência. Assim, se o criminoso estiver ferido, ele será levado ao pronto socorro. Se estiver morto, ele será deixado no local para preservar o local da ocorrência. Portanto são os paramédicos

os mais capacitados para determinar o melhor curso de ação após o confronto, quando se trata da assistência médica.

LIÇÃO APRENDIDA: tão logo o policial tenha vencido o conflito, ele deve se identificar verbalmente para as demais pessoas e determinar que elas liguem para o SAMU e se afastem do local. O policial deve evitar ligar para o SAMU porque ele está na zona quente. Ainda que o primeiro agressor tenha sido ferido ou morto, o policial deve se preocupar com a sua segurança sem desviar a atenção para o telefone.

> Os critérios de recrutamento e seleção para os agentes de segurança pública deverão levar em consideração o perfil psicológico necessário para lidar com situações de estresse e uso da força e arma de fogo. (Item 12, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 8: correto, mas é impossível prever como as pessoas reagirão em situações de estresse e uso da força. Existem os policiais que congelam diante de uma situação de risco, os que reagem na hora e os que exageram. Mas o desejo de preservar os direitos humanos não pode ser a razão principal para o Estado selecionar policiais passivos demais a ponto dessa característica aumentar o risco de morte desses homens. Obviamente, os loucos também devem ser descartados, mas uma dose de combatividade e frieza é necessária. Se essas características existem nos criminosos, elas não podem faltar naqueles designados para combatê-los.

> As atividades de treinamento fazem parte do trabalho rotineiro do agente de segurança pública e não deverão ser realizadas em seu horário de folga, de maneira a serem preservados os períodos de descanso, lazer e convivência sócio-familiar. (Item 14, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 9: correto e salutar, porém incompleto. O texto deveria informar que a atividade de treinamento é um **DEVER** de todo policial e uma **OBRIGAÇÃO** de cada organização policial. Se a unidade policial não for responsabilizada obrigatoriamente pelo treinamento de seus policiais, então muitos

deles não irão treinar porque terão que gastar seus salários na compra dos apetrechos necessários ao treinamento. Quando um aluno é matriculado numa escola, a obrigação de ensinar é da escola. O aluno deve aprender na escola e, se for inteligente, pode aprender por outros mais saudáveis. Na polícia é a mesma coisa, ou seja, a obrigação de treinar os policiais é da organização policial. O policial faz a parte que lhe compete, mas a obrigação ainda é da polícia. Sem essa obrigação, o policial pode alegar que uma ação policial desastrosa só ocorreu porque não houve treinamento oficial adequado. Por exemplo, em 2006, agentes penitenciários (concursados) de um estado da Região Sudeste realizaram um curso de formação em 24 dias. Eles aprenderam ordem unida, a dizer "Sim, senhor!" e "Não, senhor!" e deram uns seis (6) tiros de revólver. Quer dizer, esse curso não passou de uma brincadeira de mau gosto. Portanto treinamento tem que ser sério, profissional, eficaz, o melhor e mais realista possível. Caso contrário, quem paga o preço é o policial que está nas ruas trabalhando e a sociedade.

> A seleção de instrutores para ministrarem aula em qualquer assunto que englobe o uso da força deverá levar em conta análise rigorosa de seu currículo formal e tempo de serviço, áreas de atuação, experiências anteriores em atividades fim, registros funcionais, formação em direitos humanos e nivelamento em ensino. Os instrutores deverão ser submetidos à aferição de conhecimentos teóricos e práticos e sua atuação deve ser avaliada. (Item 15, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 10: correto, porém incompleto, se os instrutores não receberem treinamentos constantes que possibilitem o aprimoramento de seus conhecimentos. Por exemplo, muitos professores de armamento e tiro são exímios atiradores, outros conhecem armas e munições nos pequenos detalhes, alguns são capazes de desenvolver treinamentos de tiro diferenciados, outros possuem capacidade de analisar os confrontos armados e elaborar estudos técnicos. Considerando que ninguém pode ser excelente em tudo, é exatamente essa diversidade de competências que possibilita a qualidade superior no ensino das técnicas de armamento e tiro. Portanto se a aferição de conhecimentos determinar

que todo instrutor seja excelente em tudo, então é possível que a organização policial perca profissionais com competências que os diferencie dos outros. Então perdem o instrutor e os alunos. Toda instituição policial deveria se perguntar: "Quem está ensinando nossos instrutores?", "Eles possuem conhecimentos atualizados?" A qualidade do ensino policial também reflete na qualidade do serviço prestado pela polícia.

> Deverão ser elaborados procedimentos de habilitação para o uso de cada tipo de arma de fogo e instrumento de menor potencial ofensivo que incluam avaliação técnica, psicológica, física e treinamento específico, com previsão de revisão periódica mínima. (Item 16, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 11: correto, mas incompleto. O procedimento de habilitação deve ser feito não só para cada tipo de arma e instrumento, mas para **TODOS** os policiais. A criação de especialistas numa atividade tão dinâmica e perigosa como o serviço policial pode sugerir que alguns são mais importantes que outros ou que alguns correm mais riscos de morte do que os demais, e, portanto, devem receber treinamento diferenciado. Isso se aplica aos policiais de grupos táticos, mas não pode se tornar realidade para os policiais convencionais. Se **TODOS** os policiais receberem o treino necessário para todas as armas e instrumentos disponíveis em suas respectivas organizações policiais, então a comunidade terá homens mais preparados e ponderados em vista da disponibilidade de equipamentos e treinamento. Tanto é assim, que o FBI treina todos os agentes federais em todas as armas disponíveis no arsenal (pistola, fuzil de assalto e espingarda); mantém grupos especiais (SWAT) em todos os seus escritórios e dispõe de uma unidade ainda mais especializada (HRT) na sede de sua academia.

> Nenhum agente de segurança pública deverá portar armas de fogo ou instrumento de menor potencial ofensivo para o qual não esteja devidamente habilitado e sempre que um novo tipo de arma ou instrumento de menor potencial ofensivo for introduzido na instituição deverá ser estabelecido um

módulo de treinamento específico com vistas à habilitação do agente. (Item 17, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 12: correto e louvável desde que **TODOS** os policiais recebam o treinamento necessário para operar com **TODOS** os tipos de armas (letais ou menos letais) disponíveis na unidade policial. Não há dúvida de que cada indivíduo se adapta melhor com um tipo de arma, contudo todos devem operar toda a gama de armas existentes, inclusive as armas mais comuns utilizadas pelos criminosos. Em 2010, o serviço reservado da Polícia Militar informou que assaltantes tentariam roubar dois carros fortes que se dirigiam até o aeroporto da cidade, em que um avião aguardava a carga em dinheiro. Os policiais que estavam na delegacia foram reunidos e se juntaram a uma força tarefa formada às pressas para impedir o roubo. Contudo nenhum deles portava um fuzil. Por quê? Porque os dois únicos policiais capacitados para operar o equipamento estavam indisponíveis naquele momento (um de férias e outro viajando a serviço). Ou seja, apesar da delegacia possuir três fuzis e aproximadamente 60 policiais, apenas dois deles receberam a habilitação para utilizar o equipamento. Então os fuzis ficaram trancados na reserva de armas enquanto os demais policiais arriscavam suas vidas armados apenas com pistolas.

A renovação da habilitação para uso de armas de fogo em serviço deve ser feita com periodicidade mínima de 1 (um) ano. (Item 18, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 13: correto, mas incompleto. Nenhum policial deve ser convocado para o serviço sem sua arma de fogo, mesmo que ele disponha de instrumentos menos letais. Essa premissa é ainda mais verdadeira quando se trata do vencimento da habilitação para uso de armas de fogo, o que é uma novidade já que todo policial tem porte de arma inerente à profissão. Contudo qualquer cobrança só pode ser feita **APÓS TREINAMENTOS CONTÍNUOS, EFICAZES E PROFISSIONAIS**. Caso contrário, será como tentar colher uma laranja numa macieira. Quer dizer, o policial será avaliado sobre algo para o qual não foi preparado, ainda mais considerando que o uso de uma arma de fogo é uma

habilidade **PERECÍVEL** se não for praticada com frequência. As instituições policiais possuem a **OBRIGAÇÃO** de treinar todos os seus policiais antes de qualquer avaliação de desempenho.

> Deverá ser estimulado e priorizado, sempre que possível, o uso de técnicas e instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, de acordo com a especificidade da função operacional e sem se restringir às unidades especializadas. (Item 19, MJ, 2011).

> Deverão ser incluídos nos currículos dos cursos de formação e programas de educação continuada conteúdos sobre técnicas e instrumentos de menor potencial ofensivo. (Item 20, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 14: correto, mas incompleto. Como já foi dito antes, o foco das organizações policiais ainda é a despesa, infelizmente. Cursos de formação e treinamento continuado devem ser realizados por **TODOS** os policiais, mas isso gera despesas que determinam treinamentos incompletos ou superficiais (alguns ainda recorrem ao Ensino a Distância mesmo para **ATIVIDADES PRÁTICAS**). Então para todo efetivo policial existe um minúsculo segmento especializado, como os operadores de DEC, os operadores de bastão retrátil, os especialistas em controle de distúrbios civis, etc. Por isso, é necessário transcender a mera questão da despesa para tornar cada policial um especialista no uso de **TODA** tecnologia (letal e menos letal) utilizada pela organização policial. Sem treinamento e equipamentos para **TODOS** não pode haver estímulo que impulsione a melhoria das ações policiais. Infelizmente, a compra e utilização de qualquer tecnologia ainda estão restritas às unidades especializadas, muitas vezes por mero capricho desses setores.

> Os órgãos de segurança pública deverão criar comissões internas de controle e acompanhamento da letalidade, com o objetivo de monitorar o uso efetivo da força pelos seus agentes. (Item 23, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 15: correto, porém impreciso. Qual o propósito da comissão? Apenas tabular dados que informem qual organização é mais letal e qual é

menos letal? É uma espécie de corregedoria sobre o uso da força? Tem caráter estatístico e didático? Visa a coletar dados apenas para nortear o repasse de verbas? A comissão é importante para assumir a responsabilidade pelos estudos de casos que envolvam erros e acertos na atividade policial, principalmente em relação ao uso da força. A análise séria e profissional dos erros e acertos cometidos por policiais pode salvar ainda mais vidas inocentes do que a simples utilização de recursos menos letais ou o repasse de verbas para as polícias com baixo índice de letalidade.

> Os agentes de segurança pública deverão preencher um relatório individual todas as vezes que dispararem arma de fogo e/ou fizerem uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, ocasionando lesões ou mortes. (Item 24, MJ, 2011).

COMENTÁRIO Nº 16: correto. Talvez a elaboração de relatórios possa servir para aprimorar a formação e o treinamento policial, visando a substituir armas e munições por outras mais eficazes na incapacitação imediata do agressor, determinar novos procedimentos que aumentem a segurança do policial, da comunidade e do agressor, mas somente até onde a segurança permitir. Contudo esse relatório individual deve ser considerado a expressão da verdade e servir de orientação para a salvaguarda de vidas inocentes, mas jamais para punir policiais que agiram conforme a necessidade de sobrevivência num tiroteio. Mais uma vez, o relatório não pode ser apenas uma atribuição individual, mas uma exigência da instituição. A exigência não pode ser apenas uma formalidade que resultará em mais burocracia e mais papel jogado no lixo. Cada relatório deve ser analisado com o propósito de entendimento da ocorrência, percepção dos erros e acertos e proposição de melhorias no ensino, no treinamento e no comportamento policial sempre com o objetivo de **SALVAR VIDAS**!

Formulário 1-701 – FBI Law Enforcement Officers Killed and Assaulted Program

Law Enforcement Officers Killed and Assaulted Program
ANALYSIS OF OFFICERS FELONIOUSLY KILLED AND ASSAULTED

Form 1-701

(OMB NO. 1110-0009)

Version 1.0
Document Date: 01/27/2014

Prepared by:
Law Enforcement Support Section (LESS)
Crime Statistics Management Unit (CSMU)
Law Enforcement Officers Killed and Assaulted (LEOKA) Program

Definitions

Racial categories:

- **White**
  A person having origins in any of the original peoples of Europe, the Middle East, or North Africa

- **Black or African American**
  A person having origins in any of the black racial groups of Africa

- **American Indian or Alaska Native**
  A person having origins in any of the original peoples of North and South America (including Central America) and who maintains tribal affiliation or community attachment

- **Asian**
  A person having origins in any of the original peoples of the Far East, Southeast Asia, the Indian subcontinent including, for example, Cambodia, China, India, Japan, Korea, Malaysia, Pakistan, the Philippine Islands, Thailand, and Vietnam

- **Native Hawaiian or Other Pacific Islander**
  A person having origins in any of the original peoples of Hawaii, Guam, Samoa, or other Pacific Islands, e.g., individuals who are Carolinian, Fijian, Kosraean, Melanesian, Micronesian, Northern Mariana Islander, Palauan, Papua New Guinean, Ponapean (Pohnpelan), Polynesian, Solomon Islander, Tahitian, Tarawa Islander, Tokelauan, Tongan, Trukese (Chuukese), and Yapese. (NOTE: The term "Native Hawaiian" does not include individuals who are native to the state of Hawaii simply by virtue of being born there.)

Ethnicity category:

- **Hispanic or Latino**
  A person of Cuban, Mexican, Puerto Rican, South or Central American, or other Spanish culture or origin, regardless of race. The term "Spanish origin," can be used in addition to "Hispanic or Latino."

Form Instructions

- If any of the following scenarios apply, contact the FBI LEOKA Program at (304) 625-3521 or email <leoka-statistics@leo.gov> prior to completing Form 1-701:
  - Offender(s) did not use a firearm or a knife/other cutting instrument to cause serious bodily injury to victim officer;
  - Offender(s) used a BB, pellet, air, or gas-powered gun as a weapon; or
  - Victim officer did not receive serious bodily injury.
- All applicable items on Form 1-701 should be completed appropriately. If necessary, refer to one or more of the following when completing Form 1-701: victim officer's personnel file, victim officer's death certificate or coroner's report, agency's incident report, and/or agency's policy files.
- For items with options, mark the most appropriate response in regard to the incident.
- For items requiring a "fill in the blank" answer, complete appropriately; however, if the information is not available, complete with "Unknown" rather than leaving the item blank.
- For items regarding distance, complete as accurate as possible. These items should not be completed with a range of distance.
- Definitions for race and ethnicity categories are available on Page ii.
- This form should be completed by the person(s) most knowledgeable about the incident.
- Keep a copy of the completed form for your records.

If there are any questions, please contact the FBI, Criminal Justice Information Services Division, Attention: LEOKA Program, Module E-3, 1000 Custer Hollow Road, Clarksburg, WV 26306-0159; telephone (304) 625-3521, or email LEOKA Program staff at leoka-statistics@leo.gov. Under the Paperwork Reduction Act, Form 1-701 is not required to be completed unless it contains a valid OMB control number. Form 1-701 takes approximately one hour to complete.

1-701 (Rev. 08-17-09)

OMB NO. 1110-0009
Expires 07-31-2014

Law Enforcement Officers Killed and Assaulted Program
ANALYSIS OF OFFICERS FELONIOUSLY KILLED AND ASSAULTED

This report is authorized by law Title 28, Section 534, U.S. Code. Please use this form to report circumstances and other details regarding law enforcement officers from your department who were killed or assaulted and injured with a firearm or a knife or other cutting instrument. The information you submit will assist the FBI in the compilation of the annual publication, *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted*, and will also provide valuable data for law enforcement purposes, including officer training. Your cooperation, time, and effort are appreciated.

DATA PERTAINING TO VICTIM OFFICER'S AGENCY

Agency _____

Originating Agency Identifier (ORI) _____

Head of agency _____
Rank/Title First Middle (If no middle name, indicate 'NMN.') Last

Agency address _____
Mailing address City State Zip code

Victim officer's assigned office (Do not complete if information is same as above.)

Precinct, district, troop, barracks, region, etc. _____

Head of assigned office _____
Rank/Title First Middle (If no middle name, indicate 'NMN.') Last

Address of assigned office _____
Mailing address City State Zip code

Type of agency

- ❑ City
- ❑ County
- ❑ State
- ❑ Federal
- ❑ Tribal (non-federal only)
- ❑ Other (specify) _____

GENERAL DATA PERTAINING TO INCIDENT

Type of incident

- ❑ Felonious killing
- ❑ Assault with injury
  - ❑ Firearm
  - ❑ Knife/other cutting instrument
  - ❑ Other dangerous weapon
  - ❑ Personal weapons (hands, fists, feet, etc.)

DO NOT WRITE HERE	
File Number	
Incident Number	
Group	
Region	
Division	
Received	
Entered	

Agency incident or case number _____

Date of incident _____ / _____ / _____
(mm/dd/yyyy)

Time of incident _____
(Military hhmm)

Number of hours on duty prior to incident _____

Location of incident

City _____
County _____
State _____
Country _____

Type and description of location of incident

	Location of initial contact with offender(s)	Location of attack on victim officer
Type of location		
Residential	❑	❑
Commercial	❑	❑
Government	❑	❑
Public space		
Highway/road/alley/sidewalk	❑	❑
Lakes/rivers/parks	❑	❑
Other public space (specify) _____	❑	❑
Other (specify) _____	❑	❑
Description of location		
Inside of structure	❑	❑
Outside	❑	❑

PART I – PERSONAL DATA PERTAINING TO VICTIM OFFICER

1.1 **Name** _____
First **Middle** (If no middle name, indicate "NMN.") **Last**

1.2 **Rank** _____

1.3 **Date of birth** _____ / _____ / _____
(mm/dd/yyyy)

1.4 **Height** _____ / _____
(feet/inches)

1.5 **Weight** _____ lbs

1.6 **Sex**
- ❑ Male
- ❑ Female

1.7 **Race**
- ❑ White
- ❑ Black or African American
- ❑ American Indian or Alaska Native
- ❑ Asian
- ❑ Native Hawaiian or Other Pacific Islander

1.8 **Ethnicity**
- ❑ Hispanic or Latino
- ❑ Not Hispanic or Latino

1.9 **Total law enforcement experience at time of incident** _____ / _____
(years/months)

1.10 **Was victim officer certified/licensed by federal, regional, state, local, or POST (Police Officer Standard Training) academy?**
- ❑ Yes
- ❑ No

1.11 **Number of months since officer's last firearm training** ____ (Enter 0 if no training received.)

1.12 **Number of months since officer's last driver training** _____ (Enter 0 if no training received.)

1.13 **Number of months since officer's last street survival training** _____ (Enter 0 if no training received.)

1.14 **In the 48 hours immediately preceding incident, how many hours did victim officer work in a law enforcement capacity?** _____ hours

1.15 **In the 48 hours immediately preceding incident, how many hours did victim officer work in a non-law enforcement capacity?** _____ hours

PART II – CIRCUMSTANCES SURROUNDING INCIDENT

2.1 **Death or injury occurred while victim officer was**
- ❑ Conducting self-initiated activity
- ❑ Answering call for service

2.2 **Type of assignment**
- ❑ One-officer patrol
- ❑ Two-officer patrol
- ❑ Investigative/detective
- ❑ Tactical assignment (uniformed)
- ❑ Plainclothes assignment
- ❑ Special assignment (specify) _____
- ❑ Undercover
- ❑ Court/prisoner security
- ❑ Overtime/extra duty activity
- ❑ Off duty, but acting in an official capacity
- ❑ Other (specify) _____

2.3 **Victim officer's mode of transportation**
- ❑ Car/truck/SUV
- ❑ Motorcycle
- ❑ Foot
- ❑ Bicycle
- ❑ Mounted
- ❑ Watercraft
- ❑ Undercover vehicle
- ❑ Personal vehicle
- ❑ Aircraft
- ❑ Other (specify) _____

2.3.1 **Mode of transportation**

- ❑ Marked
- ❑ Unmarked
- ❑ Not applicable

2.4 **Involvement of other officers at time of incident**

- ❑ Alone, no assistance requested
- ❑ Alone, assistance requested
- ❑ Assisted by other officer(s)

2.5 **Did victim officer contact radio dispatch at any point during incident?**

- ❑ Yes

  At what point during attack did victim officer initially contact dispatch?
  - ❑ Before
  - ❑ During
  - ❑ After
  - ❑ Unknown
- ❑ No
- ❑ Unknown

2.6 **Approximately how much time elapsed from initial contact between victim officer and offender until actual attack?**

- ❑ Sudden/blitz
- ❑ Within 10-30 seconds
- ❑ Within 30-60 seconds
- ❑ Within 1-10 minutes
- ❑ Longer than 10 minutes
- ❑ Unknown

2.7 **Approximate distance (in feet) between victim officer and offender(s) at time victim officer was initially attacked** _____ ❑ Unknown

2.8 **Select one from each column.**

	Call for service or reason for involvement	Circumstance encountered upon arrival at scene of incident	Specific activity being performed at time of attack
Citizen complaint			
Animal bite	❑	❑	❑
Animal disturbance (barking dog, unleashed dog, etc.)	❑	❑	❑
Verbal complaints of non-criminal violations	❑	❑	❑
Check on welfare of citizen	❑	❑	❑
Drug complaint	❑	❑	❑
Business check	❑	❑	❑
Traffic complaint	❑	❑	❑
Respond to crime in progress			
Assault	❑	❑	❑
Robbery	❑	❑	❑
Burglary	❑	❑	❑
Larceny-theft	❑	❑	❑
Motor vehicle theft	❑	❑	❑
Person with firearm (no shots fired)	❑	❑	❑
Shooting/shots fired	❑	❑	❑
Tampering with vehicle	❑	❑	❑
Other crime against person	❑	❑	❑
Other crime against property	❑	❑	❑
(Continued on next page)			

Respond to report of crime			
Homicide	❑	❑	❑
Assault	❑	❑	❑
Robbery	❑	❑	❑
Burglary	❑	❑	❑
Larceny-theft	❑	❑	❑
Motor vehicle theft	❑	❑	❑
Person with firearm (no shots fired)	❑	❑	❑
Shooting/shots fired	❑	❑	❑
Tampering with vehicle	❑	❑	❑
Other crime against person	❑	❑	❑
Other crime against property	❑	❑	❑
Assist another law enforcement officer in			
Officer down (requiring emergency assistance)	❑	❑	❑
Officer requires emergency assistance (not pursuit)	❑	❑	❑
Vehicular pursuit	❑	❑	❑
Foot pursuit	❑	❑	❑
Other emergency circumstances	❑	❑	❑
Providing/deploying equipment (traffic cones, flares, etc.)	❑	❑	❑
Other non-emergency circumstances	❑	❑	❑
Respond to alarm			
Burglary	❑	❑	❑
Robbery	❑	❑	❑
Disorder/disturbance			
Civil disorder (mass disobedience, riot, etc.)	❑	❑	❑
Disturbance call (disorderly subjects, fights, etc.)	❑	❑	❑
Domestic disturbance (family quarrels, no assault)	❑	❑	❑
Domestic violence	❑	❑	❑
Investigative/enforcement			
Investigative activity	❑	❑	❑
Investigate suspicious persons or circumstances	❑	❑	❑
Investigate possible DUI/DWI suspect (operating a vehicle)	❑	❑	❑
Felony traffic stop	❑	❑	❑
Traffic violation stop	❑	❑	❑
Investigate motor vehicle crash	❑	❑	❑
Wanted person	❑	❑	❑
Handling persons with mental illness	❑	❑	❑
Tactical situation	❑	❑	❑
Undercover situation	❑	❑	❑
Drug-related matter (drug busts, buys, etc.)	❑	❑	❑
(Continued on next page)			

	Call for service or reason for involvement	Circumstance encountered upon arrival at scene of incident	Specific activity being performed at time of attack
Arrest situation			
Verbal advisement only	❑	❑	❑
Attempting to restrain, control, or handcuff offender	❑	❑	❑
Pursuit			
Vehicular	❑	❑	❑
Foot	❑	❑	❑
Ambush (entrapment/premeditation)	❑	❑	❑
Unprovoked attack	❑	❑	❑
Encounter or assist an emotionally disturbed person	❑	❑	❑
Traffic control (crash scene, directing traffic, etc.)	❑	❑	❑
Assist motorist	❑	❑	❑
Administrative assignment			
Prisoner transport	❑	❑	❑
Other administrative assignment	❑	❑	❑
Other (specify) _____	❑	❑	❑

2.9 **Complete following items if incident was related to prisoner transport circumstance.** (Skip to Item 2.10 if not applicable.)

2.9.1 **Prisoner was being transported in**
- ❑ Prisoner transport wagon
- ❑ Prisoner transport bus
- ❑ Patrol vehicle
- ❑ Unmarked vehicle
- ❑ Other (specify) _____

2.9.2 **Was transporting vehicle equipped with prisoner partition?**
- ❑ Yes
- ❑ No
- ❑ Unknown

2.9.3 **Was prisoner searched by transporting officer prior to being put in vehicle?**
- ❑ Yes
- ❑ No
- ❑ Unknown

2.10 **Complete following items if activity being performed at time of attack was related to traffic stop (including investigation of DUI).** (Skip to Part III if not applicable.)

2.10.1 **Was traffic stop videotaped?**

- ❑ Yes
- ❑ No

2.10.2 **Location of offender(s) at time of attack** (Complete additional sheets if more than two offenders.)

Offender's name	**Location of offender(s) at time of attack**
_____ First Middle Last	*Seated in* ❑ Suspect vehicle ❑ Victim officer's vehicle *Seated outside in vicinity of suspect vehicle* ❑ Front driver's side ❑ Front passenger's side ❑ Rear driver's side ❑ Rear passenger's side *Seated outside in vicinity of victim officer's vehicle* ❑ Front driver's side ❑ Front passenger's side ❑ Rear driver's side ❑ Rear passenger's side *Standing in vicinity of suspect vehicle* ❑ Front driver's side ❑ Front passenger's side ❑ Rear driver's side ❑ Rear passenger's side *Standing in vicinity of victim officer's vehicle* ❑ Front driver's side ❑ Front passenger's side ❑ Rear driver's side ❑ Rear passenger's side *Unrestricted movement outside of* ❑ Suspect vehicle ❑ Victim officer's vehicle *Prone* ❑ On ground ❑ On vehicle/object ❑ Other (specify) _____ ❑ Unknown

Additional offender's name	Location of offender(s) at time of attack
_____ First Middle Last	*Seated in* ❑ Suspect vehicle ❑ Victim officer's vehicle *Seated outside in vicinity of suspect vehicle* ❑ Front driver's side ❑ Front passenger's side ❑ Rear driver's side ❑ Rear passenger's side *Seated outside in vicinity of victim officer's vehicle* ❑ Front driver's side ❑ Front passenger's side ❑ Rear driver's side ❑ Rear passenger's side *Standing in vicinity of suspect vehicle* ❑ Front driver's side ❑ Front passenger's side ❑ Rear driver's side ❑ Rear passenger's side *Standing in vicinity of victim officer's vehicle* ❑ Front driver's side ❑ Front passenger's side ❑ Rear driver's side ❑ Rear passenger's side *Unrestricted movement outside of* ❑ Suspect vehicle ❑ Victim officer's vehicle *Prone* ❑ On ground ❑ On vehicle/object ❑ Other (specify) _____ ❑ Unknown

2.10.3 **Location of <u>victim officer</u> at time of attack**

Seated in victim officer's vehicle
- ❑ Prior to approaching suspect vehicle
- ❑ After obtaining contact with offender(s)

Approaching suspect vehicle on
- ❑ Driver's side
- ❑ Passenger's side

Standing in vicinity of suspect vehicle
- ❑ Front driver's side
- ❑ Front passenger's side
- ❑ Rear driver's side
- ❑ Rear passenger's side

Standing in vicinity of victim officer's vehicle
- ❑ Front driver's side
- ❑ Front passenger's side
- ❑ Rear driver's side
- ❑ Rear passenger's side

Other
- ❑ Approaching offender
- ❑ Returning to victim officer's vehicle

PART III – ENVIRONMENTAL FACTORS

3.1 **Weather conditions at time of incident**

- ❑ Clear
- ❑ Cloudy
- ❑ Fog, smoke, smog
- ❑ Rain
- ❑ Flooding
- ❑ Sleet, hail
- ❑ Snow
- ❑ Blizzard
- ❑ Severe crosswinds
- ❑ Hurricane
- ❑ Tornado
- ❑ Blowing sand, soil, dirt
- ❑ Other (specify) _____
- ❑ Unknown
- ❑ Not applicable (indoors)

3.2 **Lighting conditions at location of incident**

- ❑ Dawn
- ❑ Daylight
- ❑ Dusk
- ❑ Dark
- ❑ Artificial
- ❑ Unknown

3.2.1 **Would lighting conditions have been considered dim or poor?**

- ❑ Yes
- ❑ No
- ❑ Unknown

3.3 **Were take down lights utilized?**

- ❑ Yes
- ❑ No
- ❑ Unknown

3.4 **Was cover available to victim officer?**

- ❑ Yes

  Was it used?
  - ❑ Yes, description of actual cover used _____
  - ❑ No
  - ❑ Unknown
- ❑ No

3.5 **Was cover used by offender(s)?**

- ❑ Yes, description of actual cover used _____
- ❑ No
- ❑ Unknown

PART IV – INJURIES CONNECTED TO INCIDENT

4.1 **Location of injuries inflicted upon victim officer** (select all applicable)

- ❑ Front head
- ❑ Rear head
- ❑ Side head
- ❑ Neck/throat
- ❑ Front upper torso/chest
- ❑ Rear upper torso/back
- ❑ Front lower torso/abdomen
- ❑ Rear lower torso/back
- ❑ Front below waist/groin area
- ❑ Rear below waist/buttocks
- ❑ Arms/hands
- ❑ Front legs/feet
- ❑ Rear legs

4.2 **Was victim officer killed in incident?**

- ❑ Yes

  Indicate one wound location selected in Item 4.1 as fatal injury. _____
  ❑ Unable to determine

  Date of victim officer's death _____ / _____ / _____
  (mm/dd/yyyy)

- ❑ No

  How severe were victim officer's injuries?
  - ❑ Superficial (treated at scene of incident)
  - ❑ Minor (treated at hospital and released)
  - ❑ Moderate (admitted to hospital)
  - ❑ Severe (admitted to hospital with critical injuries)

  Has victim officer returned to duty?
  - ❑ Yes
  - ❑ No

    Is victim officer expected to be permanently disabled?
    - ❑ Yes
    - ❑ No
    - ❑ Unknown

PART V – PROTECTIVE/SAFETY EQUIPMENT

5.1 **Was victim officer required to wear protective body armor at time of incident?**

- ❑ Yes
- ❑ No

5.2 **Was victim officer wearing protective body armor at time of incident?**

- ❑ Yes
- ❑ No

  What was indicated as possible reason why victim officer was not wearing protective body armor? (Select one then skip to 5.3.)
  - ❑ Excessive heat or humidity
  - ❑ General discomfort
  - ❑ Undercover assignment
  - ❑ Off duty
  - ❑ Other (specify) _____
  - ❑ Unknown

5.2.1 **What was classification of protective body armor?** (If two or more different levels of protection, indicate minimum ballistic protection.)
  - ❑ Type I
  - ❑ Type IIA
  - ❑ Type II
  - ❑ Type IIIA
  - ❑ Type III
  - ❑ Type IV
  - ❑ Special type (specify) _____
  - ❑ Unknown

Did protective body armor prevent round(s) or cutting instrument(s) from entering victim officer's body?

- ❑ Yes
  - **Could the round(s) or cutting instrument(s) have caused a mortal wound?**
    - ❑ Yes
    - ❑ No
  - **Did victim officer receive injuries due to blunt force trauma?**
    - ❑ Yes
    - ❑ No
- ❑ No
  - **How did round(s) or cutting instrument(s) circumvent protective body armor?**
    - ❑ Entered between side panels of vest
    - ❑ Entered through armhole or shoulder area of vest
    - ❑ Entered above vest (front or back of neck, collarbone area, etc.)
    - ❑ Entered below vest (abdominal or lower back area)
    - ❑ Penetrated through vest (round more powerful than vest's capabilities/specifications)
    - ❑ Penetrated through vest (protective body armor failure)
  - **Number of times protective body armor was circumvented** _____

5.3 **Was victim officer wearing uniform at time of incident?**

- ❑ Yes
  - **Type of uniform**
    - ❑ Patrol
    - ❑ Utility
    - ❑ Tactical
    - ❑ Other (specify) _____
  - **Were there obvious markings on uniform that would have identified victim officer as law enforcement?**
    - ❑ Yes
    - ❑ No
    - ❑ Unknown
  - **Primary color of uniform** _____
- ❑ No
  - **Did victim officer verbally identify him/herself as law enforcement?**
    - ❑ Yes
    - ❑ No
    - ❑ Unknown
  - **Was other identification evident?**
    - ❑ Yes
      - **Description of other identification**
        - ❑ Badge displayed
        - ❑ Vest with law enforcement markings
        - ❑ Raid jacket with law enforcement markings
        - ❑ Armband
        - ❑ Other (specify) _____
    - ❑ No
    - ❑ Unknown

5.4 **Did victim officer use ballistic shield during incident?**

- ❑ Yes
  Did ballistic shield successfully deflect any rounds?
  - ❑ Yes
  - ❑ No
  - ❑ Unknown
  - ❑ Not applicable (not fired upon)
- ❑ No (equipped with ballistic shield)
- ❑ Unknown
- ❑ Not applicable (not equipped with ballistic shield)

PART VI – WEAPON USE DURING INCIDENT

The following items refer to weapons brought to scene of incident by victim officer and victim officer's use of his/her weapons during incident.

6.1 **Indicate all that apply for each column.**

	Weapon(s) victim officer had upon arrival at scene of incident	**Weapon(s) victim officer <u>used</u> during incident**	**Weapon(s) victim officer <u>attempted to use</u> during incident**
Service weapon (firearm)	❑	❑	❑
Backup firearm	❑	❑	❑
Additional firearm	❑	❑	❑
Baton	❑	❑	❑
Knife	❑	❑	❑
(blade length in inches)	_____	_____	_____
Other cutting instrument	❑	❑	❑
(specify)	_____	_____	_____
Bean bag gun	❑	❑	❑
Conductive energy device (Taser, etc.)	❑	❑	❑
Chemical spray (Mace, pepper spray, etc.)	❑	❑	❑
Other	❑	❑	❑
(specify)	_____	_____	_____
None	❑	❑	❑

6.2 **Was victim officer wearing holster at time of incident?**

- ❑ Yes
- ❑ No

If yes, type of holster

Service weapon (firearm)	Backup firearm
❑ Duty/tactical ❑ Crossdraw ❑ Sidedraw ❑ Thigh ❑ Concealment ❑ Inside waist band (IWB) ❑ Shoulder ❑ Belly band/waistpack ❑ Ankle ❑ Groin ❑ Pocket ❑ Other (specify) _____ ❑ No holster Retention level classification (e.g., 1,2,3, etc.) _____	❑ Duty/tactical ❑ Crossdraw ❑ Sidedraw ❑ Thigh ❑ Concealment ❑ Inside waist band (IWB) ❑ Shoulder ❑ Belly band/waistpack ❑ Ankle ❑ Groin ❑ Pocket ❑ Other (specify) _____ ❑ Did not have backup firearm ❑ No holster Retention level classification (e.g., 1,2,3, etc.) _____

6.3 **Description of firearm(s) victim officer had upon arrival at scene**

	Service weapon (firearm)	Backup firearm	Additional firearm
Description	❑ Handgun ❑ Rifle ❑ Shotgun	❑ Handgun ❑ Rifle ❑ Shotgun	❑ Handgun ❑ Rifle ❑ Shotgun
Make	_____	_____	_____
Model	_____	_____	_____
Cartridge type (include caliber)	_____	_____	_____
Barrel length (in inches)	_____	_____	_____
Type	❑ Automatic ❑ Semiautomatic ❑ Revolver ❑ Pump ❑ Bolt action ❑ Lever action	❑ Automatic ❑ Semiautomatic ❑ Revolver ❑ Pump ❑ Bolt action ❑ Lever action	❑ Automatic ❑ Semiautomatic ❑ Revolver ❑ Pump ❑ Bolt action ❑ Lever action
Location of weapon at time of attack	❑ On person ❑ Holstered ❑ Not holstered ❑ In vehicle ❑ Other location (specify) _____	❑ On person ❑ Holstered ❑ Not holstered ❑ In vehicle ❑ Other location (specify) _____	❑ On person ❑ Holstered ❑ Not holstered ❑ In vehicle ❑ Other location (specify) _____

6.3.1 **When did victim officer use or attempt to use his/her firearm(s) during incident?**

- ❑ Prior to offender initiating an attack
- ❑ About same time as attack was initiated
- ❑ After offender initiated attack
- ❑ Unknown

6.3.2 **Did victim officer experience difficulty in retrieving his/her firearm(s) during incident?**

- ❑ Yes
- ❑ No

If yes, indicate specific reason.

Service weapon (firearm)	Backup firearm	Additional firearm
❑ Disarmed by offender(s)	❑ Disarmed by offender(s)	❑ Disarmed by offender(s)
❑ Severely injured	❑ Severely injured	❑ Severely injured
❑ Physically prevented from retrieving weapon	❑ Physically prevented from retrieving weapon	❑ Physically prevented from retrieving weapon
❑ Experienced difficulty or delay in removing weapon from holster	❑ Experienced difficulty or delay in removing weapon from holster	❑ Experienced difficulty or delay in removing weapon from holster
❑ Weapon was not on person (stored in vehicle, briefcase, or other location)	❑ Weapon was not on person (stored in vehicle, briefcase, or other location)	❑ Weapon was not on person (stored in vehicle, briefcase, or other location)
❑ Other (specify) _____	❑ Other (specify) _____	❑ Other (specify) _____
❑ Unknown	❑ Unknown	❑ Unknown
	❑ Did not have backup firearm	❑ Did not have additional firearm

6.3.3 **Did victim officer's firearm(s) malfunction during use or attempted use?**

- ❑ Yes
- ❑ No

If yes, indicate specific reason for malfunction.

Service weapon (firearm)	Backup firearm	Additional firearm
❑ Faulty ammunition	❑ Faulty ammunition	❑ Faulty ammunition
❑ Improper ammunition	❑ Improper ammunition	❑ Improper ammunition
❑ No round in chamber	❑ No round in chamber	❑ No round in chamber
❑ Stovepiped	❑ Stovepiped	❑ Stovepiped
❑ Other (specify) _____	❑ Other (specify) _____	❑ Other (specify) _____
❑ Unknown	❑ Unknown	❑ Unknown
	❑ Did not have backup firearm	❑ Did not have additional firearm
Did malfunction occur after initial round was fired?	Did malfunction occur after initial round was fired?	Did malfunction occur after initial round was fired?
❑ Yes	❑ Yes	❑ Yes
❑ No	❑ No	❑ No
❑ Unknown	❑ Unknown	❑ Unknown

6.3.4 **Did victim officer fire his/her firearm(s) during incident?**

- ❑ Yes

  At what point did victim officer use firearm(s)?
  - ❑ Before receiving injury
  - ❑ About same time as receiving injury
  - ❑ After receiving injury
  - ❑ Unknown

  Number of rounds fired by victim officer _____

  Did rounds hit offender(s)?
  - ❑ Yes, number of rounds _____
  - ❑ No
  - ❑ Unknown

  If rounds struck offender(s), what was effect?
  - ❑ No effect
  - ❑ Tended to irritate/enrage
  - ❑ Caused disabling effect
  - ❑ Other (specify) _____
  - ❑ Unknown

  Approximate distance (in feet) between victim officer and offender(s) at time victim officer fired his/her firearm(s) _____ ❑ Unknown
- ❑ No

6.3.5 **Did victim officer carry extra ammunition on his/her person during incident?**

- ❑ Yes
- ❑ No

6.3.6 **Did victim officer reload?**

- ❑ Yes

  Type of reloading device
  - ❑ Magazine
  - ❑ Speed loader
  - ❑ Loose rounds
  - ❑ Other (specify) _____
- ❑ No

6.4 **If victim officer used any weapon <u>other than firearm</u> during incident, what was effect on offender(s)?**

- ❑ No effect
- ❑ Tended to irritate/enrage
- ❑ Caused disabling effect
- ❑ Other (specify) _____
- ❑ Unknown
- ❑ Not applicable

6.5 **If assisted at scene of incident, did other officers fire at offender(s) at scene of initial attack?**

- ❑ Yes

  Number of rounds fired by assisting officers _____

  Did any rounds hit offender(s)?
  - ❑ Yes, number of rounds _____
  - ❑ No
  - ❑ Unknown
- ❑ No
- ❑ Not applicable

The following items refer to weapons carried and/or used by offender(s) during incident.

6.6 **Did victim officer have prior knowledge that a weapon might be involved?**

- ❑ Yes
- ❑ No
- ❑ Unknown

6.7 **Indicate all that apply for each column for weapons brought to scene of incident by *victim officer* and/or used against victim officer.**

	Weapon(s) offender(s) took/disarmed from victim officer during incident	Victim officer's weapon(s) used by offender(s) to kill/assault victim officer	Victim officer's weapon(s) taken from scene of incident by offender(s)
Service weapon (firearm)	❑	❑	❑
Backup firearm	❑	❑	❑
Additional firearm	❑	❑	❑
Baton	❑	❑	❑
Knife	❑	❑	❑
(Indicate blade length in inches)	_____	_____	_____
Other cutting instrument	❑	❑	❑
(specify)	_____	_____	_____
Bean bag gun	❑	❑	❑
Conductive energy device (Taser, etc.)	❑	❑	❑
Chemical spray (Mace, pepper spray, etc.)	❑	❑	❑
Other	❑	❑	❑
(specify)	_____	_____	_____
None	❑	❑	❑

6.8 **Indicate all that apply for each column in reference to weapons brought to scene of incident by *offender(s)* and their use against victim officer.**

	Weapon(s) offender(s) had upon arrival at scene of incident	Offender's weapon(s) used to kill/assault victim officer
Firearm	❑	❑
Additional firearm	❑	❑
Knife	❑	❑
(indicate blade length in inches)	_____	_____
Other Cutting Instrument	❑	❑
(specify)	_____	_____
Bomb	❑	❑
Blunt Instrument	❑	❑
Personal weapons (hands, fists, feet, etc.)		❑
Vehicle	❑	❑
Other	❑	❑
(specify)	_____	_____
None	❑	❑

6.8.1 **Description of offender's firearm(s) used to kill/assault victim officer**

	Firearm	Additional firearm
Description	❑ Handgun ❑ Rifle ❑ Shotgun	❑ Handgun ❑ Rifle ❑ Shotgun ❑ Not applicable
Make	_____	_____
Model	_____	_____
Cartridge type (include caliber)	_____	_____
Barrel length (in inches)	_____	_____
Type	❑ Automatic ❑ Pump ❑ Semiautomatic ❑ Bolt action ❑ Revolver ❑ Lever action	❑ Automatic ❑ Pump ❑ Semiautomatic ❑ Bolt action ❑ Revolver ❑ Lever action
Was offender's weapon altered from its manufactured state?	❑ Yes ❑ No ❑ Unknown	❑ Yes ❑ No ❑ Unknown
If killed, which firearm caused fatal injury?	❑	❑

The following items refer to incidents in which a firearm (the victim officer's or the offender's) was used to kill/assault victim officer.

6.9 **Number of rounds fired by offender(s)** _____ ❑ Unknown

6.10 **Number of rounds that struck victim officer** _____ ❑ Unknown

6.11 **Approximate distance (in feet) between victim officer and offender(s) at time offender fired weapon**
_____ ❑ Unknown

6.12 **Was firearm recovered?**
- ❑ Yes
- ❑ No
- ❑ Unknown

6.13 **If rounds were fired by victim officer and offender, who fired first?**
- ❑ Victim officer
- ❑ Offender
- ❑ Unknown
- ❑ Not applicable (victim officer did not fire)

PART VII – OFFENDER(S) INVOLVED IN INCIDENT

7.1 **Number of individuals determined by law enforcement investigation to have participated in or aided and abetted the killing/assault of victim officer** _____ ❑ Unknown

PART VIII – OFFENDER DATA

(PROVIDE PART VIII FOR EACH OFFENDER)

8.1 **Is offender known?**
- ❑ Yes
- ❑ No (skip to Part IX)

8.2 **Offender's name** _____
First **Middle** (If no middle name, indicate 'NMN.') **Last**

8.3 **Offender's date of birth** _____ / _____ / _____
(mm/dd/yyyy)

8.4 **Offender's height** _____ / _____
(feet/inches)

8.5 **Offender's weight** _____ lbs

8.6 **Offender's sex**
- ❑ Male
- ❑ Female

8.7 **Offender's race**
- ❑ White
- ❑ Black or African American
- ❑ American Indian or Alaska Native
- ❑ Asian
- ❑ Native Hawaiian or Other Pacific Islander
- ❑ Unknown

8.8 **Offender's ethnicity**
- ❑ Hispanic or Latino
- ❑ Not Hispanic or Latino

8.9 **Is offender a United States citizen?**
- ❑ Yes
- ❑ No, year offender last entered United States _____ ❑ Unknown
(yyyy)
- ❑ Unknown

8.10 **Was offender born in United States?**
- ❑ Yes, name of state _____
- ❑ No, name of United States Territory or foreign country _____
- ❑ Unknown

8.11 **Offender's current or last known residence**
City _____
County _____
State _____
Country _____

8.12 **Offender's current status** (select all applicable)

- ❑ At large
- ❑ Arrested
  Date of arrest _____ / _____ / _____ (mm/dd/yyyy)
  Charges placed against offender _____
- ❑ Wounded
  Method of receiving wounds
  - ❑ By victim officer
  - ❑ By assisting officer(s)
  - ❑ By officer(s) at other scene of incident
  - ❑ By civilian(s)
  - ❑ Other circumstances (specify) _____
- ❑ Deceased
  Method of death
  - ❑ Justifiably killed by victim officer
  - ❑ Justifiably killed by assisting officer(s)
  - ❑ Justifiably killed by officer(s) at other scene of incident
  - ❑ Killed by civilian(s)
  - ❑ Committed suicide
  - ❑ Died under other circumstances (specify) _____

  Date of death _____ / _____ / _____ (mm/dd/yyyy)

  Location of death
  City _____
  County _____
  State _____
  Country _____
- ❑ Other (specify) _____

8.13 **Can this incident be categorized as a *suicide by cop*?**

- ❑ Yes
  Select one
  - ❑ *Suicide by cop*
  - ❑ Suspected *suicide by cop*
  - ❑ Attempted *suicide by cop*
- ❑ No

8.14 **Offender's FBI Number** _____ ❑ None

8.15 **Was restraint device on offender prior to attack?**

- ❑ Yes
  - **Type of restraint device** (select all applicable)
    - ❑ Handcuffs in front
    - ❑ Handcuffs in back
    - ❑ Leg shackles
    - ❑ Other device (specify) _____
  - **Did offender manage to defeat/manipulate restraint device?**
    - ❑ Yes
      - ❑ Maneuvered handcuffs from back to front
      - ❑ Slipped handcuffs
      - ❑ Unlocked handcuffs
      - ❑ Other (specify) _____
    - ❑ No
- ❑ No

8.16 **Offender's type of judicial supervision at time of incident**

- ❑ Conditional release, pending criminal prosecution
- ❑ Probation
- ❑ Parole
- ❑ Halfway house
- ❑ Serving time in penal institution
- ❑ Escapee from penal institution
- ❑ Other (specify) _____
- ❑ None
- ❑ Unknown

8.17 **Was offender known to your department at time of incident?**

- ❑ Yes
  - **Offender was known as** (select all applicable)
    - ❑ Controlled substance user
    - ❑ Controlled substance dealer
    - ❑ Controlled substance possessor
    - ❑ Known or suspected terrorist (domestic or international)
    - ❑ Known or suspected gang member
    - ❑ Other (specify) _____
- ❑ No

8.18 **At time of incident, offender was under influence of** (select all applicable)

- ❑ Alcohol
  BAC, if known _____
- ❑ Crack/Cocaine
- ❑ Cocaine (all forms except Crack)
- ❑ Hashish
- ❑ Heroin
- ❑ Marijuana
- ❑ Morphine
- ❑ Opium
- ❑ Other Narcotics
- ❑ LSD
- ❑ PCP
- ❑ Other hallucinogens
- ❑ Amphetamines/methamphetamines
- ❑ Other stimulants
- ❑ Barbiturates
- ❑ Other depressants
- ❑ Other dangerous drug/substance (specify) _____
- ❑ None
- ❑ Unknown

8.19 **Relationship between victim officer and offender at time of incident** (select one)

- ❑ Prior relationship through law enforcement (arrest, investigation, etc.)
- ❑ Non-law enforcement relationship (neighbor, acquaintance, relative, etc.)
- ❑ No known relationship

8.20 **Offender's judicial history prior to incident** (select all applicable)

- ❑ Previously arrested
- ❑ Conviction as juvenile
- ❑ Conviction as adult
- ❑ Probation
- ❑ Parole
- ❑ Halfway house
- ❑ House arrest
- ❑ Incarceration in penal institution
- ❑ Other (specify) _____
- ❑ None
- ❑ Unknown

8.21 **Offender's prior arrests** (select all applicable)

- ❑ Murder
- ❑ Assault on law enforcement officer
- ❑ Resisting arrest
- ❑ Other crime of violence
- ❑ Weapons violation
- ❑ Drug law violation
- ❑ Other (specify) _____
- ❑ None
- ❑ Unknown

8.22 **Was offender known by your department to have prior mental illness?**

- ❑ Yes
- ❑ No

PART IX – NARRATIVE OF INCIDENT

Please provide a detailed description of the circumstances surrounding the felonious assault or death of the victim officer or attach a copy of the written summation of the initial incident report. Also, if the offender(s) was located or apprehended later, please provide additional details, such as, when, where, and by whom was the offender located. This narrative can provide pertinent details that may be incorporated into officer training programs and are often difficult to capture in a "question and answer" format. The success of our endeavors to prevent further line-of-duty deaths/assaults depends largely on the quality of data obtained from the victim officer's agency.

Prepared by: (mm/dd/yyyy)

NOTE: If there are any questions on how to complete this form or where to forward the form upon completion, please contact the FBI, Criminal Justice Information Services Division, Attention: LEOKA program, Module E-3, 1000 Custer Hollow Road, Clarksburg, WV 26306-0159; telephone (304) 625-3521, or facsimile to (304) 625-3566. Under the Paperwork Reduction Act, you are not required to complete this form unless it contains a valid OMB control number. The form takes approximately one hour to complete.

Referências

Agente da PF faz reféns e mata dois colegas. Agência Estadão, São Paulo, 14 out. 2002. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,agente-da-pf-faz-refens-e-mata-dois-colegas,20021014p20370>. Acesso em: 04 jul. 2015.

Agente penitenciário mata sargento e é morto em seguida. Jornal da Cidade, Bauru, 20 fev. 2016. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/Regional/2016/02/policial-militar-morre-em-confronto.html>. Acesso em: 11 mai. 2016.

ANDERSON, W. French. **Forensic analysis of the April 11, 1986, FBI firefight.** California, U.S., 1996.

Aprovados PMDF. **Policial civil é morto em Confresa/MT durante condução de preso**. Grupos do Google, 29 ago 2009. Disponível em: <https://groups.google.com/forum/#!searchin/aprovados-pmdf/confresa%7Csort:relevance/aprovados-pmdf/shXIUJK7SXY/OdiAdkmjX6IJ>. Acesso em: 29 ago. 2016.

ARTWOHL, Alexis; CHRISTENSEN, Loren W. **Deadly force encounters: what cops need to know to mentally and physically prepare for and win a gunfight.** Colorado: Paladin Press, 1997, 272 p.

ARTWOHL, Alexis. Perceptual and memory distortions during officer involved shootings. **FBI Law Enforcement Bulletin**, Washington, v. 71, n. 10, p. 18-24, October, 2002.

As armas usadas pelo crime. Portal Terra, São Paulo. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/armas-usadas-pelo-crime/>. Acesso em: 13 fev. 2015.

AVENI, Thomas J. **Officer-Involved Shootings: what we didn't know has hurt us**. The Police Policy Studies Council, 2004.

AVENI, Tom. **Study reveals important truths hidden in the details of officer-involved shootings**. PoliceOne.com, San Francisco. CA. 10 ago. 2005. Disponível em: <http://www.policeone.com/officer-shootings/articles/117909-Study-reveals-important-truths-hidden-in-the-details-of-officer-involved-shootings/>. Acesso em: 08 ago. 2015.

BITAHON. **Método Bitahon de tiro, defesa e técnicas avançadas de Israel**, Brasil. 15 p.

BOHRER, Shannon; KERN, Harry A.; DAVIS, Edward F. The deadly dilemma, shoot or don´t shoot? **FBI Law Enforcement Bulletin**, Quantico, VA, v. 77, n. 3, p. 7-12, March, 2008.

Bombeiro morto em treinamento no DF morreu afogado, diz laudo do IML. Portal G1, Brasília, 4 dez. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL911538-5598,00-BOMBEIRO+MORTO+EM+TREINAMENTO+NO+DF+MORREU+AFOGADO+DIZ+LAUDO+DO+IML.html>. Acesso em: 10 fev. 2015.

Bope admite falha em tiro de taser durante sequestro no DF. Portal Correio Braziliense, Brasília, 06 nov. 2014. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/11/06/interna_cidadesdf,456371/bope-admite-falha-em-tiro-de-taser-durante-sequestro-no-df.shtml>. Acesso em: 06 set. 2015.

BRADSHAW, Bud. **Brandishing: the true story of the Newhall Incident – the California Highway patrol's greatest tragedy and its aftermath**, 2011, 298 p.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal. **Instrução Normativa nº 88-DG/DPF**, de 18 de dezembro de 2014, Disciplina a atividade física institucional para os servidores policiais do Departamento de Polícia Federal. Boletim de Serviço nº 242, Brasília, DF, 2014, 1ª Parte.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Compra de armas por pessoa cai 40,6% após Estatuto**, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17490>. Acesso em: 15 mar. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.826**, de 22 de dezembro de 2003, Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria nº 18**, de 19 de dezembro de 2006, Aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas, e dá providências. Disponível em: <http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-80-29-2006-12-19-18>. Acesso em: 27 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. **Curso de Análise, Observação e Detecção de Comportamentos Suspeitos**. Brasília: DPF, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Distribuição de coletes e placas balísticas**. Brasília: DPF, 2011.

BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações penitenciárias INFOPEN**. Brasília,

DF, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf/view>. Acesso em: 06 jul. 2015.

BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatórios Estatísticos – Analíticos do Sistema Prisional Brasileiro**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/relatorios-estatisticos-analiticos-do-sistema-prisional>. Acesso em: 07 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial nº 4.226**, de 31 dezembro de 2010, Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa. Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. **Pesquisa Perfil Organizacional das Polícias Civis e Militares**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília, DF, 2012.

BURROUGHS, Willian E. **Dynamic encounter training: an analysis of contemporary firearms training methods and their task suitability for high stress combat scenarios**. Illinois: PPCT Research Review, 1998, 4 p.

CLÁUDIO, Ivan. **Eu sobrevivi ao primeiro acidente de Airbus**. Revista Isto É, Caderno Comportamento, 24 jun. 2009, ano 32, nº 2067, p. 64.

COCHRAN, Hamilton. **Noted American Duels and Hostile Encounters**. New York: Chilton Books, 1963, 319 p.

COLLINGWOOD, Thomas R. **Why Officers Need to Be Fit**. Fit Force Administrators Guide, Illinois: Human Kinetics, 1998, 97 p.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS (CBC). Informações sobre armas, munições, coletes balísticos. Disponível em: <http://www.cbc.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2015.

CORRÊA, Alessandra. EUA: **Alta de crimes no verão detona medo de onda de violência**. Portal BBC Brasil, Winston-Salem, 12 ago. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812_crimes_eua_pai_ac> . Acesso em: 13 ago. 2015.

CRAIG, Walter E. **Physical Conditioning for Highpower Shooting**, Civilian Marksmanship Program, CMP Online Magazine, Port Clinton, OH, November, 2007.

CRUZ, Cíntia. **Policial do Bope morto em Nova Iguaçu foi executado após se render**. Portal Extra, Rio de Janeiro, 14 fev. 2014. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policial-do-bope-morto-em-nova-iguacu-foi-executado-apos-se-render-11610524.html>. Acesso em: 2 out. 2014.

Delegado morre ao perseguir suspeitos em São Paulo. Portal Veja Editora Abril, São Paulo, 22 jul. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/delegado-e-morto-durante-abordagem-a-suspeitos-em-sp>. Acesso em: 13 jun. 2014.

DICIONÁRIO ONLINE INFOMAL. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em: 3 out. 2014.

DI MAIO, Vincent J.M. **Gunshot Wounds: Practical Aspects of Firearms, Ballistics, and Forensic Techniques**. Second Edition, Florida: CRC Press, 2000. 401 p.

Dois policiais militares são mortos no centro de Medianeira. Revista Guia, Medianeira, 4 ago. 2014. Disponível em: <http://www.guiamedianeira.com.br/noticia/7727/PLANTAO:+Dois+Policiais+Militares+foram+mortos+no+centro+de+Medianeira>. Acesso em: 16 jul. 2015.

DREYFUS, Pablo. et al. **Small Arms in Brazil: Production, Trade, and Holdings**. Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies, Geneva, 2010, 87 p.

DUFFY, Brian. **Death Bathed**, The Miami Herald, Miami, Florida, 20 abr. 1986.

EBLING, Patti. Physical Fitness in Law Enforcement: Follow the Yellow Brick Road. **FBI Law Enforcement Bulletin**, Quantico, VA, v. 71, n. 10, p. 1-5, October, 2002.

Escrivão da Polícia Federal se fere com tiro acidental. Portal Foco Regional, Volta Redonda, 1 mar. 2013. Disponível em: <http://www.focoregional.com.br/page/noticiasdtl.asp?t=Escriv%E3o+da+Pol%EDcia+Federal+se+fere+com+tiro+acidental&idnoticia=99216>. Acesso em: 11 set. 2015.

FBI. Washington, U.S., Federal Bureau of Investigation. Contém informações institucionais, técnicas, notícias, publicações e serviços. Disponível em: <http://www.fbi.gov>.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Proposta da Câmara prevê atendimento de urgência a policial ferido**. Brasília: Agência FENAPEF, 2007. Disponível em: <http://www.fenapef.org.br/htm/com_noticias_exibe.cfm?Id=43303>. Acesso em: 09 abr. 2007.

FERNANDES, Alan. **Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014).** São Paulo: Revista Brasileira de Segurança Pública, , v.10, n. 2, p. 192-219, 2016.

FERNANDES, Rubem César; NASCIMENTO, Marcelo de Souza. **As armas e a cidade: mapeando um país dividido – violência por armas de fogo e urbanização no Brasil.** Small Arms Survey, Instituto de Pós-graduação em Estudos Internacionais, Genebra, 2007, 33 p.

FERRAZ, Flávio Rodrigues. **Relações entre desenho urbano e ocorrências criminais: o caso do Distrito Federal**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017, 250 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**, versão 5.11ª.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo, 2016, 138 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública**. São Paulo, 2015, 38 p. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacao/pesquisa-de-vitimizacao-e-percepcao-de-risco-entre-profissionais-do-sistema-de-seguranca-publica>. Acesso em: 07 nov. 2016.

FOUNTAIN, Henry. **When Mountain Lions Hunt, They Prey on the Weak**, The New York Times, Science, 16 nov. 2009. Disponível em <http://www.nytimes.com/2009/11/17/science/17obprey.html?_r=0>. Acesso em: 26 ago. 2016.

GALLAGHER, James. **Office workers too sedentary**. BBC News, Health, 27 mar. 2015. 4 p.

GOMES, Sérgio Olímpio, et al. **Reaja: prepare-se para o confronto: técnica israelense de combate**. 2ª ed. São Paulo: [s.n.], 1998.

GROSSMAN, David A.; SIDDLE, Bruce K. **Psychological effects of combat**. Illinois: PPCT Research Publications, 2004. 8 p.

GROSSMAN, Dave. **Matar! Um estudo sobre o ato de matar**. Biblioteca do Exército, 2007, 424 p.

GROSSMAN, David A.; SIDDLE, Bruce K. **Psychological effects of combat**. Illinois: PPCT Research Publications, 2004, 8 p.

HASKEW, Michael E. **Snipers nas Guerras: da Guerra de Independência dos Estados Unidos às Guerras Atuais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2016, 216 p.

HOME OFFICE. **Firearms Law: guidance to the police**. London, 2002, 212 p.

JORNAL O ESTADO DE MINAS. **Mais de cem caçam traficante que matou dois e feriu três**. 12 out. 1977.

KILLOLOGY Research Group. U.S., 2000. Contém informações sobre psicologia de combate. Disponível em: <http://www.killology.com/>. Acesso em: 21 fev. 2007.

KLOOS, Marko. **Why the gun is civilization**, 2007. Disponível em: <https://munchkinwrangler.wordpress.com/2007/03/23/why-the-gun-is-civilization/>. Acesso em: 17 dez. 2014.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **A Roda da Vida: Memórias do Viver e do Morrer**. Rio de Janeiro: Sexante, 1998, 320 p.

KURECZKA, A. W. **Critical Incident Stress in Law Enforcement**. FBI Law Enforcement Bulletin, Virginia: FBI, p. 10-16, February 1996.

LE BON, Gustave. **The Psychology of the Great War**. Translated by E. Andrews. New York: The Macmillan Company, 1916, 480 p.

LIMA, João Cavalim de. **Atividade Policial e o Confronto Armado**. Curitiba: Juruá, 2006.

LINDSAY, Douglas. **The Idolatry of Velocity, or Lies, Damn Lies, and Ballistics**. Journal of Trauma, v. 20, p. 1068-1069, 1980.

LOPES Rodrigo. **Precipitação de PM mata refém e assaltante em Betim**. Portal UOL, São Paulo, 21 jun. 2002. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ajb/2002/06/21/ult740u5442.jhtm>. Acesso em: 06 out. 2014.

LUIZ, Ronilson de Souza. **O Currículo de Formação de Soldados da Polícia Militar Frente às Demandas Democráticas**. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

MACHADO, Eduardo Schneider; FIGUEIREDO, Edson Luiz; JÚNIOR, Valdinar de Araújo Rocha. **Aptidão física dos policiais federais**. Brasília: Serviço de Educação Física, Academia Nacional de Polícia, 2008.

MARSHALL, Samuel Lyman Atwood. **Homens ou Fogo?** Biblioteca do Exército, 2003, 216 p.

MEAGHER, Ilona. **Moving A Nation to Care: Post-Traumatic Stress Disorder and America's Returning Troops**. Ig Publishing, 2007, 200 p.

MICHAELIS. Moderno Dicionário Português. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2014.

MINAS GERAIS (Estado). Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. **Edital DRH/CRS nº 14/2012**. Minas Gerais: PMMG, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia; SOUZA, Edinilsa Ramos. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2007, p. 2767-2779.

Número de fuzis apreendidos pela Polícia Militar no estado cresce 100% em janeiro deste ano. Portal O Globo, Rio de Janeiro, 04 fev. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/numero-de-fuzis-apreendidos-pela-policia-militar-no-estado-cresce-100-em-janeiro-deste-ano-15237838>. Acesso em: 13 fev. 2015.

NEW YORK CITY DEPARTMENT. Office of Management Analysis and Planning. **Annual Firearms Discharge Report 2010**. New York, NY, 2010, 88 p.

NEW YORK CITY DEPARTMENT. Office of Management Analysis and Planning. **Annual Firearms Discharge Report 2011**. New York, NY, 2011, 102 p.

NEW YORK CITY DEPARTMENT. Office of Management Analysis and Planning. **Annual Firearms Discharge Report 2012**. New York, NY, 2012, 74 p.

NEW YORK CITY DEPARTMENT. Office of Management Analysis and Planning. **Annual Firearms Discharge Report 2013**. New York, NY, 2013, 74 p.

OFFICER DOWN MEMORIAL PAGE. **Line of Duty Deaths By State**. Fairfax, VA, 2015. Disponível em: <http://odmp.org/search/browse>. Acesso em: 06 set. 2015.

OLIVEIRA, Humberto Wendling Simões de. **Autodefesa Contra o Crime e a Violência: um guia para civis e policiais**, Uberlândia: Clube de Autores, 2018, 332 p.

OLSON, Dean T. **Deadly force decision making**. FBI Law Enforcement Bulletin, Quantico, VA, v. 67, n. 2, p. 1-9, February, 1998.

PARAÍBA (Estado). Polícia Militar da Paraíba. **Razão de chance (ODD)**. Paraíba: PMPB, 2018.

PATRICK, Urey W. **Handgun Wounding Factors and Effectiveness**. FBI Academy, Firearms Training Unit, Quantico, VA, 1989, 19 p.

PETROWSKI, Thomas D. **Use of force policies and training: a reasonable approach part 1**. FBI Law Enforcement Bulletin, Washington: FBI, v. 71, n. 10, p. 25-32, October, 2002.

PETROWSKI, Thomas D. **Use of force policies and training: a reasonable approach part 2**. FBI Law Enforcement Bulletin, Washington: FBI, v. 71, n. 11, p. 24-32, November, 2002.

PINIZZOTTO, Anthony J.; DAVIS, Edward F. **Offender's Perceptual Shorthand: What Messages Are Law Enforcement Officers Sending to Offenders?** FBI Law Enforcement Bulletin, Quantico, VA, v. 68, n. 6, p. 1-4, June, 1999.

PINIZZOTTO, Anthony J.; DAVIS, Edward F. **Officer's Perceptual Shorthand: What Messages Are Offenders Sending to Law Enforcement Officers?** FBI Law Enforcement Bulletin, Quantico, VA, v. 69, n. 7, p. 1-6, July, 2000.

PINIZZOTTO, Anthony J.; DAVIS, Edward F.; MILLER III, Charles E. **In the Line of Fire: violence against law enforcement: A Study of Selected Felonious Assaults on Law Enforcement Officers**, FBI, Washington, DC, 1997, 77 p.

PINIZZOTTO, Anthony J.; DAVIS, Edward F.; MILLER III, Charles E. **The deadly mix**. FBI Law Enforcement Bulletin, Quantico, VA, v. 76, n. 1, p. 1-10, January, 2007.

PINIZZOTTO, Anthony J.; KERN, Harry A.; DAVIS, Edward F. **One-shot Drops, Surviving the Myth**. FBI Law Enforcement Bulletin, Quantico, VA, v. 73, n. 10, October, 2004.

PIOVESAN, Matheus. **Nunca havia disparado contra bandidos, relata oficial da BM que matou assaltantes em Triunfo**. Portal Zero Hora, Rio Grande do Sul, 18 jan. 2013. Disponível em: <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/01/nunca-havia-disparado-contra-bandidos-relata-oficial-da-bm-que-matou-assaltantes-em-triunfo-4015438.html>. Acesso em: 19 dez. 2014.

Polícia mata uma pessoa no Brasil a cada cinco horas. Portal FENAPEF, Brasília, 25 jul. 2011. Disponível em: <http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/34234>. Acesso em: 27 jul. 2011.

Policiais militares reagem a assalto em Campinas. Portal YouTube, 11 out. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=isgemnuZvro>. Acesso em: 12 fev. 2015.

Policial civil atira em dois ladrões, médica socorre criminoso que a ameaçava e PM faz deboche. Portal O Globo, Rio de Janeiro, 01 jul. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/policial-civil-atira-em-dois-ladroes-medica-socorre-criminoso-que-ameacava-pm-faz-deboche-16618785>. Acesso em: 03 jul. 2015.

Policial federal atira na perna da esposa ao limpar arma em Rio Preto. Portal G1, Rio Preto e Araçatuba, 7 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2015/09/policial-federal-atira-na-perna-da-esposa-ao-limpar-arma-em-rio-preto.html>. Acesso em: 7 set. 2015.

Polícias brasileiras usam diariamente munição proibida em guerras. Porta IG, Rio de Janeiro, 2 set. 2010. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/policias-brasileiras-usam-diariamente-municao-proibida-em-guerras/n1237767749102.html>. Acesso em: 29 set. 2009.

QUIGLEY, Adrienne. **Fit for Duty? The Need for Physical Fitness Programs for Law Enforcement Officers**. The Police Chief, Alexandria, VA, v. 75, n. 6, June, 2008.

PUFF, Jefferson; KAWAGUTI, Luís. **Para cada quatro mortos pela polícia no Brasil, um policial é assassinado**. BBC Brasil, 16 set. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140914_salasocial_eleicoes2014_violencia_policia_numeros_lk_jp>. Acesso em: 4 out. 2016.

REBELO, Fabricio. **Falta de esclarecimento dos crimes impede traçar perfil criminal brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3009, 27 set. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/20081>. Acesso em: 25 dez. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/>.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Saúde. **Doenças Crônicas Não Transmissíveis**. Disponível em: <http://www.saude.rj.gov.br/atencao-a-saude-1/1057-atencao-basica/areas-tecnicas/16886-informacoes-importantes-sobre-as-principais-dcnts.html?showall=&limitstart=>. Acesso em: 01 out. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Saúde. **O que você deve saber sobre atividade física**. Rio de Janeiro, RJ, 2013, 12 p.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. **Edital de Concurso Público nº 002/2018 – SEARH/PMRN**. Rio Grande do Norte: PMRN, 2018.

RODD, Donald; WOODBUM, Michelle; WILSON, Gregory. **The Effects of Grip Strength and Firearm Discharge**. University of Evansville, Indiana, 2010, 11 p.

ROSCOE, L.J. **Physical Fitness: Law Enforcement Policies**. In: Tactical Strength and Conditioning Conference, National Strength and Conditioning Association, San Diego, CA, 2014.

ROYAL CANADIAN MOUNTED POLICE. **12 Week Fitness Program: Physical Abilities Requirement Evaluation**, 2012. 23 p.

SILVA, Adriano. **Relatório confirma que "fogo amigo" matou o policial Cota**. Portal A Crítica.com, Manaus, 21 dez. 2013. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/manaus/Manaus-Amazonas-Amazonia-Fogo-amigo-policial-Edson-Cota_0_1051694821.html>. Acesso em: 13 set. 2015.

SILVA, Edson. **Policiamento Rodoviário Federal: Atividade Estressante, Insalubre, de Risco ou Todas?** SINPRF/RO/AC, Rondônia, 31 ago. 2009. Disponível em: <http://www.sinprf-ro.com.br/wp-content/uploads/2009/08/artigo_policial_rodoviario_federal.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2014.

Soldado PM reage a assalto, e mesmo baleado, troca tiros e mata bandido. Portal 24 Horas News, Cuiabá, 6 fev. 2011. Disponível em: <http://www.24horasnews.com.br/noticias/ver/Soldado_PM_reage_a_assalto_e_mesmo_baleado_troca_tiros_e_mata_bandido.html>. Acesso em: 30 jun. 2015.

STATE OF CALIFORNIA. California Highway Patrol, 2015. Disponível em <https://www.chp.ca.gov/home/about-us/the-history-of-the-california-highway-patrol/milestones-in-time/the-newhall-incident>. Acesso em: 18 out. 2015.

TENNESSEE. Bureau of Investigation Crime Statistics Unit. **Tennessee Law Enforcement Officers Killed or Assaulted 2012**. Nashville, TN, 2013, 72 p.

TOOKER, G. Gregory; SMITH, Jay E. **Health and Fitness in Law Enforcement: A Voluntary Modal Program Response to a Critical Issue**. Commission on Accreditation for Law Enforcement Agencies, Waltham, MA, n. 87, February. 2005.

Troca de tiros entre policiais e assaltantes deixa mortos em MG. Portal G1 Sul de Minas, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/02/troca-de-tiros-entre-policiais-e-assaltantes-deixa-mortos-em-mg.html>. Acesso em: 05 jul. 2015.

TROPA de Elite. Produção de José Padilha. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2007, 118 min., cor, português.

TV A Crítica registra ação que resultou em morte de policial. Portal A Crítica.com, Manaus, 2013. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/manaus/TV-CRITICA-policial-resultou-investigador-am-amazonas-assalto-civil-cotidiano-manaus-morte-perseguicao-policial-policia-suspeitos-tv_a_critica_3_1015728419.html>. Acesso em: 13 set. 2015.

Um batalhão de PMs mortos. Época, 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/um-batalhao-de-bpms-mortosb.html>. Acesso em: 19 jul. 2015.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Federal Bureau of Investigation. **Law Enforcement Officers Killed and Assaulted 2012**. Washington, DC, 2012.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Federal Bureau of Investigation. **Law Enforcement Officers Killed and Assaulted 2002**. Washington, DC, 2002, 112 p.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. **Killed in the Line of Duty: A Study of Selected Felonious Killings of Law Enforcement Officers**. Washington, DC, 1992.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. National Institute of Justice. **Ballistic Resistance of Personal Body Armor – NIJ Standard – 0101.04**. Washington, DC, 2001, 57 p.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. **Easy Access to the FBI'S Supplementary Homicide Reports: 1980-2013**. Washington, DC, 2015. Disponível em: <http://www.ojjdp.gov/ojstatbb/ezashr/>. Acesso em: 28 jul. 2015.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. **Statistical Briefing Book**. Washington, DC, 2014. Disponível em: <http://www. ojjdp.gov/ojstatbb/offenders/qa03105.asp?qaDate=2012/>. Acesso em: 28 jul. 2015.

U.S. NAVAL SPECIAL WARFARE COMMAND. **The Navy SEAL Physical Fitness Guide**, 1997, 300 p.

UNITED NATIONS. United Nations Development Program. Human Development Reports. **Violent Crimes**, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr05_po_chapter_51.pdf>.

UNITED NATIONS. Office on Drugs and Crime. **Homicides by Firearms**, 2012.

UNITED NATIONS. Office on Drugs and Crime. Violence, **Crime and Illegal Arms Trafficking in Colombia**, 2006, 127 p.

UNITED NATIONS. **The Universal Declaration of Human Rights**, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/udhr/index.shtml>.

VERCH, Rafael. **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 74,9 anos**. OPC Online, Santa Catarina, 1 dez. 2014. Disponível em: <http://ocponline.com.br/noticias/expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-749-anos/>. Acesso em: 26 dez. 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: mortes matadas por armas de fogo**. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2013, 55 p.

WENDLING, Humberto. Entre atirar ou morrer. **[Blog] Sobrevivência Policial**, 20 mai. 2009. Disponível em: <http://comunidadepolicial.blogspot.com.br/2009/05/entre-atirar-ou-morrer.html> Acesso em: 14 mai. 2016.

YALE LAW SCHOOL. **The Hague Peace Conferences of 1899 and 1907**. Laws of War: Declaration on the use of bullets which expand or flatten easily in the human body – Declaration III. New Haven, CT.

Patrocinador



Transportamos cargas fechadas voltadas à área agrícola, todos os tipos de grãos e cereais do Centro-Oeste para todo o Brasil.

Oferecemos transportes com preço justo, tanto para nossos clientes quanto para os caminhoneiros agregados. Levamos as cargas com segurança e rapidez nos parâmetros da lei.

Nossa meta é aumentar nosso número de motoristas agregados a cada ano, para melhorar o desenvolvimento das entregas, e aumentar em 35% o faturamento para o próximo ano, para que possamos melhorar nossos resultados com nossos clientes.

A M&T Transportes tem uma gratidão imensa pelos caminhoneiros agregados, pois sem eles não levaríamos carga alguma. Também agradecemos à empresa Louis Dreyfus Company, por ter acreditado em nossa empresa.

Transportadora Menezes e Tombini Ltda.

BR-364 com BR-060, anexo ao Posto Aldo Locatelli, Jataí/GO. Telefones: (64) 3014-1000, (64) 9 9997-3956 e (64) 9 8102-2142.

Parceiro



Indubitavelmente, a segurança pública vem ruindo gradativamente, chegando a índices superiores aos verificados em nações envolvidas em conflitos bélicos. É inegável o aumento da tensão que cada cidadão suporta em sua rotina diária, sem ter a certeza de que sua integridade física – e de sua família – será mantida.

Por diversas questões, sejam políticas, sociais ou de outra natureza, a segurança pública deixa de ser apenas matéria de dedicação estatal e passa, obrigatoriamente, a necessitar da participação mais efetiva da sociedade. Não há mais como atribuir exclusivamente ao Estado a responsabilidade da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob pena de muitos sucumbirem até que algo seja feito. Para que a segurança seja reestabelecida é necessária muita disposição governamental, e isso leva tempo.

Por isso, o comportamento de "alerta" deve ser despertado e desempenhado por todos os que estão – ou que se sentem – sob risco cotidiano. A violência constante não se manifesta apenas quando atinge diretamente (patrimonial ou fisicamente) um cidadão ou sua família. A tortura psicológica pela qual se passa ao sair de casa – ou muitas vezes sem sair dela – já é motivo para que estejam todos sempre mais alertas.

O comportamento individual pode ser o maior garantidor da integridade pessoal e patrimonial. O modo de agir diariamente e o aguçamento da percepção

individual para tentar perceber e evitar situações de perigo iminentes são fatores decisivos para diminuir ou até inibir qualquer ocorrência.

Por esta razão, o **Conselho de Segurança Pública de Jataí/GO – CONSEG** parabeniza o Professor Humberto Wendling e apoia integralmente esta obra com a plena certeza que ela contribuirá diretamente para o benefício de toda a sociedade.

O CONSEG – Jataí/GO atua em todos os seguimentos possíveis para realizar atividades que tenham como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população quanto ao quesito segurança pública, tendo esta obra a nobre função de convergir ao mesmo objetivo.

Duliano Gomes de Souza
Agente de Polícia Federal
Professor de Armamento e Tiro
CONSEG – Jataí/GO

Humberto Wendling



Pós-graduado em Administração de Marketing e graduado em Publicidade e Propaganda.

Ex-oficial R/2 do exército e mergulhador avançado. É Agente Especial da Polícia Federal desde 1997. Atuou em Brasília até 1999. Em Belo Horizonte, trabalhou na repressão ao tráfico de drogas até 2006. Atualmente em Uberlândia, atuou no controle de produtos químicos e no Grupo de Investigações.

Participou da retomada do Complexo da Maré/RJ, dentre outras operações.

Professor de Armamento e Tiro da Academia Nacional de Polícia ministra aulas e palestras para policiais federais, civis e militares e membros da magistratura.

Em 2006, elaborou o treino para manuseio das pistolas Glock na PF/MG. Idealizou e executou os treinamentos de tiro: Autodefesa a Curta Distância (2007), Autodefesa Policial (2008), Fundamentos Básicos (2009), Novas Técnicas do SAT (2010), Saque de Arma Dissimulada (2011) e Cadência e Precisão (2013). Integrou o Grupo de Pronta Intervenção (GPI) da PF na Copa do Mundo (2014). Em 2015, desenvolveu o treinamento Ataques Repentinos e Reação com Pistola. No mesmo ano, participou do desenvolvimento do novo curso de Operador de Fuzil da PF. É autor do livro Sobrevivência Policial – Morrer não faz parte do plano (2018) e mantém o blog de mesmo nome.

www.comunidadepolicial.blogspot.com

www.autodefesacontraocrime.blogspot.com.br

www.livrosobrevivenciapolicial.blogspot.com.br

Este livro foi composto por Humberto Wendling, nas fontes Universal Condensed, tamanho 24 (capítulos) e Garamond, tamanho 13 (títulos e subtítulos), com miolo justificado, espaçamento entre linhas em 1,5, recuo da primeira linha do parágrafo em 10mm e recuo à direita de 1,5mm, margens espelho (superior e inferior em 25,4mm, interna em 19,1mm, externa em 19,1mm, medianiz em 19,1mm), orientação retrato, e impresso em papel Offset 75g tamanho A4. Fevereiro de 2018.

"Sobreviver é mais do que apenas colocar uma arma na cintura; é uma viagem de descoberta e aprendizado que cada policial tem que fazer. Ela começa com um estado mental correto, com uma mente combativa."

"A sobrevivência policial é limitada na medida do ponto fraco, assim como uma sequência de acertos é limitada pelo primeiro erro. Talvez seja esse primeiro erro a janela de oportunidade que o criminoso precisa para ser bem-sucedido, mesmo que ele seja o mais idiota e incompetente dos delinquentes."

"O medo pode tanto salvar uma vida quanto custar uma vida."

"Um policial entediado é aquele que não consegue pensar em nada para fazer, enquanto o policial sobrevivente sempre cria algo para se ocupar."

"A rusticidade raramente é demonstrada quando tudo vai bem. E sem um desenvolvimento prévio e contínuo, esse atributo corre o risco de não surgir quando as coisas começam a dar errado."

"A história policial mostra que não é necessariamente a pessoa com o saque mais rápido ou que atira agrupado que possui maior chance de vencer um tiroteio. Não é o sujeito grandalhão ou musculoso o melhor lutador. O indivíduo com maior chance de vencer um conflito é aquele mais implacável."

"Você nasceu fraco e vai morrer fraco. Mas o que você faz entre uma coisa e outra só depende de você!"

Patrocinador

M&T TRANSPORTES

Parceiros

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA
SSPJ CONSEGS GO

CLUBE DE TIRO SENTINELA DO CERRADO JATAÍ-GO

CLUBE DE AUTORES

ISBN 978-85-924450-1-0